

Organizadoras
Ana Sara Cortez Irffi
Meize Regina de Lucas Lucena
Gilberto Gilvan Souza Oliveira

ESCRITA DA HISTÓRIA E POLÍTICAS DA MEMÓRIA

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

ORGANIZADORES

Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi

Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui Mestrado e Doutorado em História Social pela UFC. É bolsista do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional. Coordenadora do Programa de Pós-graduação da UFC. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Sociedade de Estudos do Brasil Oitocentista. Desde julho de 2018 é pesquisadora vinculada ao INCT-PROPRIETAS. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: mundos do trabalho, mundo rural, escravidão, história do Brasil, pesquisa, história e teoria.

Meize Regina de Lucas Lucena

Tem graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (1993), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996), doutorado-sanduíche em Cinema - Université Paris III (2004), e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Possui pós-doutorado em História pela Universidade de Brasília (2013), pela Universidade de Groningen - Holanda (2013-2014) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História e Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: cinema, linguagem, representação, escrita. Na última década tem desenvolvido estudos em torno da censura cinematográfica no Brasil durante a ditadura. É líder do grupo de pesquisa cadastrado no CNPq “História e narrativa”.

Gilberto Gilvan Souza Oliveira

É doutor em História pela Universidade Federal do Ceará. Atua como professor na educação básica e no ensino superior. Enquanto pesquisador, dedica-se às áreas da História do Livro, da Edição e das práticas de leitura.

Organizadoras
Ana Sara Cortez Irffi
Meize Regina de Lucas Lucena
Gilberto Gilvan Souza Oliveira



ESCRITA DA HISTÓRIA E POLÍTICAS DA MEMÓRIA



Sobral-CE

2024

Editora

**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Escrita da história e políticas da memória.

© 2024 copyright by: Ana Sara Cortez Irfi, Meize Regina de Lucas Lucena, Gilberto Gilvan Souza Oliveira (Orgs).

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora
**SER
TÃO:
CULT**
10 anos

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138

Renato Parente - Sobral - CE

(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222

contato@editorasertaocult.com.br

sertaocult@gmail.com

www.editorasertaocult.com.br

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação e Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

E74 Escrita da história e políticas da memória. / Organizado por Ana Sara Cortez Irfi, Meize Regina de Lucas Lucena e Gilberto Gilvan Souza Oliveira. - Sobral CE: Sertão Cult, 2024.

140p.

ISBN: 978-65-5421-170-3 - papel

ISBN: 978-65-5421-169-7 - E-book

Doi: 10.35260/54211697-2024

1. História. 2. Memória. 3. Políticas da memória. I. Irfi, Ana Sara Cortez. II. Lucena, Meize Regina de Lucas. III. Oliveira, Gilberto Gilvan Souza. IV. Título.

CDD 907
363.69

Reitor da Universidade Federal do Ceará
Custódio Almeida

Vice-Reitora da Universidade Federal do Ceará
Diana Azevedo

Chefe do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará
Mário Martins Viana Júnior

Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em História

Ana Sara Cortez Irffi – UFC
George Felix Cabral de Souza - UFPE
Uiran Gebara da Silva - UFPE
Francisco Gleison da Costa Monteiro - UFPI
Fabiula Servilha de Souza - UFRN
Fábio Baqueiro Figueiredo – UFBA
Edvaldo Correa Sotana – UFMT
Francivaldo Alves Nunes - UFPA
Keith Váliaeria de Oliveira Barbosa – UFAM
Marcos Vinicius de Freitas Reis – UNIFAP

Comissão Científica

Ana Sara Cortez Irffi – Universidade Federal do Ceará
George Felix Cabral de Souza - Universidade Federal de Pernambuco
Uiran Gebara da Silva - Universidade Federal Rural de Pernambuco
Francisco Gleison da Costa Monteiro - Universidade Federal do Piauí
Fabiula Servilha de Souza - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Fábio Baqueiro Figueiredo - Universidade Federal da Bahia
Edvaldo Correa Sotana - Universidade Federal do Mato Grosso
Francivaldo Alves Nunes - Universidade Federal do Pará
Keith Váliaeria de Oliveira Barbosa - Universidade Federal do Amazonas
Marcos Vinicius de Freitas Reis - Universidade Federal do Amapá
Kênia Sousa Rios - Universidade Federal do Ceará
Ian Merkel – Universidade de Groningen

Comissão Organizadora

Ana Carla Sabino Fernandes - Universidade Federal do Ceará
Ana Rita Fonteles Duarte - Universidade Federal do Ceará
Ana Sara Cortez Irffi - Universidade Federal do Ceará
Antônio Gilberto Ramos Nogueira - Universidade Federal do Ceará
Antônio Luiz Macedo – Universidade Federal do Ceará
Cláudia Freitas de Oliveira - Universidade Federal do Ceará
Kleiton de Sousa Moraes - Universidade Federal do Ceará
Kênia Sousa Rios - Universidade Federal do Ceará

Comissão Espaço da Graduação

Ana Suelle de Oliveira Gomes – Mestrado PPGH UFC
Francisca Eudésia Nobre Bezerra – Doutorado PPGH-UFC
Norma Sueli Semião Freitas - Doutorado PPGH UFC



SUMÁRIO

Apresentação	7
Três fotografias da escravidão africana na Amazônia, Grão-Pará (1748-1778).....	11
<i>Antonio Otaviano Vieira Junior</i>	
Historiografia do Brasil: de Salvador às matas amazônicas ..25	
<i>Antonio Torres Montenegro.</i>	
Integração, ocupação e exploração: a Amazônia e a “utopia autoritária”	43
<i>César Augusto B. Queirós (PPGH/UFAM)</i>	
Terra, trabalho e fome nos sertões do Brasil	57
<i>Darlan de Oliveira Reis Junior</i>	
“Que cessem a turbação”: os processos de manutenção de posse de terra no Pará do século XIX, entre observações e apontamentos	73
<i>Francivaldo Alves Nunes</i>	
O inesperado arquivo: ausência, eclipse e imaginação histórica ...	87
<i>Jailson Pereira da Silva</i>	
Conflitos: história e Historiografia da África	101
<i>Larissa Oliveira e Gabarra</i>	
A conquista do reino de Papel: Batismo, Cristianização e Tráfico de escravizados a partir da África Ocidental (1680-1690).	115
<i>Reinaldo dos Santos Barroso Junior</i>	
Impactos do Golpe e da ditadura no sul da Amazônia brasileira. Observações a partir de Mato Grosso	127
<i>Vitale Joaroni Neto</i>	



APRESENTAÇÃO

A história é feita de deslocamentos. Isso qualquer historiador aprende ainda em sua formação inicial. Os processos da burocracia seguem uma rotina em que se repetem formas, fórmulas e mesmo construções textuais. Eles crescem geometricamente, atendendo as demandas do Estado, produzindo uma massa documental que se alastra por estantes, armários, fichários. Podem dormir em sossego após cumprir sua função: classificar, arbitrar, condenar, absolver, informar, descrever. Neles repousam as vidas de homens e mulheres colhidos pelo braço do Estado e a força das elites, sempre a mobilizar os poderes a seu favor.

Criticados por décadas, os assim chamados documentos oficiais a cada dia perdem um pouco de sua poeira. Consultados *in loco* ou pelo computador, após o aumento vertiginoso das digitalizações por arquivistas, bibliotecários. A ampliação das Ciências da Informação, atuando em acervos públicos e privados, nos últimos anos, impactam fortemente. Além das possibilidades caseiras de gravar, registrar e guardar com um simples celular. Há mesmo uma vertigem em tudo guardar. Deslocados fisicamente, deslocados de função, deslocados e desfocados, tornam-se fontes para os historiadores que, longe de buscar respostas, inquietam-se diante das diversas possibilidades de pesquisa que se afiguram.

Eles estão na base dos textos aqui presentes. Os artigos, com seus recortes e perguntas específicos, discutem a extrema violência da ocupação do território em seus diversos momentos, da Colônia ao Brasil do milagre econômico. Da província do Grão-Pará

ao “vazio” da Amazônia e de Mato Grosso, ainda antes de sua divisão administrativa.

Se o arquivo segue a linearidade cronológica e métrica, que deve ser reelaborada pelo pesquisador, de forma a compor o acervo de cada pesquisa, igualmente esta coletânea explícita, em alguns de seus escritos, o incômodo em relação a alguns legados do século XIX. A linearidade que não suporta buracos, lacunas, que não se deixa arrebatada pela compreensão possível por meio de outras linguagens. A incontornável incompreensão de aspectos do passado cuja única forma possível de subsistir é pela forma de uma pergunta. Seguir para além do documento escrito: foi a chamada feita pelos Annales na primeira metade do século XX. Em seu programa, igualmente um tratado contra a historiografia anterior, pouco ou nada se referiu à importância da imagem no século que o antecedeu. A formação de um intelectual, por exemplo, necessariamente passava pelas ruínas de Roma. Ver, sentir, observar objetos, andar por estradas abandonadas e antigas ruas de balbúrdia e multidões, faziam parte dessa educação. E não esqueçamos os museus históricos e a pintura de história como elementos constitutivos da cultura histórica oitocentista. Décadas se passaram, e ainda discutimos os limites que os historiadores se impõem.

Análises sacralizadas, como a do surgimento das greves no Brasil a partir dos anarquistas europeus no século XX, no esteio da industrialização paulista, caem diante das mudanças em nossa historiografia. Num momento em que a produção acadêmica no país se multiplica por meio de revistas e coletâneas, ainda cabe pensar em livros incontornáveis? Caso de *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*, de João José Reis publicado em 2020, e “*Nasci nas matas, nunca tive senhor*”, de Eurípedes Antônio Funes?

Os estudos sobre a África e a diáspora africana ganham recortes que destroem essa abstração continental e localizam no tempo e no espaço as cooperações, conflitos, acomodações, resistências, entre as populações locais, seus reis e os colonizadores.

Este VII Seminário Internacional História e Historiografia consolida uma rede de programas e pesquisadores. Retifico: amplia um projeto cujos delineamentos esboçados em 2005 ganharam concreitude em 2006, quando ocorreu na UFC o I Seminário. De lá para cá, o evento pensado de maneira a ter sede em diferentes IES, tomando um formato itinerante por três regiões do Brasil, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, caminhou um bocado. Ao final de cada jornada árdua de trabalho, já projetamos, para além de nossa próxima paragem, projetos e parcerias futuros.

Profa. Dra. Meize Regina de Lucena Lucas



TRÊS FOTOGRAFIAS DA ESCRAVIDÃO AFRICANA NA AMAZÔNIA, GRÃO-PARÁ (1748-1778)

*Antonio Otaviano Vieira Junior*¹

O ensaio a seguir trata da escravidão africana na Amazônia. Obriggo-me a deixar mais bem definido o caminho a ser trilhado. O espaço será a capitania do Grão-Pará e o período analisado compreende os anos de 1748-1778. Os interesses aqui escrutinados são de “moradores”, administradores locais, Igreja, imigrantes mazaganistas e da Coroa portuguesa, peço por excluir as agências e lutas de escravizados africanos e indígenas - e por isso peço desculpas e me consolo na crença de que o entendimento dos sentidos da dominação pode ajudar a luta dos explorados. A construção do texto se sustenta na apresentação de três fotografias. A primeira fotografia é da tensão ao redor da publicação de uma Bula papal e a resistência de “moradores” à inserção da escravidão africana, a outra imagem tem relação com o transporte e distribuição de escravizados africanos na capitania e, por último, a construção da “necessidade” de cativos para e pelos imigrantes vindos de Marrocos.

¹ Professor Titular da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, Pesquisador Produtividade CNPq e Líder do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (RUMA).

Primeira fotografia: Não Bula

O ano de 1749 foi marcado pelo pico de mortalidade indígena causada pela epidemia que começara em 1748 e que findara em 1750. Nesse mesmo ano, o recém nomeado bispo Miguel de Bulhões desembarcou no Grão-Pará, trazendo na bagagem a Bula assinada pelo papa Bento XIV² “para desterras de todo o injusto cativoiro dos mesmos Índios a mandasse [a Bula] publicar apenas [quando o bispo] chegasse a esta diocese”³.

Dias após o desembarque, o bispo pôde perceber a importância do trabalho indígena para o sustento dos “moradores”, entendendo aqui “morador” não como sinônimo de “habitante”, mas de proprietário de terras e escravizados, “branco” e/ou com direitos políticos de votar e ser votado para o senado da Câmara - ou seja, uma elite local. Imaginemos na perspectiva desses mesmos “moradores” o significado da tentativa de limitar o acesso a escravizados indígenas num período que estavam sob alta mortalidade causada pela epidemia (entre 1748-1750 morreram aproximadamente 16.000 nativos). A regulação papal era um gesto de restrição do aprisionamento da população autóctone e corria contra a intensificação do cativoiro defendida pelos “moradores” como forma de reposição daqueles que morreram sob o espectro do surto (Vieira Jr., 2017).

Diante do cenário tenso, Miguel de Bulhões, antes de publicar a Bula, marca reunião com as “pessoas principais desta Cidade [Belém]”. Era a tentativa de não “causar nesta Capitania alguma sublevação, nem expor ao iminente perigo de ser ultrajada esta Lei do Papa”. No plenário, o bispo apelou para o “lastimoso estado, a que se achavam reduzidas as suas consciências [dos ‘moradores’] por causa da notória injustiça com que cativam os Índios sem guardar a forma prescrita pelas **Reais ordens de Sua Majestade** [destaco]”. Avançou procurando ressaltar que a Bula contava com o apoio das

2 *Bularium Benedicti XIV. Tomus Primi*. Roma: Typographi Celsiss, vol. I, 1826, p. 204.

3 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino, mç. 598, doc. 55.

duas principais autoridades do mundo católico lusitano, Bento XIV e D. João V, então rei de Portugal: “o Vigário de Cristo [...] conferindo esta importantíssima matéria com o nosso Augusto Soberano, tinha proibido com pena de Excomunhão reservada e mais censuras Eclesiásticas os referidos cativeiros”. Entretanto, o bispo não conseguiu persuadir os “moradores”. Após a reunião, 136 “moradores”, incluindo juiz ordinário, escrivão da Câmara e vereadores assinam uma carta enviada a Miguel de Bulhões deixando claro que não iriam cumprir as determinações papais, se posicionavam explicitamente contra as determinações do Vaticano e de Lisboa: “não assentimos na dita Bula”⁴.

Objecção que não era novidade, levando ao rei D. José I registrar o insucesso de seus antecessores na regulação da escravidão indígena. O monarca destacou que em 1570, 1587, 1595, 1609, 1611, 1647, 1655 e 1680 houve tentativas de imposição legislativa da Coroa na matéria e tais leis enfrentaram resistências baseadas na “cobiça dos interesses particulares”⁵. Não se tratavam de ações régias com o intuito de proteção dos indígenas, mas sim, o movimento de construção de uma perspectiva do uso da mão de obra para os “moradores”, instigando-os a substituir o trabalho escravizado indígena pelo de origem africana. Lisboa tentava aproveitar mais uma chance de persuadir os “moradores” para “que se sirvam de Escravos Negros”⁶. Nesse jogo de xadrez, a clareza dos movimentos da Coroa, atrelada ao auxílio luxuoso de uma Bula papal, foram percebidos pelos “moradores”.

A oposição à utilização do trabalho africano exercida por parte de “moradores” fica explicitada num manifesto produzido logo após o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, empossado em 1751, Francisco Xavier de Mendonça Furtado fazer sua primeira audiência

4 ANTT, Ministério do Reino, mc. 598, doc. 55.

5 BNP, “LEY, PORQUE V. Magestade ha por bem restituir aos Indios do Grão Pará, e Maranhão a Liberdade das suas PESSOAS, e BENS, e COMMERCIO, DADA EM 6 DE JUNHO DE 1755”].

6 BNP, Coleção Pombalina, F.348. *Instrução que Vossa Mage. he servido de mandar a Francisco Xavier de Mendonça Furtado Governador e Capite[m] General do Estado do Pará e Maranhão.*

na Câmara de Belém. O objetivo do documento era “dar com mais acerto Resposta a Proposta, que o Sr. General [Mendonça Furtado] da parte de sua Majestade, que Deus guarde propôs ao Senado da Câmara sobre **a Introdução de pretos neste Estado** [destaco]”⁷. Retoricamente o manifesto dedicou-se à fragilidade do emprego de escravizados africanos.

O primeiro argumento tratava da pobreza dos “moradores” e do alto preço dos “pretos”: “aquele par de pretos não remediarem a necessidade dos muitos de que carecem, para tirar lucro que avulte”. E caso os “moradores” comprassem africanos “fiados”, poderiam não ter recursos para saldar a dívida e ter seus bens hipotecados – “ficariam em pior estado”. A argumentação também se baseava na desqualificação da mão de obra, pois os africanos não estariam adaptados ao trabalho específico da região, “não servem mais que trabalharem com uma foíce e machado”. Não tinham habilidades para caçar e pescar “como fazem os tapuias para si e seus senhores”. Além de não serem capazes de prover a mesa dos colonos, os africanos ainda teriam de ser alimentados. Outro ponto do manifesto foi a necessidade de deslocamento interno: “todo o trato desta capitania é por mar, por ser toda cortada de Rios **só os tapuias** [destaco] servem para remar e governar as canoas”. Sem os indígenas, segundo o manifesto, nem brancos e nem negros conseguiriam se deslocar nos matos, correndo o risco de se perderem e de morrerem na floresta – “das terras desta capitania serem todas de matos”. Outra dificuldade era a presumida falta de habilidade que os “pretos” teriam para fazer “paneiros, tipitis e outras cousas de que se usa no tráfego de Roças”, dificultando o transporte da produção. Em poucas linhas, o manifesto reforçava a imagem de um indígena nato para ser explorado, criado em canoas e ao rigor do tempo. Por outro lado, o africano era considerado inapto para trabalhar na região, principalmente por não ter as habilidades necessárias e o conhecimento das realidades locais. De forma taxativa,

7 ANTT, Ministério do Reino, mc. 597, doc. 03.

o manifesto refutava a entrada de africanos e concluía: “se não pode estranhar a este povo [‘moradores’] a não aceitação dos pretos”⁸.

Por outro lado, não foi só a Bula que se deparou com objeções por parte da elite local: a publicação da “Lei de Liberdade Geral do Índio” também enfrentou resistência. Nesse caso, o governador Mendonça Furtado postergou por quase dois anos a publicação da “Lei”, pois se fazia necessário convencer os “moradores” “para que os mesmos Povos [‘moradores’] estejam capacitados no novo Sistema que se segue [uso de cativos africanos], [...] para no dito tempo chegarem mais alguns navios de Pretos para se irem fornecendo os Engenhos e Fazendas...”. O governador estabelecia no adiamento da publicação uma estratégia para combater a possibilidade de “Rebelião destes miserabilíssimos e ignorantíssimos homens [‘moradores’]”⁹.

Apesar de toda a resistência, em 1757 a Bula papal trazida pelo bispo Miguel de Bulhões e a “Lei de Liberdade Geral do Índio” foram publicadas. Fim da primeira fotografia.

Segunda fotografia: Galera São José

Se a primeira fotografia foi de uma Bula papal desembarcando no porto de Belém, a segunda é a Galera São José ancorando no mesmo porto em 1756, um ano antes da publicação da Bula e da “Lei de Liberdade Geral do Índio”. Na perspectiva da Coroa, o *time* não poderia ser mais preciso, pois naquela embarcação eram transportados 91 escravizados africanos vindos de Cacheu, representando a intensificação das ações de Lisboa para impor um novo sentido para escravidão na Amazônia baseado na valorização da exploração do trabalho escravizado de origem africana. No financiamento do transporte e no lucro do tráfico estava a recém-criada Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão [chamarei simplesmente

8 *Idem.*

9 Arquivo Histórico Ultramarino Projeto Resgate (AHUPR), capitania do Pará, 12 de novembro de 1755, cx. 39, doc. 3676.

te de Companhia], criada sob o aval e incentivo da Coroa lusitana e financiada por capital privado. Era uma Companhia monopolista, controladora do fluxo das mercadorias, tendo como uma das suas principais fontes de capital o tráfico atlântico de cativos. E entre os anos de 1756-1778 foi a principal fornecedora de mão de obra escravizada africana para os “moradores” do Grão-Pará.

A Galera São José de imediato chamou atenção do bispo Miguel de Bulhões, por ver nela uma aliada na publicação da Bula papal. Nesse sentido, indicava que os administradores da Companhia “regulassem os preços dos escravos, de sorte, que este Povo [‘moradores’] acabasse de compreender a utilidade que lhe havia de resultar da Nova Companhia, e que refletissem que esta era a primeira ação dela”¹⁰. Ao longo dos anos, a Galera São José foi acompanhada por outras embarcações, como Galera São Luiz, Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião, São João Batista, Mãe de Deus e Nossa Senhora da Esperança, todas trazendo em seus porões homens, mulheres e crianças vindas do continente africano e transformadas em mercadorias. No período de funcionamento do monopólio da Companhia foram contabilizados nos seus “Livros de Carregações” 13.316 africanos destinados ao porto da cidade de Belém.

Dos cativos transportados e desembarcados em Belém, 52% vieram de Cabo Verde, Cacheu e Guiné e os outros 48% vieram da região de Angola. A Companhia procurou valorizar o tráfico a partir de Cabo Verde por ter o monopólio do comércio, do controle administrativo e do fisco “das Ilhas de Cabo Verde e suas anexas, e Costa da Guiné desde o Cabo Branco até o Cabo das Palma”. De 1757-1777, a Companhia deteve o controle do governo civil e militar dessa região, incluindo a nomeação de governadores, com a contrapartida de custear fortificações locais, a folha (de funcionários) leiga e eclesiástica, as residências de governadores, as feitorias, as armas e as munições¹¹.

¹⁰ BNP, Coleção Pombalina, F.321.

¹¹ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 14 de novembro de 1757, cx.43, doc. 3900.

O fluxo de cativos transportados pela Companhia apontava para uma política de valorização do uso da mão de obra africana que deveria ser estendida aos “moradores” da capitania do Grão-Pará, mesmo a despeito das resistências evidenciadas por parte da elite local. Poucos anos após a chegada da Galera São José, eram apresentados indícios dos desdobramentos dessa política. Em 1761, por exemplo, o então governador do Estado do Grão-Pará, Manoel Bernardo de Mello de Castro, cita a rapidez na venda de escravizados trazidos por uma das embarcações da Companhia, que lançou amarras no porto às 22 horas e na tarde do dia seguinte havia vendido todos os cativos transportados¹². A rapidez na venda dos escravizados muitas vezes era acompanhada por tumultos. Poderiam “moradores” não conseguir adquirir cativos, mesmo tendo a quantia necessária para a compra. Essa incapacidade dava-se pelo enfrentamento com uma elite comerciante local que monopolizava a compra de escravizados - alguns “carregamentos” eram vendidos antes mesmo do desembarque (Souza Jr., 2013).

No movimento de tráfico de cativos africanos esboça-se uma maior intensificação da diversidade da população da Amazônia. Em especial do Grão-Pará, os cativos não foram distribuídos de maneira uniforme na capitania, muito pelo contrário, houve uma concentração dessa população de origem africana. Em 1778, ano do fim do monopólio da Companhia, O Grão-Pará era dividido em 63 freguesias/vilas e apenas seis delas concentravam 58% dos escravizados de origem africana: Sé, Campina, Cametá, Mojú, São Domingos do Rio Guamá e Macapá. Além da concentração de escravizados nessas localidades, também podemos encontrar algumas atividades econômicas com um maior poder de atração da mão de obra cativa, em especial a agricultura de cacau, arroz e cana-de-açúcar. Atividades relacionadas por exemplo ao extrativismo e a pecuária tinham uma participação menor dos braços de origem africana.

¹² ANTT, Ministério do Reino, mc. 597, doc. 139.

Não é sem razão que 22 freguesias, mais de um terço do total das localidades da capitania, tinham um plantel que oscilava em média entre 0-9 cativos africanos. Embora nem todos os “moradores” tenham no trabalho de origem africana seu principal eixo de produção, paulatinamente e de maneira heterogênea, se esboçava uma sociedade escravagista onde a ideia de escravizado passava a estar atrelada à presença do africano¹³. Um mundo do trabalho bastante diferente daquele que recebeu e resistiu à Bula papal, bem diferente da lógica de resistência a inserção de africanos. E nesse contexto de mudanças, mais especificamente no ano de 1770, desembarca em Belém uma escravizada que vinha de Mazagão, chamada Quitéria - nossa terceira e última fotografia.

Terceira fotografia: Quitéria

A terceira fotografia também é tirada no porto da cidade, quando Quitéria pisa pela primeira vez em Belém. Uma mulher que sob a condição de escravizada viera da fortaleza de Mazagão, em Marrocos, após uma rápida escala em Lisboa.

Sua residência inicial era dentro de uma cidadela cercada por muros, construída para assegurar o domínio lusitano do litoral africano, uma fortaleza erguida no ano de 1514 e evacuada pela Coroa portuguesa em 1769. A fortaleza era composta por uma população de origem lusitana, incluindo ilhéus dos Açores, sendo marcada por disputas entre mulçumanos e católicos e por intensas trocas culturais. O isolamento de Mazagão criava, para além das constantes tensões marciais, semelhanças entre aqueles que viviam dentro dos muros e os que viviam fora¹⁴. Os “mazaganistas”¹⁵, ao longo de séculos, reinventaram suas identidades e práticas culturais, e, embora servissem

13 Desde o século XVII existia uma presença de escravizados africanos na região, mas o peso maior no mundo do trabalho era indígena (Chambouleyron, 2004).

14 Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), CCC, doc. 25.

15 Trabalharemos com a definição de “mazaganista” como aquele/a que viveu na fortaleza de Mazagão, não tendo necessariamente lá nascido.

ao rei de Portugal, tinham necessidades e cotidianos que muitas vezes os distanciavam de Lisboa (Vidal, 2008).

Até 1769 era pouco provável Quitéria, e os outros dois milhares de moradores de Mazagão, imaginar ter sua vida encravada nas matas e nos rios amazônicos. A relação entre a fortaleza de Mazagão e a Amazônia se estreitou quando a população da “praça” lusitana foi rapidamente evacuada sob as ordens de D. José I, deixando para trás 255 anos de presença lusitana na região. A ordem veio após o cerco iniciado em dezembro de 1768 pelo Sultão Mullah Mohamed, com duração até março do ano seguinte. O que se deu depois foi o deslocamento por mar de uma cidade inteira, 469 famílias e 225 indivíduos solitários, somados chegavam ao total de 2.093 indivíduos. No meio dessa população, estava Quitéria, arrolada pelos administradores da fortaleza na família número #258, atrelada ao domicílio do seu então proprietário¹⁶. Quitéria assistiu todo esse cenário de deslocamento sob a condição de escravizada e nele buscou sua agência.

Pisando em terras lisboetas, Quitéria mal tivera tempo de adaptar-se à capital do Império. Ela e os demais mazaganistas chegaram em março de 1769 e ficaram em Lisboa até o mês de setembro, quando partiram rumo a um novo destino. Os mazaganistas atravessaram o Atlântico para alcançar o porto da cidade de Belém do Grão-Pará numa imigração compulsória, ou por eles mesmos qualificada como “transportados violentamente ao referido Estado do Pará”, pois o direito de não partir de Lisboa estava condicionado a uma expressa autorização do rei. As restrições para que os mazaganistas pudessem permanecer em Lisboa não só marcaram o projeto da Coroa lusitana de transferir integralmente (ou quase) a fortaleza, como também a resistência de parcela dessa população em emigrar para a Amazônia, lugar representado por parte dos imigrantes com “repugnância”¹⁷.

Quitéria era em Mazagão uma das poucas pessoas cativas, no total de 2.093 indivíduos que deixaram a fortaleza, apenas 49 estavam

16 AHU, códice 1784.

17 AHU, capitania do Grão-Pará, 08 de outubro de 1778, cx. 80, doc. 6639.

sob a condição de escravizado, pouco mais de 2% da população da cidadela. Esses números servem de indício para entrevermos o sentido e participação do trabalho escravizado dentro da fortaleza, que tinha essencialmente um papel de defesa e desenvolvia de maneira tímida uma agricultura sob constante ameaça de incursões militares da população islamizada que a cercava.

E se Quitéria pisa em Belém no dia 11 de janeiro de 1770 na condição de cativa e acompanhada por mais de 1.600 mazaganistas, oito anos depois ela era reapresentada como mulher livre, embora casada com um escravizado, e proprietária de outros dois cativos. Saíra da condição de escravizada para a de proprietária, mudança em parte possibilitada ao exercer a atividade de venda de comida pelas ruas da cidade. E quando uma autoridade local resolve descrever a condição dos mazaganistas em Belém, destaca que Quitéria tinha uma vida mais confortável do que seu antigo senhor. No Grão-Pará ela desenvolveu estratégias de sobrevivência num cotidiano profundamente marcado pela presença da escravidão e por isso bem diferente de sua terra natal.

No ano de 1777, por exemplo, as duas freguesias que compunham a cidade de Belém, Sé e Santana da Campina, eram intensamente habitadas por escravizados de origem africana, respectivamente 52% e 59% da população total dessas localidades eram compostas por cativos. Uma mudança significativa quando comparada à primeira fotografia desse ensaio, uma mudança quantitativa na composição de mão de obra do Grão-Pará atrelada a uma mudança no sentido da utilização desse trabalho pela elite local. Para os “moradores” houve uma resignificação, os escravizados africanos, antes vistos como limitados ao uso “da foíce e machado” e desconhecedores da natureza da Amazônia, passam a ser representados como principal vetor de trabalho. Paulatinamente se cria a ideia de que a sobrevivência material dos “moradores” só era possível a partir do cativo africano, os mazaganistas recém-chegados compreendem não apenas o peso social atrelado à posse de cativos, mas também sua importância econômica. E Quitéria compreendeu.

Embora Quitéria fique na cidade de Belém, esse não deveria ser o destino final dos mazaganistas. No mesmo ano da chegada dos imigrantes começava a ser erguida uma vila ao lado de Macapá, idealizada pela Coroa a ter como principal povoadores os imigrantes que vieram de Mazagão, e por isso era chamada de Vila Nova Mazagão. Aliás, a fixação desses imigrantes na nova vila foi marcada por constantes reclamações e resistências, pois as condições de sobrevivência na região eram bastante precárias. No novo mundo, os mazaganistas se inseriram e reforçaram uma sociedade escravagista, como percebido na contagem da população da população da vila Nova Mazagão, que no ano de 1778 totalizava 1.591 pessoas distribuídas por 310 domicílios, com a posse de escravizados em 395 indivíduos, ou seja, 22% da população total - quase um quarto dos habitantes da vila era composto por cativos africanos¹⁸.

Para além do aumento exponencial dessa população quando comparada com 49 cativos que partiram da fortaleza em Marrocos, chama atenção o sentido que o trabalho escravizado ganhou para os imigrantes. Existem indícios de que o sustento dos mazaganistas passava a ser representado pelos próprios imigrantes como atrelado à posse de cativos. Diogo Serrão de Abreu, por exemplo, pediu ao governador para sair de Nova Mazagão com a família e, entre os motivos apresentados, estava o fato de viver “muito pobre por não ter escravo¹⁹ algum”²⁰. Dona Maria Alves Macedo também alegava algo semelhante, dizia passar até “quarenta e oito horas sem comer” por não ter “escravo algum e nem ao menos um homem consigo sendo ela moça donzela”²¹. E mesmo entre aqueles mazaganistas que ainda residiam em Belém, como Quitéria, a posse de cativos passou a ser importante componente econômica, pois os escravizados eram obrigados a “ganharem a vida” por seus senhores. Por exemplo, José

18 AHU, capitania do Grão-Pará, 22 de junho de 1785, cx. 94, doc. 7509.

19 Na documentação oficial, a partir de 1757 “escravo” passa a ser sinônimo de escravizado de origem africana, e não de indígena, que teve sua escravidão teoricamente proibida naquele ano.

20 AHU, capitania do Grão-Pará, 08 de outubro de 1778, cx. 80, doc. 6639.

21 *Idem*.

Veloso, homem de quarenta anos, que em Mazagão era artilheiro e passou a ser sapateiro em Belém, vivia do trabalho de dois escravizados. Luiz Valente Cordeiro tinha uma família que vivia da costura e do trabalho de dois escravizados menores. Francisco Xavier da Mota era mazaganista que vivia de seu soldo e “o que lhe adquire uma escrava”. Ou Francisco Penha da França, que vive do ofício de alfaiate e do “que lhe adquire uma preta”²². Outros exemplos poderiam ser citados, basta dizer que nas 114 famílias de mazaganistas em Belém no ano de 1778, podemos encontrar a posse de 187 cativos. Definitivamente, engendrava-se uma estratégia de sobrevivência entre os mazaganistas, aproveitando a oferta de escravizados via Companhia, que os sedimentava dentro de uma sociedade onde o trabalho cativo africano passou a ser o comum – a própria Quitéria aderira a esse sentido de lugar social e de sobrevivência material.

O Filme

Ao pegarmos nossas três fotografias e as colocarmos em movimento, podemos visualizar um filme. O enredo tem como cenário uma capitania encravada no que conhecemos hoje por Amazônia. Assistimos entre os anos de 1748-1778 um prólogo marcado pela resistência de “moradores” contra a regulação e proibição da escravidão indígena e sua substituição pelo trabalho escravizado de origem africana. O desenvolvimento da narrativa avança sobre a inserção de cativos africanos através de uma Companhia monopolista, e ao mesmo tempo a coexistência entre o trabalho escravizado indígena e o de origem africana. O epílogo é marcado pela consolidação do uso de escravizados africanos por “moradores” da capitania, uma mudança tão significativa que interfere no sentido de trabalho para um grupo de imigrantes mazaganistas, estes em sua terra natal tinham reduzida posse de “escravizados” e menos de uma década após chegarem na Amazônia, significavam o trabalho cativo como fundamental, em

22 AHU, códice 1790.

seus domicílios apresentavam a constante presença de escravizados africanos. O filme no geral nos apresenta a possibilidade de percebermos Amazônias, a capitania do Grão-Pará deixa de ser uma unidade populacional e ganha diferentes matizes não apenas em relação à presença e concentração de africanos, mas também quanto ao peso e ao sentido do trabalho desses cativos. Ao mesmo tempo é possível vislumbrar um conjunto de ações da Coroa que buscam vencer a resistência dos “moradores” locais ao uso de escravizados africanos, a composição de um cenário lucrativo a partir do tráfico negreiro e ao mesmo tempo a clareza de que o projeto de Lisboa foi parcialmente aceito: muitas localidades ainda continuavam a ter no trabalho compulsório indígena sua principal força produtiva.

Referências

- CHAMBOULEYRON, R. Suspiros por um escravo de Angola: discurso sobre a mão-de-obra africana na Amazônia Seiscentista. **Revista Humanitas**, Belém, v. 20, n. 1/2, p. 99-111, 2004.
- SOUZA Jr., J. A. Negro da Terra E/Ou Negros da Guiné. **Revista Afro-Ásia**, 48, p. 173-211, 2013.
- VIDAL, L. **Mazagão**: a cidade que atravessou o Atlântico. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- VIEIRA Jr, A. O. “Retórica da Epidemia”: Discursos, negociações e tensões políticas que orbitavam o uso da mão-de-obra indígena no Grão-Pará, 1748-1750, **Anais de História de Além-Mar**, Lisboa, vol. XVIII, p. 63-96, 2017.



HISTORIOGRAFIA DO BRASIL: DE SALVADOR ÀS MATAS AMAZÔNICAS

Antonio Torres Montenegro.¹

Primeiras palavras:

Ao receber o convite para participar do VII Seminário Internacional de História e Historiografia, descobri que a equipe organizadora havia muito gentilmente definido a minha participação na mesa Historiografia do Nordeste, em parceria com os colegas professores Marcus Carvalho e George Cabral.

Uma agradável surpresa e uma enorme responsabilidade. Meu primeiro movimento foi fazer um recorte, sugerido pela historiadora Regina Guimarães, para analisar o tema do trabalho nas pós-graduações do Nordeste. No entanto, em face da amplitude da temática, decidi construir uma trilha comentando duas obras, que avalio como significativas contribuições à historiografia do Brasil e do Nordeste. Estas operaram como intercessores, ou seja, produziram rupturas e deslocamentos na minha compreensão da história e do fazer historiográfico. Este foi o critério fundamental desta seleção.²

1 Professor Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação da UFPE. Pesquisador Produtividade do CNPq. Coordenador do Laboratório História e Memória da UFPE/TRT 6 Região (LAHM).

2 Sobre este tema recomendo: Deleuze (1992, p. 156). Também o artigo: A filosofia e seus intercessores: Deleuze e a não-filosofia. *In*: Vasconcelos (2005, p. 1217).

Como sou adepto da teoria de que aprendemos com, ou seja, na relação que estabelecemos com as pessoas, com os livros, com as situações vivenciadas, e não como, ou seja, reproduzindo protocolos, fui surpreendido pela narrativa historiográfica apresentada em dois livros de publicação recente. Essa surpresa se relaciona à forma como as histórias foram contadas, os deslocamentos e os desvios que os autores operavam a partir dos registros documentais pesquisados; e, ainda, como a teoria se constituía no próprio estilo escriturário de um passado que se fazia presente. Esses dois livros concorreram para formular significativas imagens no pensamento.

Foram leituras que possibilitaram descobertas, perplexidades, exclamações. Seguiram-se anotações em pé de páginas, longas pausas para ruminar o caminho percorrido pelos autores, além de copiar parágrafos inteiros. Como se por meio desta prática usual dos bancos escolares do passado recente, pudesse apreender um pouco do estilo, das maneiras dos historiadores, que aqui serão comentados, comporem suas histórias.

Desde que li “A morte do autor” (Barthes, 2004), me convenci que o livro lido se transforma na escritura do leitor. Logo, não se surpreenda o leitor com as análises e comentários que lerão, pois é como construí em pensamento esses dois livros a partir das minhas leituras.³

Salvador do século XIX: vida buliçosa

Início pelo livro que narra a vida e o trabalho de homens e mulheres negras em Salvador, particularmente, no século XIX, com destaque para “a greve negra de dez dias em 1857”. A primeira di-

3 Sobre esse tema, relembro Roland Barthes em uma passagem do *Rumor da Língua* no tópico “A morte do autor” em que afirma “[...] um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor: o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura: [...] (Barthes, 2004. p. 64).

menção que sublinho neste livro é o da escrita, ou mais propriamente, o estilo do autor. Quantos de nós tem uma preocupação e uma dedicação em aprender o infundável ofício da escrita? Em reescrever incontáveis vezes frases, parágrafos, páginas até alcançar a melhor forma de dizer da pesquisa, dos livros que são conectados aos documentos e projetam desvios e deslocamentos ao dizer aquela história? Aprendizagem que segundo o poeta João Cabral jamais é sabida, pois “o que se escreve tem caminhos; escrever é sempre estrear-se; e já não serve o antigo ancinho” (Melo Neto, 1994, p. 64).

Ao tratar da escrita e do estilo desta primeira obra, deve-se atentar que neles residem a perspectiva teórica e metodológica do fazer historiográfico. Assim, o autor ao apresentar o tema de que trata o livro, escreve:

Desde o final do século XVII, a capital da Bahia, Salvador, exibia uma vida urbana densa e buliçosa, e nela o regime de cativo se havia instalado no interior das casas e nas ruas, deixando sua marca em todo tipo de documentação (Reis, 2019, p. 15).

Dizer que a cidade tinha uma vida buliçosa me causou *surpresa e riso*. Nunca havia lido um historiador utilizar este adjetivo para dizer de uma cidade. Mas o uso do termo além de preciso, desperta o leitor para uma dimensão fundamental, a cidade em movimento nos embates cotidianos provocados pelo regime de trabalho escravista. E convido o leitor a atentar para mais um detalhe, quase imperceptível; em lugar de dizer que a escravidão estava em toda parte, o autor é cirúrgico, ao apontar “no interior das casas e nas ruas, deixando sua marca em todo tipo de documentação” (Reis, 2019, p. 15).

Ao demarcar como lugar de escravidão o interior das casas, não significa assinalar algo mais do que sabido. Porém, remete a escravidão para o território reservado da privacidade familiar que é associada às ruas numa extensão quase impossível de estabelecer fronteiras. Assim, é dito sem rodeios que o regime de trabalho e de vida

escravista irmana o privado e o público, cujos registros são lidos em todo tipo de documento. Ou seja, a diversidade documental também indica a amplitude e a predominância desse *modus operandi* de vida e trabalho de que trata a obra, sem prescindir das múltiplas artimanhas das resistências e malandragens dos escravizados e libertos na Salvador do século XIX.

Outro aspecto que chamou minha atenção foram os indícios apresentados pelo autor, que resultaram da sua leitura dos documentos. Busquei apreender a “voz do escritor”, um estilo literário, com uma dose de humor, de quem está permanentemente atento às armadilhas que os rastros documentais produzem. Dessa maneira, ao narrar “os ganhadores do mar”, cita os africanos que, por virem do interior da África, não costumavam ter a aptidão para nadar, e ao se empregarem em saveiros, eventualmente, morriam afogados. Relata que o dono de uma lancha usada no transporte de cal para o forte do Mar deixou registrado que Dativo, escravo africano, teria caído no mar e os demais companheiros não conseguiram salvá-lo, mesmo lançando cordas. E observa o autor: “Ganhadores como Dativo muitas vezes não podiam escolher como ganhar a vida, e terminavam por perdê-la” (Reis, 2019, p. 60).

Uma maneira coloquial de comentar, compor cenas, cenários, narrar tragédias, injustiças, artimanhas, resistências, manobras em múltiplas direções em que o poder público está em constante e incansável movimento de submeter, subjugar, esmagar e apagar a presença do escravo e dos negros alforriados em Salvador. A sabedoria e as estratégias que os negros e negras constroem estão presentes e contadas em detalhes, sem se deixar capturar pelo discurso moralista ou o do poder instituído.

Assim, é apresentado como diversos documentos relatam justificativas para criticar e controlar “os ganhadores”. Um tema recorrente era o “ constante desvio de carga”. Para situar esta temática, presente na documentação, é oferecida ao leitor uma leitura que estabelece linhas de fuga ao discurso oficial. Conta o historiador que:

Se eram escravos, os ganhadores queriam auferir o suficiente para, além de sobreviver, poupar com vistas à alforria. [...] Havia ganhadores que se cansavam de esperar pela prosperidade como fruto exclusivamente do trabalho. Impacientes, partiam para o roubo, e no caso dos escravos, com frequência, porque nem sempre o ganho bastava para pagar a semana devida ao senhor (Reis, 2019, p. 60).

A prática de ampliar seus ganhos, não se constitui num relato isolado na urdidura que tece a história. Com muita precisão o autor relaciona o tema dos desvios de mercadorias como mais uma variante que concorre para justificar “a postura de 1857 que levava à greve, pois os vereadores apostavam que o número do registro individual estampado na chapa metálica a ser usada em ‘lugar visível’, inibiria semelhante comportamento” (Reis, 2019, p. 60).

O livro tem como cerne a greve dos ganhadores em 1857, quando o poder público planeja ampliar o controle dos ganhadores por meio de um imposto, instituindo uma matrícula e o uso de uma chapa pendurada no pescoço. Uma marca do contar essa história aponta para uma população trabalhadora negra em permanente deslocamento. A escrita é arquitetada na tensão que a presença majoritária dos africanos e seus descendentes produz na vida e no trabalho “no interior das casas e nas ruas” de Salvador. Em muitas passagens da obra, o autor opera com diversificados rastros, que, ao serem lançados no texto, projetam o leitor em múltiplos planos da realidade documentada, dando a conhecer outra trama social e política. Nos termos do historiador:

A pressão combinada do governo, de proprietários rurais, da imprensa e de homens de letras, inclusive poetas, sobre os ganhadores visava expulsá-los de Salvador. O plano era desafricanizar a cidade, apesar das incertezas sobre quem exatamente os substituiria no trabalho que executavam (Reis, 2019, p. 18).

Imagino que ao deitar olhos em incontáveis papéis de um Salvador do século XIX, o pesquisador teve a sensibilidade teórica e cognitiva para não deixar escapar os sinais desta outra trama, a de “desafricanizar a cidade”. Mesmo não tendo sido efetivada, essa prática é reveladora de como parcelas da sociedade pensavam e, portanto, agiam em relação aos escravos e à população negra.

Retornemos à greve e à maneira como o autor a apresenta quando surpreendeu a cidade “buliçosa” por dez dias:

A greve - termo aqui usado no sentido de paralisação do trabalho, e apenas isso - nada deveu aos modelos de mobilização da classe operária europeia que iriam predominar pouco mais tarde entre os proletários brasileiros e imigrantes. Mas seria um episódio todo ele recheado de significações locais e africanas, um estilo de mobilização até então inédita, surpreendendo seus contemporâneos, que não conseguiram atinar sobre o episódio e como enfrentá-lo. As autoridades ficaram desnorteadas. Não era revolta, não era quilombo as formas clássicas de resistência escrava, não era sequer um protesto contra a escravidão, mas uma suspensão do trabalhador africano, e não apenas o escravizado, contra o estado (Reis, 2019, p. 17).

Esta perspectiva teórica - do meu ponto de vista - aciona uma leitura rigorosa e atenta dos documentos que não se deixa capturar por um conceito ou uma definição *a priori* sempre prontas a estabelecer explicações gerais e homogêneas.

Em outra passagem, o autor ao se debruçar sobre os documentos que registram a ação dos fiscais que controlavam a atividade dos ganhadores e ganhadeiras, comenta o significado das multas e como o ganho deste agente público estava relacionado às multas aplicadas: “O fiscal alegou que a escrava, apesar de portar a licença para mercadejar, não tinha consigo uma vara de medir devidamente aferida” (Reis, 2019, p. 117).

E em seguida comenta:

Os fiscais tinham todo interesse em multar porque recebiam uma porcentagem dos valores das infrações, em torno de 9% [...] Então, quanto mais multar, melhor. Daí para o abuso era um passo curto, e abusar de negros escravos ou libertos estava no ordem do dia nessa época (Reis, 2019, p. 117).

Mas se engana quem não leu ainda este autor e está a imaginar que ele encerraria a análise da tensão vivenciada entre fiscais e ganhadeiras com este último comentário.

Será como atento leitor de detalhes e sinais quase imperceptíveis registrados nos documentos acerca das infundáveis e variadas formas de embates entre o poder público e os ganhadores/ganhadoras que acrescenta a seguinte observação: “Mas não se deve crucificar esses fiscais por abuso de poder em todas as histórias narradas até aqui” (Reis, 2019, p. 117). Com esta afirmação, possível a um exímio conhecedor das tramas registradas nos documentos, alguns poderiam indagar: “afinal de que lado este historiador se encontra?” E eu diria, de lado nenhum, mas no meio do caminho a narrar como a escravidão modela corpos e almas. E dessa forma lemos uma história que além de quebrar o dualismo mecânico do pensamento reducionista, inviabiliza o discurso das sínteses totalizantes. E prossegue:

Por intolerância, por intransigência, sim. As multas, talvez na sua maioria, procediam, à vista do que está determinado no livro de posturas. Considerem que os ganhadores e ganhadeiras também resistiam às regras impostas a eles e elas, ou seja, não se acomodaram às imposições legais emanadas da Câmara Municipal. Amiúde burlavam as leis para vender melhor seus produtos ou para tornar menos penoso o trabalho que faziam. [...] Era estratégia de sobrevivência não se curvar completamente as autoridades fiscais. É como entendo muitas das histórias de inocência e injustiça narradas

por escravos e escravos a seus senhores (Reis, 2019, p. 117-118).

E poderia perguntar se o autor não seria também um leitor de Rapol Raj, que entende que na circulação “dos objetos, dos humanos, suas práticas e seus saberes incorporados mudam, se transformam, a partir do fenômeno do deslocamento” (Raj, 2016, p. 10). Em outras palavras, no processo de circulação, as coisas, os corpos, os pensamentos se modificam.

Assim, artimanhas e táticas estão presentes e se constituem em outros atalhos que poderiam ser lidos como resistência de escravos e libertos ao tentarem escapar de mais um controle do poder público. Aquilo que também é chamado de trampolinagem, rodopio, salto, e assim momentaneamente escapular do controle do fiscal. Mas observem, esta é uma maneira de ler o documento como sintoma, ou seja, como rastro e indício, que exige outra postura analítica, e não apenas pensar que com eles capturamos a própria realidade. O historiador que não estabelece a separação entre o registro e a realidade se torna ventríloquo dos documentos e inviabiliza qualquer deslocamento ou desvio analítico.

E para finalizar, me detenho na forma como fragmentos documentais operam como uma tecelagem a partir de fios de urdidura. Sem perder o traçado, apesar da tecelagem ser construída com fios de diferentes dimensões e “coloridos”, ao final do livro a narrativa historiográfica está concluída, mas a história continua. O trabalho cotidiano de escravos e libertos de Salvador não para de pôr em movimento a cidade de Salvador. Os embates, as artimanhas, as resistências, os afagos, os cantos, as rezas e as danças constituem algumas das formas como circulam pela cidade e são dados a ler em pequenas histórias cotejadas a partir dos variados documentos que chegam às mãos do historiador.

Entre as inúmeras atividades dos Ganhadores, destaco aquela denominada de arruar, ou seja, a de carregar cadeiras. Atividade

realizada por duplas e considerada uma das mais bem remuneradas; chegou a ocupar 15% da mão de obra escravizada. Os viajantes estrangeiros que perambularam por Salvador neste período, ao comentarem sobre esta atividade, oferecem relatos, alguns com um nível de detalhe que se assemelha a uma crônica. Surpreendem-se com uma estética que se manifestava no trajar, nos chapéus e bolsas que utilizavam. Além desses registros, o autor cita os dados levantados pelas historiadoras Maria José Andrade e Anna Amélia Nascimento sobre a mão de obra escravizada em Salvador e suas variações estatísticas ao longo do século XIX. Porém, não deixa de assinalar que provavelmente muitos africanos escaparam dos registros censitários.

Outra fonte sobre esta atividade é Manoel Querino,⁴ que relata o valor de uma viagem entre o centro de Salvador e adjacências. O ganho diário de um carregador de cadeira é comparado ao valor de diversos produtos, como uma dúzia de garrafas de cerveja ou de uma saca de farinhas de mandioca, ou 1,32 metro de casimira, um chapéu de feltro ou uma viagem de vapor até Valença.

Mergulhar no *Ganbadores - a greve negra de 1857* é entreter-se e fascinar-se pela maneira como o autor conta a história, a conduzir o leitor por ladeiras, becos, vielas, encruzilhadas, onde ecoa o burburinho de um operar negro, protagonistas de uma Salvador do século XIX. Uma leitura da documentação de um historiador que ao se mover no plano genealógico e arqueológico, interroga, desconfia, confronta, problematiza. E ao dizer dos carregadores, dos seus corpos robustos e marcados pelo peso da atividade e do passar dos anos, também tem olhos para as cadeiras e seus incontáveis detalhes. E em especial para a competência daquelas duplas de carregadores que, segundo alguns viajantes, parecem caminhar nas ruas pedregosas das ladei-

4 Manuel Querino (28/07/1851 - 14/02/1923) foi um dos mais destacados intelectuais baianos e um dos primeiros intelectuais a divulgar a contribuição das culturas africanas à cultura brasileira. É considerado como um dos fundadores da Antropologia brasileira. Faleceu em Salvador, vítima da malária. Inúmeras homenagens sucederam a morte do intelectual, na Câmara Municipal de Salvador, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, no Liceu de Artes e Ofícios e na Escola de Belas Artes, entre outros lugares pelos quais passou e contribuiu com sua luta, sua inteligência e seu talento (Manuel, s.d.).

ras sem que o senhor ou senhora sofra com os solavancos naturais. Porém, nem todos os carregadores são tão competentes e exímios condutores.

Em outra passagem - pois não descuida da saúde daqueles que assumem esta atividade - é dito do esforço físico que requer o arrear e detalha os efeitos no corpo de escravos e libertos com o passar dos anos em atividade que exige tamanho esforço físico. E outra vez, convido o leitor a atentar para o estilo da escrita, quando é comentado sobre o que ocorria com o corpo dos ganhadores. “Fosse sobre os ombros ou a cabeça, a carregar cadeiras ou outros objetos pesados, o estrago sobre o corpo do ganhador era considerável” (Reis, 2019, p. 58).

E onde este localiza os rastros desse estrago...

Os inventários *post mortem* listam escravos estropiados, “quebrados das virilhas” (hérnias), cansados, pés cheios de bichos, de cravos, mutilados, “espinhela partida” entre outras 53 enfermidades. Um anúncio de fuga publicado na imprensa em 1848 recompensava com gordos 100 mil réis a quem capturasse o carregador de cadeira Antonio, de nação tapa, que, além de alto, cheio de corpo e “sinais de sua terra no alto da testa”, tinha “uma costura no peito e outra no pé direito” [...] e complementa o historiador [...] possivelmente resultado de acidente de trabalho (Reis, 2019, p. 58).

Assim, concluo estas breves considerações sobre um livro de história de negros e negras no Brasil, na Salvador dos tempos de escravidão, com a expectativa de ter ampliado no leitor o desejo e a curiosidade de ler *Ganhadores - a greve negra de 1857*, de autoria do historiador João José Reis.

Caminhos Amazônicos: ontem e hoje

A segunda obra que apresento tem diversos pontos de aproximação com o livro anteriormente comentado. A escrita é clara, tem um estilo que acolhe o leitor e o conduz pela difícil vida que os Africanos tiveram de enfrentar no Brasil, ao serem submetidos ao regime escravista.

Contempla o tema da escravidão e da resistência de escravos africanos e seus descendentes, porém em um período e em uma região do Brasil que a historiografia pouco conhece. A Amazônia dos quilombolas e mocambeiros, relembra por seus descendentes, entrevistados pelo autor da obra em uma operação historiográfica de múltiplas temporalidades e ampla diversidade documental.

Nas primeiras páginas o leitor é surpreendido por um percurso de pesquisa que inicia numa viagem de barco do autor, para participar do Terceiro Encontro Raízes Negras, realizado nos mocambos do Silêncio e do Matá, no município de Óbidos, no Pará. Estas são duas comunidades descendentes dos negros que ocuparam áreas do Baixo Amazona às margens dos rios Curuá, Trombetas e Erepecuru no século XIX. É pela denominação de mocambeiros que se tornaram conhecidos os negros quilombolas do Baixo Amazonas ao resistirem e sobreviverem a incontáveis ações repressivas.

A partir de rastros de memórias orais gravadas e anotadas no convívio com a comunidade dos mocambeiros do Pacoval⁵, uma série de questões foram sendo constituídas e se tornaram um verdadeiro farol naquela escavação historiográfica. Entre elas seleciono algumas formuladas pelo autor: “[...] quais os mecanismos de resistência e identidade criados por essas sociedades quilombolas? [...] quais as suas experiências históricas?” (Funes, 2022, p. 34). [...] Como se constituiu uma identidade étnico-cultural e se definiu uma territorialidade, terra de negros, em um espaço indígena? Teriam

5 O quilombo do Pacoval está situado às margens do rio Curuá, no município de Alenquer, no estado do Pará.

os mocambeiros o controle do processo de inserção na sociedade escravista? Haveria uma interação entre os quilombos da região?” (Funes, 2022, p. 56).

Observe o leitor, são perguntas - e não hipóteses -, que como é próprio a uma pesquisa, não é conhecido a trilha da história a ser construída na caminhada. Não há marco final a ser alcançado. Nos começos, não havia ainda a confirmação da existência de documentação para alongar e desembaraçar os tênues fios e estabelecer conexão com os rastros da memória oral dos mocambeiros e mocambeiras. Inicialmente, dos entrevistados do Pacoval, mas também de outras comunidades como “Seu Donga, da Tapagem; Seu Rafæl Printz e sua mulher Dona Rosa, do Abuí, todos eles do rio Trombetas; Joaquin e Daniel de Sousa, do rio Erepecuru” (Funes, 2022, p. 45).

No operar da pesquisa para o livro, as fronteiras entre os campos do conhecimento desaparecem. O historiador se torna antropólogo e etnólogo, a anotar, gravar, fotografar com o deslumbramento de quem adentrou em um universo desconhecido, muito distante e muito próximo. Porém, o intenso trabalho do historiador é dado a ver na medida que o leitor é arrastado livro adentro pelas diversas histórias narradas. São pesquisas com documentos manuscritos de cartórios, arquivos, paróquias, além da documentação impressa de jornais, anais da Assembleia, coleção de leis do Pará, relatórios e falas do presidentes da Província do Pará.

Poder-se-ia associar a escrita desse livro ao trabalho de um tecelão que colhe diversos fios embaralhados e forma um fio de urdidura, para fazer avançar sua tecelagem. Nas palavras do autor,

tomando a memória, os depoimentos e as lembranças, como fontes orais que abriam caminhos para o passado, revelando fatos e significados até então invisíveis ao historiador. Aspecto que se tornou mais interessante à medida que ao longo da viagem foi possível estabelecer um diálogo entre as narrativas orais e as fontes escri-

tas, na montagem desse grande quebra-cabeça (Funes, 2022, p. 47).

Em face de um encaminhamento da pesquisa antropológica e, sobretudo, etnográfica, foi possível ao pesquisador conhecer e posteriormente registrar, por meio da metodologia da história oral, uma memória histórica de eventos passados, transmitida por gerações de mocambeiros e mocambeiras do Baixo Amazonas. Afinal, como um tesouro escondido, ou por que não dizer, desconhecido para quem não tem referenciais teóricos metodológicos para apreendê-lo, ao autor foi possível conhecer uma memória histórica transmitida por gerações e poder-se-ia afirmar bastante esgarçada. Porém, ao estilo de Morelli, que recomendava nas suas pesquisas sobre a autenticidade das pinturas “examinar os pormenores mais negligenciáveis” (Ginzburg, 1989, p. 144), o autor terá como inspiração o historiador Sidney Chalhoub, ao assinalar que “detalhes aparentemente marginais e irrelevantes são formas essenciais de acesso a uma determinada realidade:[...] detalhes que podem ser chaves para redes de significados especiais [...] inacessíveis por outros métodos” (Chalhoub, 1999, p. 17).

É por meio desses referenciais teóricos e metodológico que o autor, ao ouvir as memórias, mesmo que pareçam aos olhos do presente incompletas, quase apagadas e sem referenciais de sentido no presente, não as desconsiderará. E seu trabalho de pesquisa nos arquivos será amplamente recompensado, ao localizar documentos que se conectavam aos relatos de Dona Dica - entre outros - quando lhe contava: “Se apresentaram ao governo, tudo muito bem, que mandou eles trabalhá [...]. Quando foi um dia eles se aborreceram vieram lá do tal de Rossá. Vieram, chegaram e disseram pro governo que eles tinham resolvido vim embora” (Funes, 2022, p. 63 e 370).

Reconstruir por meio da pesquisa nos arquivos o significado histórico das palavras e das frases que Dona Dica e outros mocambeiros narravam era a forma de romper com a memória cuja importância, há mais de um século, estava basicamente na tradição de lembranças

de um passado preservado. Afinal, os curtos relatos que chegavam à contemporaneidade, não davam a ver o mundo de histórias que elas carregavam.

No entanto, será o historiador com uma difícil e arrojada pesquisa em jornais do século XIX nos cartórios e arquivos, lendo os viajantes - entre outros registros documentais - que possibilitará aos mocambeiros e mocambeiras, bem como aos leitores da sua obra, conhecer uma história de resiliência africana na Amazônia que as memórias sinalizavam em lusco-fusco. A pesquisa permitirá forjar conexões entre uma preciosa lembrança recontada a cada geração de mocambeiros e seus descendentes a uma série de eventos noticiados na imprensa, em processos judiciais, em inventários.

Entre as diversas memórias conectadas aos registros documentais, privilegio uma passagem das memórias de Dona Dica e de Seu Santa Rita ao contarem que um grupo de quilombolas do Mocambo do Inferno se apresentaram ao governo para alcançarem a liberdade.

O autor localizou nos arquivos um depoimento do cabeça do Mocambo de nome Manuel da Cruz, setenta anos, escravo de Francisco José Pereira e Maria Margarida Macambira, que declara “não querer morar mais no mato e que sua vontade era prestar serviços à sua majestade o Imperador, em quem confia, lhe dará a sua liberdade e a de seus companheiros” (Funes, 2022, p. 313).

Também é dito que o meio alcançado pelas autoridades para persuadirem o quilombola e mais um grupo de 136 a fim de serem levados para Belém, foi o “suasório”⁶. E segundo a imprensa, o autor deste método de aprisionamento sem combates violentos contra os quilombolas foi o delegado de polícia da Vila de Alenquer, major Luiz de Oliveira Martins.

6 Suasório é um adjetivo pouco usual. Significa persuasivo; que tem facilidade de convencer; que incentiva alguém a fazer determinada coisa, a acreditar em algo, a mudar de comportamento ou de opinião. Nos documentos localizados pelo autor, “suasório” foi elevado à condição de estratégia vencedora que conseguiu trazer 136 quilombolas presos do Mocambo do Inferno da Vila de Alenquer, com um custo baixíssimo e nos termos do discurso oficial sem uso da violência física.

Nas páginas do *Jornal do Pará* e nas do *O Diário de Belém*, muitos fios desta história narrada como memória irão contribuir para conhecermos o ‘inferno’ que viveram os quilombolas ao se apresentarem ao governo. De fato, D. Pedro II permaneceu alguns dias em Belém em abril de 1876, quando da sua viagem e da imperatriz para a Exposição Internacional de Chicago. Na oportunidade, a imprensa registra que o Imperador autorizou distribuir algumas cartas de alforria (Funes, 2022, p. 317).

Porém, a esperada liberdade, prometida aos 136 quilombolas pelo delegado da vila de Alenquer, o capitão Luiz de Oliveira Martins, não ocorreu. De fato, o “suasório” garantiu apenas a liberdade do cabeça do Mocambo, Manuel da Cruz, e de Maria Violante. Para a maioria dos quilombolas (73 homens, 63 mulheres e crianças), muitos vindo a falecer no presídio da cidade em razão da ausência de condições mínimas de higiene e de adequada alimentação, como registra a imprensa da época, a história foi o avesso do prometido.

Em uma passagem do testemunho de Dona Dica, transcrito pelo autor, é dito que:

[...] eles foram procura trabalho, mas muitos não foram bem; olha passaram mal. Aí quando foi um dia se aborreceram, vieram de lá do Rossá (Rhossard). Vieram, chegaram e disseram pro governo que eles tinham resolvido vim embora, que eles tavam trabalhando, que o que tavam ganhando num era nem para comê. Já que queria que eles trabalhassem, ganhassem ao menos pra comê (Funes, 2022, p. 338).

O pesquisador localizou documentos que narram que uma parcela dos mocambeiros estava sendo requerida pelo Barão de Santarém e herdeiros, e que estes foram entregues ao vereador Frederico Rhossard. Este os levou para o seu engenho do Carmo, no distrito de Muaná, na ilha do Marajó. Mas essa história é relacionada também a uma passagem da memória relatada por Seu Santa Rita, que

contou: “alguns foram para o Marajó outros ficaram em Belém e uns voltaram o curuá e outros preferiram ir para o Trombetas” (Funes, 2022, p. 339).

O nome Rossá que aparece nas memórias ganha novos planos na história, ao ser cotejado pelo autor em diversos registros documentais. Porém, assinalo em especial o que foi localizado no Diário de Belém, numa publicação de 27 de novembro de 1876, ao fazer referência aos quilombolas do Curuá:

[...] dois destes indivíduos, quase nus e mortos de fome, solicitando uma esmola e ao mesmo tempo, que para eles chamássemos a atenção do digno senhor dr. Juiz de Orphãos, dr. Curador geral e egrégio Tribunal da Relação, porquanto eles que com vinte e tantos de seus parceiros estão sendo tratados como escravo num um engenho de Frederico Rhossard no distrito de Muaná (Funes, 2022, p. 339).

É surpreendente como ficou gravada em várias gerações de quilombolas, verdadeiros guardiões das memórias dos mocambeiros do Baixo Amazonas, rastros que permitiram ao historiador transformar em uma história viva do Brasil que se projeta no presente e no futuro a desafiar as novas gerações.

Para concluir, transcrevo as palavras do autor:

Na arte de se tornar mocambeiro, o ex-escravo vai moldando sua vida à nova realidade. Ali, a canoa é sua montaria e as pegadas do rio são marcas do tempo... O sentimento de pertença, enraizado na sua ancestralidade, impulsiona esses sujeitos a buscarem a titulação definitiva de suas terras, amparada em dispositivos legais como o artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988 e o artigo 322 da Constituição do Estado do Pará...As narrativas escutadas, podem ser consideradas como uma síntese do sentimento destas comunidades, frente as políticas

públicas impostas pelo Estado nos tempos do chamado milagre econômico em que o lema para a Amazonia era “integrar para não entregar. O mocambo do Pacoval foi a segunda comunidade quilombola do Brasil a ter as suas terras tituladas (Funes, 2022, p. 450-451).

E assinalo como palavras finais desse breve percurso dizendo que ao ler “*Nasci nas matas, nunca tive senhor – história e memória dos mocambos do baixo Amazonas*”, do historiador Eurípides Antônio Funes, o leitor deve também ter conhecimento que as pesquisas realizadas para esta obra deram suporte para a legalização de terras quilombolas do Baixo Amazonas. A história se faz práxis social e política.

Referências

- BARTHES, R. **O rumor da língua**. Trad. Mario Laranjeira. 2a edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CHALHOUB, S. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro. Ed. 34, 1992.
- FUNES, E. A. **Nasci nas matas nunca tive senhor**. Fortaleza, CE: Plebeu Gabinete de Leitura, 2022.
- GINZBURG, C. Sinais: Raízes do paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas, Sinais**. Morfologia e história. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MANUEL Querino. História e Memória. **Museu Afro Emancôel Araújo**, s.d. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/07/17/manuel-querino>. Acesso em: 19 mar. 2024.
- MELO NETO, J. C. **Obra completa**: volume único. Organização Marly

de Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

REIS, J. J. **Ganhadores**: a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RAJ, K. “Circulação não é fluidez”. Entrevista com Kapil Raj. **Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de Ciência**, n. 9, jun. 2016. Disponível em: https://www.sbhc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=944.

VASCONCELLOS, J. A filosofia e seus intercessores: Deleuze e a não-filosofia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1217-1227, Set./Dez. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.



INTEGRAÇÃO, OCUPAÇÃO E EXPLORAÇÃO: A AMAZÔNIA E A “UTOPIA AUTORITÁRIA”

César Augusto B. Queirós (PPGH/UFAM)

Transcorridas seis décadas da deflagração do golpe civil-militar de 1964, vivemos novamente um período no qual o país flerta abertamente com o autoritarismo, revivendo discursos que fazem apologia à ditadura. Não devemos esquecer que há pouco mais de um ano, em 08 de janeiro de 2023, vimos perplexos ações que, com intuítos francamente golpistas e antidemocráticos, colocaram o país em estado de alerta e nossas instituições democráticas sob ameaça. Neste ano, diversos eventos acadêmicos e/ou organizados pelos movimentos sociais estão sendo realizados com o intuito de discutir os múltiplos significados do golpe civil-militar de 1964 e dos 21 anos de ditadura que se seguiram, conduzindo o país pela esteira do autoritarismo, da repressão e de graves violações contra os direitos humanos. E, neste cenário complexo, até como forma de compreender as disputas pela memória e os usos políticos do passado, temos a oportunidade de refletir sobre os impactos do golpe de 1964 e da ditadura que se seguiu sobre o país e, particularmente, sobre a região amazônica.

Primeiramente, devemos destacar a insistente permanência de um discurso que tende a negar e a invisibilizar os efeitos da ditadura na região e, ao mesmo tempo, constrói uma memória positivada, associada à realização de “grandes obras” que teriam levado o progresso e o desenvolvimento à região. Neste sentido, o relativo dis-

tanciamento dos grandes centros urbanos do país teria evitado que a região tivesse de enfrentar a repressão e as violências da ditadura militar, que teriam se concentrado nos grandes centros. Estaríamos, pois, “protegidos pela distância”. Ao mesmo tempo em que nega os impactos da ditadura, este discurso supervaloriza as realizações ocorridas durante o período – como, para o caso do Amazonas, a criação da Zona Franca de Manaus. No entanto, como as pesquisas acadêmicas que vêm sendo desenvolvidas demonstram, desde muito cedo a região sofreu os efeitos da ditadura que se instalava e as prisões arbitrárias, a perseguição política, as intervenções nos sindicatos, a censura aos jornais, a repressão e o autoritarismo foram uma constante nestes 21 longos anos. O genocídio cometido sobre as populações indígenas – como os Waimiri-atroari – no processo de construção dos projetos “desenvolvimentistas”. Em 1972, os Waimiri-atroari tinham uma população estimada em mais de 3.000 pessoas na região entre Manaus e Caracaraí. Dez anos depois, em 1983, foram contabilizadas apenas 332 pessoas daquela etnia!

Assim, nesta fala, procurarei **analisar algumas imagens e representações sobre a região que serviam de base para projetos de utilização das riquezas e de colonização do vale amazônico, destacando a relação entre as investidas sobre a exploração na Amazônia e a emergência de governos autoritários.**

Vargas e a ocupação do vale amazônico

Ao longo do processo de colonização do país, a região amazônica foi alvo de um conjunto de representações que a colocava tanto na condição de um **obstáculo ao progresso**, região incivilizada e de uma natureza insubmissa, quanto como uma **fronteira a ser alcançada** a fim de integrar aquelas vastas e ricas terras ao desenvolvimento nacional. Seria, portanto, um imenso “vazio” demográfico e civilizatório que precisava ser incorporado à Nação, pela ação do Estado e de agentes privados – apoiados por sua ação. Neste sentido, a Amazônia

sempre marcou forte presença no imaginário nacional e nos projetos de poder que eram alçados à esfera nacional.

No entanto, se a implementação de tal “**missão civilizatória**” atinge seu ápice durante o período da ditadura militar, devemos considerar que – com diferenças e especificidades – **o projeto de ocupação/integração da região amazônica está presente ao longo dos últimos séculos e perpassou diferentes governos**. Camila Monção Miranda destaca que “os ideais de ‘desenvolver, integrar e ocupar’ a Amazônia surgem com força antes mesmo da ditadura, durante a Era Vargas. [...] Muitas características dos projetos da ditadura de 1964 têm grande semelhança com propostas do Estado Novo para a região amazônica” (Miranda, 2018).

Para Ferreira, é a partir do processo de centralização política decorrente da implementação do Estado Novo que se renova o interesse de Vargas sobre os territórios amazônicos a fim de potencializar o aproveitamento da enorme riqueza dos recursos hídricos e naturais. Tal intervenção derivava “do regime forte e centralizador que visava integrar economicamente o Brasil estabelecendo uma unidade nacional, mas priorizando os interesses do Estado acima dos interesses dos cidadãos” (Ferreira, 1999, p. 36).

A emergência de um regime autoritário e centralizador – o Estado Novo – surgiria aqui como elemento potencializador do processo de exploração dos recursos naturais e da ocupação/integração do vale amazônico. Portanto, era tarefa do novo regime não apenas a ocupação daquelas áreas inóspitas como também o aproveitamento das riquezas naturais, possibilitando uma maior valorização do Brasil no contexto geopolítico internacional. A colonização do vale amazônico era, pois, um desafio a ser superado.

Segundo Djalma Batista, é necessário enxergar a região amazônica além dos estereótipos:

Apesar da aparente homogeneidade geográfica, caracterizada pela presença de rios caudalosos e de uma flo-

resta sempre verde [...], toda essa terra imensa, além de ter pouca gente, possui diversidades étnica e cultural, embora a economia não divirja muito. Cada Amazônia tem, entretanto, as suas características próprias. [...] o espaço amazônico, apesar de grande, tem uma distribuição demográfica irregular, de que resulta, apesar de tudo, no final, um mínimo da presença do homem (Batista, 2007, p. 43 apud Miranda, 2018, p. 46).

A análise de tais representações se faz de extrema importância, uma vez que elas justificavam, legitimavam e orientavam um conjunto de ações que, reciprocamente, retroalimentava tais representações. Sua construção está diretamente alinhada a um bloco de interesses concretos, que tem na ocupação da região e no aproveitamento – predatório – de seu potencial econômico o grande objetivo. Diante disso, a natureza e os povos originários não poderiam ser “entraves” a esse discurso de desenvolvimento e “progresso”. Para Chartier,

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, [...] a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (Chartier, 1990, p. 17).

Em um discurso pronunciado na cidade de Manaus, em evento realizado no Ideal Clube, em outubro de 1940, Vargas deixava claro seu projeto de civilizar e ocupar a região amazônica, deixando transparecer a premissa de uma oposição entre homem e natureza: “conquistar e dominar” essas terras seria, portanto, a “mais alta tarefa do homem civilizado”. Neste discurso, na presença do interventor Álvaro Maia, o presidente Getúlio Vargas afirmava

Nada nos deterá, nesta arrancada, que é, no século vinte, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da Terra, e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização (Vargas apud D’Araújo, p. 77-81).

Neste contexto, a “grandeza territorial” da Amazônia - com sua “feracidade inigualável” - lançaria ao homem civilizado os colossais desafios de “adensar o povoamento, conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta em toda a sua pitoresca e perigosa extensão”. Para isso,

impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados. Aqui, na extremidade setentrional do território pátrio, sentindo essa riqueza potencial imensa, que atrai cobiças e desperta apetites de absorção, cresce a impressão dessa responsabilidade, a que não é possível fugir nem iludir (Vargas apud D’Araújo, p. 77-81).

As representações da Amazônia estavam mais impregnadas pelas suas possíveis ausências do que por uma visão real da multiplicidade de experiências e vivências desta região multifacetada que aguçava tantas curiosidades e ambições. Civilizar, ocupar e integrar eram as tarefas às quais as autoridades brasileiras se propunham, travando uma “cruzada desbravadora” que tinha como principal intuito “vencer o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado” (Vargas apud D’Araújo, p. 77-81).

Para Francisco Pereira Costa, o estímulo à colonização talvez esteja

muito mais associado às práticas de expropriação e rapinagem do patrimônio dos povos originários, dos pequenos e médios camponeses, dos quilombolas, enfim, daqueles que foram tangidos para outros lugares, do que a vinculação e determinismo dos fenômenos naturais (Costa, 2015, p. 38).

O “Discurso do Amazonas” representa uma “carta de intenções” dos projetos para a ocupação e integração da região amazônica. No entanto, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e com os compromissos assumidos pelo país quanto ao fornecimento do látex, o projeto acabou sendo temporariamente interrompido. Segundo Maria Verônica Secreto,

no biênio 1942-1943 se fazia urgente obter borracha para fornecer aos aliados [...] Os Acordos de Washington (de março de 1942) previam o incremento da produção de borracha no velho esquema: ampliação da atividade extrativa, com base no recrutamento de mão-de-obra no Nordeste do Brasil (Secreto, 2007, p. 121).

A ditadura militar e a Amazônia

Com o golpe civil-militar de 1964, o processo de ocupação da região passa a ocorrer de forma contínua e sistemática, a partir da criação de planos, programas e superintendências, criados pelo governo central com a finalidade de executar planos de ocupação e desenvolvimento do espaço amazônico. Durante o governo Castelo Branco, foram implementadas as bases político-institucionais para este reordenamento: em 1966, a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a reformulação do Banco de Crédito da Amazônia S. A., dando lugar ao Banco da Amazônia S. A. (BASA), que, em conjunto com o Banco do Brasil, foram os principais financiadores deste modelo. Em 1967, foi criada a Superinten-

dência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e, em 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN) e o RADAM (Franklin, 2014, p. 336).

A implementação dessa política de ocupação da Amazônia foi idealizada a partir da lógica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), gestada no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em agosto de 1949. A partir da criação do *National War College*, em 1946, diversas escolas militares foram fundadas na América Latina seguindo sua inspiração: Escola Superior de Guerra (ESG), no Brasil; Academia de Guerra, no Chile; Escola Nacional de Guerra, no Paraguai; Escola Superior de Guerra, na Colômbia; Escola de Altos Estudos Militares, na Bolívia. Para Padrós, o aparelhamento dessas instituições tinha como objetivo fundamental

implicar atores locais na defesa de uma área que passou a ser compreendida como inserida na nova concepção de segurança interna dos EUA que o Pentágono, através da DSN, assumiu a qualificação das Forças Armadas da América Latina, fornecendo treinamento, doutrinação, armamento e suporte logístico (Padrós, 2005, p. 210).

Neste contexto de Guerra Fria e de bipolaridade política, a DSN seria a “manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais” (Borges, 2007, p. 24).

No Brasil, a geopolítica de Golbery do Couto e Silva e dos demais membros da ESG serviu de esteio para a elaboração dos projetos voltados para a ocupação da Amazônia, tendo um desenvolvimento econômico aos moldes do capitalismo tradicional com base numa política de Segurança Nacional. Nessa perspectiva, a Amazônia passa a ser vista do ponto de vista geopolítico como tendo uma importância estratégica para a segurança nacional, representando um “elemento essencial do próprio tamponamento inicial da fronteira” (Silva, 1967, p. 133). Nessa direção, os projetos desenvolvimentistas voltados para a

“integração” da Amazônia tinham por finalidade a consolidação de um “domínio efetivo” sobre a região.

A partir dessa perspectiva geopolítica e estratégica inspirada na DSN, podemos analisar os projetos destinados à ocupação/integração da Amazônia tendo como ponto de partida dois aspectos principais: **a integração da região como forma de efetivar o pleno domínio do território diante da cobiça internacional** (inimigo externo) e a ocupação do espaço amazônico a partir de estímulos à migração – tanto no Nordeste, quanto no Sul e Sudeste – a fim de promover **o esvaziamento dos conflitos internos e focos de oposição ao ‘regime’** (inimigo interno).

No contexto da DSN, a cobiça internacional e as possíveis ameaças de internacionalização da Amazônia justificariam a necessidade premente de ocupação daquela vasta e quase inabitada região. Em *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, Arthur Cezar Ferreira Reis argumentava que a atenção dos países desenvolvidos estaria direcionada para a Amazônia, cuja exploração de suas potencialidades por estes países representaria a solução para uma variada gama de problemas enfrentada no Velho Continente. Assim, os países economicamente mais desenvolvidos iriam encontrar um meio, seja lícito ou ilícito, de lançar mão das potencialidades amazônicas (Reis, 1973, p. 158). No final da década de 1960, eram frequentes nos periódicos notícias, artigos e editoriais explorando a temática da ameaça à soberania nacional e da internacionalização da Amazônia.

O artigo intitulado *A Amazônia corre perigo de internacionalização?*, escrito por Arthur Cezar Ferreira Reis e publicado na revista *Realidade* no ano de 1967, sintetiza a visão do autor sobre as ameaças da cobiça internacional sobre os territórios amazônicos. No artigo, Arthur Reis expõe o risco que o território nacional sofria em função da cobiça internacional pelas terras amazônicas, afirmando que “aguçavam os apetites dos povos poderosos que careciam de matérias primas para seus parques industriais e de espaço para nele situarem parcelas que carecem de lar, de terra para viver”.

Segundo Reis, para impedir a internacionalização da Amazônia, faz-se necessário que “nos armemos, não apenas para a luta armada” (Realidade. São Paulo, 02/1968). Em *A Amazônia e a Integridade do Brasil*, preocupado com a “gravidade do problema da Amazônia” e destacando que, pela “exiguidade populacional” a Amazônia representaria um “deserto brasileiro”, Arthur Cezar Ferreira Reis escreve que

Os espaços abertos como a Amazônia estão despertando interesses suspeitos. Há fome de espaço para as multidões que se comprimem em certas áreas do mundo. Escreve-se uma literatura que não é impressionista nem fantasiosa, mas profundamente realista, indicando a Amazônia como a área própria para resolverem-se problemas daquele tipo (Reis, 2001, p. 247).

Para Reis, era necessária a realização de um grande esforço coordenado que resultasse na ocupação do vale amazônico e na chegada da “civilização” à região. Ocupação e integração eram o binômio que sustentaria que a região pudesse se tornar “útil à civilização”:

Nenhuma força, telúrica ou não, é força impeditiva para que se efetue a empresa ou a aventura, para muitos, da ocupação da Amazônia e sua integração como espaço útil à civilização universal e, no nosso caso específico, à civilização que o Brasil constrói vencendo as dúvidas e as resistências dos trópicos de que fazemos parte (Reis, 1967, p. 14).

Em 25 de janeiro de 1968, a capa do periódico *Folha do Norte* trazia a seguinte manchete: “Não se trata de chauvinismo: nossa soberania está mesmo ameaçada”, contendo declarações do senador Arthur Virgílio e do ministro Albuquerque Lima denunciando uma possível invasão na Amazônia (Folha do Norte. Belém, 25/01/1968). Em dezembro de 1967, o periódico *O Jornal* trazia uma reportagem

intitulada *É o plano da invasão*, que também denunciava planos de tomada da Amazônia. Segundo Medeiros,

A internacionalização da Amazônia se insere nas narrativas hegemônicas levadas a efeito por atores-autores que forjam o poder de decidir sobre o espaço amazônico, muitas vezes, tratado como região problema. Jornais e revistas se tornam instrumentos de divulgação, debates, prognósticos, conjunturas, repercussões e de projeções que estabelecem proposições territoriais (Medeiros, 2012, p. 123).

Nesta direção, tanto a imprensa quanto os discursos dos representantes da ditadura convergiam ao estabelecer uma narrativa que criava a premência da ocupação da região face a uma ameaça externa, o que legitimava e justificava os excessos e atropelos ocorridos durante a aplicação de projetos desenvolvimentistas que resultavam no genocídio e desterritorialização das populações indígenas e no desmatamento desenfreado.

Em memorando datado de 20 de agosto de 1985, o secretário geral do Conselho de Segurança Nacional, General Rubens Bayma Dennys, manifestava preocupação com o crescente “interesse estrangeiro na problemática da região amazônica” e, em dossiê, apontava um histórico deste crescente interesse e um possível “recrudescimento de interesses externos na pretensa tese de internacionalização da Amazônia, principalmente em função da existência de grandes vazios políticos e socioeconômicos, proporcionando facilidades à influência alienígena”. O dossiê demonstra preocupação com o fato de que a “crise financeira que tolhe sua autonomia com relação aos organismos econômicos estrangeiros” (ACE 062108/1987). O documento apresentava detalhadamente os projetos econômicos com participação estrangeira na região e manifestava preocupação com a pressão externa sobre a pressão indígena e ambiental, destacando a participação das missões religiosas na Amazônia. Em abril de 1989, por proposta de autoria do deputado Brandão Monteiro (PDT/RJ), foi

criada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar as tentativas de internacionalização da Amazônia.

Para garantir a integração da Amazônia ao território nacional era necessária sua efetiva ocupação, com o deslocamento da fronteira agrícola para as margens do rio Amazonas e incorporação de amplas faixas da população através da reorientação das migrações de mão de obra do Nordeste. Segundo Moraes,

A propaganda oficial alardeada pelo presidente Médici centrava-se em transferir ‘os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia’. Os ‘homens sem terra’ do Nordeste eram resultado da concentração de terras e de políticas públicas que mais agravavam que atenuavam a situação de pobreza na região, pois não foram capazes de atacar as questões básicas de infra-estrutura que visava minimizar os problemas decorrentes da seca. Da mesma forma, a Amazônia, apesar da baixa densidade demográfica, não se constituía no “vazio demográfico” que se apregoava. As suas terras já estavam ocupadas por tribos indígenas e por pequenos agricultores e posseiros, desde pelo menos o século XVIII (Moraes, 2000, p. 59).

A fim de operacionalizar tais intentos, em dezembro de 1966, foi lançada a “Operação Amazônia”, que abria “caminhos para a exploração dos recursos naturais, articulando o tripé da economia brasileira, formada pelo capital estatal, privado nacional e privado estrangeiro, representado pelos grandes monopólios multinacionais” (Stella, 2009, p. 86). Nela, a região era descrita “como um dos maiores desertos do mundo”, necessitando de um esforço conjunto para adensar o povoamento e fomentar a exploração capitalista, sob a inspiração da ideologia de “segurança nacional” e cujo lema seria “integrar para não entregar”.

Segundo Antenor Silva, o Plano de Integração Nacional (PIN), lançado em 1970, surge como uma estratégia geopolítica que combinava

programas de exploração da infraestrutura e econômicos na Amazônia com um projeto de colonização para o assentamento de nordestinos sem-terra (Silva, 2015, p. 71). A iniciativa do governo Médici estava baseada na construção de grandes rodovias com a finalidade de integrar a região amazônica ao território nacional. O Plano de Integração Nacional “vislumbraria posteriormente a construção de outras rodovias como a Cuiabá-Porto Velho (atual BR-364) e a Perimetral Norte (atual BR-210), mas nenhuma dessas tornar-se-ia tão emblemática quanto a Transamazônica” (Silva, 2015, p. 71). Analisando as metas oficiais do Plano de Integração Nacional, Oliveira destaca três:

a primeira referia-se à abertura de duas rodovias na Amazônia - a Transamazônica (ligando o Nordeste e a Belém-Brasília à Amazônia Ocidental - Rondônia-Acre) e a Cuiabá-Santarém, ligando o Mato Grosso à Transamazônica e ao próprio porto de Santarém, no rio Amazonas; a segunda medida foi a implantação, em faixa de terra de 10 km de cada lado das novas rodovias, de um programa de “colonização e reforma agrária” e o início da primeira fase do plano de irrigação do Nordeste; e a terceira medida referia-se à transferência de 30% dos recursos financeiros dos incentivos fiscais oriundos de abatimento do imposto de renda para aplicação no programa (Oliveira, 1991, p. 63).

Por fim, cabe dizer que a implementação destes projetos desenvolvimentistas no espaço amazônico ocorreu sem que fossem levadas em consideração as reais necessidades dos habitantes da região e, principalmente, a despeito de seus interesses. A elaboração de tais projetos partiu de um profundo desconhecimento da lógica regional, caracterizando-se pela imposição de um modelo de desenvolvimento exógeno e que atendia sobretudo aos interesses do capital privado nacional e internacional com forte influência da geopolítica bipolar. A implementação de um amplo programa de construção de grandes obras rodoviárias no espaço amazônico com o intuito de integração

territorial e de fixação populacional – com a construção da Rodovia Transamazônica (BR-230), Manaus-Porto Velho, (BR 319), Cuiabá-Santarém (BR-163), da Perimetral Norte (BR-210), entre outras – rasgou a floresta, provocando enormes e irreparáveis danos ambientais e a violação dos direitos dos povos tradicionais.

Referências

BORGES, N. A Doutrina da Segurança Nacional e os governos militares. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 14-42, 2007.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, F. P. C. Deslocamentos populacionais de trabalhadores nordestinos para a Amazônia. In: COSTA, F. P. C. **Soldados da borracha: imigração, trabalho e justiça na Amazônia (1940-1945)**. São Paulo: Editora Biblioteca 24 Horas, 2015. p. 36-105.

D'ARAUJO, M. C. (Org.). **Getúlio Vargas, 1883-1954**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. (Série perfis parlamentares; n. 62).

FERREIRA, M. L. F. Estado novo e ocupação da Amazônia. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, v. 20, p. 33-40, 1999. <https://doi.org/10.37370/raizes.1999.v.164>.

FRANKLIN, C. B. Geopolítica dos Governos Militares para a Amazônia Brasileira. **Olhares Amazônicos**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 332-347, 2014.

MEDEIROS, R. A. L. **Decodificando a internacionalização da Amazônia em narrativas e práticas institucionais: governos da natureza no Brasil e nos EUA**. Tese de Doutorado/ CEPPAC/UnB, 2012.

MIRANDA, C. B. M. **Ditadura Militar e Amazônia: desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970**. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFAM, 2018.

MORAIS, M. J. **Rio Branco - AC, uma cidade de fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais.** 2000. Dissertação (Programa de Pós Graduação) - Mestrado em Geografia, Florianópolis-SC, 2000.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia.** 2. ed. Campinas: Papirus, 1991.

PADRÓS, E. S. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985):** do Pachecato à ditadura civil-militar. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

REIS, A. C. F. **A Amazônia e a integridade do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

REIS, A. C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1973.

REIS, A. C. F. **A Amazônia e o mundo atual.** Rio de Janeiro: [s/e], 1967.

SECRETO, M. V. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à sagados soldados da borracha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 115-135, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1288>.

SILVA, A. A. **A Doutrina de Segurança Nacional e a organização do espaço amazônico.** Salvador: Pontocom, 2015.

SILVA, G. C. **Geopolítica do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio, 1967. (Coleção Documentos Brasileiros, 126).

STELLA, T. H. T. **A integração econômica da Amazônia (1930-1980).** Campinas: UNICAMP, 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2009.



TERRA, TRABALHO E FOME NOS SERTÕES DO BRASIL

Darlan de Oliveira Reis Junior¹

O problema do imperativo alimentar é o mais antigo e constante da condição camponesa, em diferentes contextos históricos (Remond, 1995, p. 125). Antonio Candido, ao tratar das relações dos seres humanos com o meio, ressaltou a importância da questão alimentar ser o centro dos vastos complexos culturais, abrangendo atos, normas, símbolos e representações (Candido, 2010, p. 33-34). Se a questão se reveste da centralidade, discutamo-la a partir do exemplo histórico, da situação das epidemias de fome nos sertões cearenses, no decorrer do século XIX, e como está relacionada com a estrutura agrária, do problema fundiário e das relações sociais do trabalho. Antes, faremos uma breve reflexão sobre a relação entre a fome e a estrutura agrária, ou seja, das formas de apropriação da terra.

Para Josué de Castro, a fome é social, porém manifesta-se de duas formas: a fome parcial e a fome permanente. A parcial é a endêmica, oculta, silenciosa, caracterizada pela ausência permanente de elementos nutritivos, fruto da exploração social, da pobreza, da injustiça social. A fome total é a inação, que ocorre nas áreas de extrema miséria ou causada por contingências excepcionais, como,

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Membro do INCT Proprietas. darlan.reis@urca.br.

por exemplo, o déficit na produção de alimentos nas épocas de secas (Castro, 2010, p. 32-35). Ainda segundo Castro, a fome que ocorria no Nordeste úmido, litorâneo, seria a endêmica, enquanto nos sertões, no semiárido, seria episódica. Por que Josué de Castro afirmou uma diferença marcada pela espacialidade? Ocorre que, segundo o autor, nos sertões, o modo de vida camponês, durante muito tempo, produzira uma forma de viver e trabalhar que garantia a existência. Quando esse modo de vida era atacado, produziam-se as condições para a catástrofe social. A obra de Castro, datada de 1946 em sua primeira edição, trazia tal entendimento.

Pelo Brasil afora se tem a ideia apressada e simplista de que o fenômeno da fome no Nordeste é produto exclusivo da irregularidade e inclemência de seu clima. De que tudo é causado pelas secas que periodicamente desorganizam a economia da região. Nada mais longe da verdade. Nem todo o Nordeste é seco, nem a seca é tudo, mesmo nas áreas do sertão. Há tempos que nos batemos para demonstrar, para incutir na consciência nacional o fato de que a seca não é o principal fator da pobreza ou da fome nordestina. Que é apenas um fator de agravamento agudo dessa situação cujas causas são outras. São causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região.

Muito mais do que a seca, o que acarreta a fome no Nordeste é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva de suas populações, cuja produtividade é mínima e está longe de permitir a formação de quaisquer reservas com que seja possível enfrentar os períodos de escassez – os anos das vacas magras, mesmo porque no Nordeste já não há anos de vacas gordas. Tudo é pobreza, é magreza, é miséria relativa ou absoluta, segundo chova ou não chova no sertão. Sem reservas alimentares e sem poder aquisitivo para adquirir os alimentos nas épocas de carestia, o sertanejo não tem defesa e cai irremediavelmente nas garras da fome (Castro, 2010, p. 242).

A ocorrência dos momentos agudos, das epidemias de fome, tornava mais explícita a situação de desigualdade. Porém, nos momentos de não ocorrência das referidas epidemias, a fome continuava a se fazer presente, com outras características.

Segundo Mike Davis, a fome é uma relação social catastrófica entre grupos desigualmente dotados que considera a desnutrição crônica e a pobreza rural invisível. Ela pode ser ativada pela guerra, pela depressão, pelos fenômenos climáticos, por algo chamado como “desenvolvimento”, ou por uma interação de diferentes fatores. Assim, a fome inclui a miséria e o colapso social. Além disso, a sinergia da fome com a doença se dá de dois modos diferentes, porém reforçados mutuamente: a desnutrição e a eliminação do sistema imunológico, que intensificam a suscetibilidade para as doenças. Ela pode ser ativada pela guerra, pela depressão, pelos fenômenos climáticos, por algo chamado como “desenvolvimento”, ou por uma interação de diferentes fatores. Assim, a fome inclui a miséria e o colapso social (Davis, 2002, p. 30-32). Davis explica ainda que a fome é um fenômeno social que não se traduz na ausência absoluta de alimentos, mas sim, na falta de acesso a eles, por parte considerável da população. Um componente decisivo na ampliação das epidemias, sejam as de fome ou as de doenças causadas por vírus, bactérias e parasitas, é o aumento da pobreza e da miséria, associadas às condições de insalubridade e à precariedade dos serviços de saúde.

O que ocorreu no interior do Ceará, no assim denominado “sertão”, no decorrer do século XIX, foi um constante ataque à condição camponesa, ataque esse promovido pela classe senhorial e o aparato estatal do Império. No ano de 1846, a Câmara Municipal do Crato, localizada no extremo sul da Província do Ceará, apresentava o seguinte quadro:

A secca fez migrar para este termo melhor de vinte mil pessoas; e o Cariry pode sustentar dessa infinidade de retirantes, sem que fizessem a fome, graças aos belos recursos que possuímos, os quæs a não serem estra-

gados pelos ladrons indomaveis, não teriamos nada a reciar de presente, pela falta de Chuvas, que ameaça parte de nossas Searas, por terem sido plantadas em Março. Nós vemos que huma pequena parte da população imprega-se na Agricultura, e que o paiz acha-se inundado de Vadios e ladrons, parte dos quais vindos de fora, cossados pela secca, fizerão aqui causa Comum com os que **ávião**, e fazem huma total inversão dos costumes, que muito tememos, sem que a Policia nesta parte nada possa fazer pela dessidida falta de força regular, que se impregou contra os assassinos e malfeitores, não podendo achar-se recurso na Guarda Nacional pelo seu total desmoronamento (Câmara Municipal do Crato, 11/05/1846).

A classe dominante local entendia a questão da migração para o Crato como um perigo, ao tempo em que reclamava dos camponeses, que se recusavam a trabalhar em suas propriedades. Desconsiderava o trabalho realizado pelos pequenos posseiros em suas próprias roças, ou suas atividades de pesca, ou de caça, ou ainda as desenvolvidas pelos moradores que viviam em terras cedidas para o trabalho na agricultura. As questões do mundo do trabalho envolvem as lutas entre a classe senhorial e o campesinato nos sertões, num processo de tentativa de controle e de desclassificação social dos explorados.

Além disso, abrangia a desqualificação dos espaços, promovendo a distinção entre um suposto “oásis” em meio aos “sertões”, buscando associar os trabalhadores, em diferentes condições — camponeses (moradores, posseiros, sem-terra, jornaleiros); escravizados; libertos e os indígenas aldeados ou não — ao sertão, retratado como “bárbaro” e que, portanto, deveria ser civilizado. O modo de vida camponês, com a alimentação baseada no milho, farinha de mandioca, feijão; sua forma de viver confrontava diretamente com o que esperava a classe senhorial, ou seja, impor o trabalho em suas propriedades.

Desarticular o modo de vida, transformar o campesinato em proletariado, moradores de favor, praticar o recrutamento forçado para as obras públicas, expulsar os posseiros pobres das áreas úmidas presentes no sertão, foram práticas usuais naquele período. O incômodo com o modo de vida camponês estava presente no discurso senhorial.

[...] He este precisamente o caracter ou feições economicas, que o espirito pensador descobre na situação da nossa agricultura nesta comarca do Crato, onde ha grande cultura cifrando-se ella em plantaçaõ de cannas para o fabrico do assucar e da rapadura, que he applicada a todos os usos da vida do nosso povo, d'aquelle das comarcas visinhas, e finalmente até d'aquelle outro das provincias proximas e limitrophes; e não dispondo alem disto os agricultores, proprietarios ou senhores de engenho, como em outras provincias, de grandes fabricas ou escravaturas para o respectivo trafico, achão-se na indisciplinavel necessidade de trabalhar com alugados, que por tal forma tem para si que são os senhores da situação, e que podem impor a lei, prestando-se apenas ao trabalho como e quando querem, como si não lhes fosse ele retribuido, segundo o ajuste feito de parte a parte.

Effectivamente porem são elles em numero sufficiente, sinaõ superabundante ás precisões naturæs dessa cultura: não existe por certo falta effectiva de operarios que se empreguem n'esse serviço entre nós, como o estudo da situação indica ao espirito ainda menos reflexivo; mas os habitos de verdadeira classaria a que sem freio entregão-se esses operarios em pura perda sua e dos senhores de engenhos, que carecem do concurso d'elles, o vem a seo turno reflectir em prejuizo da comunhaõ social, cujas rendas assim decrescem, ao mesmo passo que inutilisaõ-se muitos membros seos; a constante e sempre crescente vadiaçaõ enraizada em semelhante gente, que prospõe á todos os seos empenhos, e compromettimentos um samba, em que o que menos

perde-se he o tempo, sobre o qual disia um celebre escriptor - tempus meus est ager meus; - e finalmente a facilidade com que provem suas primeiras necessidades, em consequencia das condições naturæ do solo, em que fructos diferentes não deixam que se sintão os estímulos da fome, sem que sejaõ logo satisfeitos, em grande parte produzem o phenomeno **já** alludido de escassez ou falta de braços para a laboração das cannas, phenomeno que toda via não tem uma causa real e dimanada fatalmente de circumstancias insanaveis pelos meios ordinarios, como ja fica ali demonstrado pela breve exposiçaõ analytica, que havemos traçado sobre a questão em si e seus incidentes (O Araripe, 02/04/1859, p. 1).

Em seu extenso editorial, o jornal O Araripe, periódico do Partido Liberal em Crato, defendia o caráter rural da economia local e fazia uma espécie de denúncia. Acusava os homens e mulheres livres de se aproveitarem do menor número de escravizados, numa total inversão da situação de exploração. Nessa ótica, os miseráveis eram os responsáveis pela miséria. Se o Estado lhes oferecia proteção, segundo aquela opinião, os senhores teriam o direito de cobrar a “cooperação” dos mesmos. Este discurso dá as pistas para a resistência da classe trabalhadora. Na verdade, “cooperação” significava submissão e aceitação do trabalho “oferecido”. Já sua luta contra a exploração seria uma “tentativa de impor sua própria lei”, o que não poderia ser admitido pelo poder.

Como afirma Chalhoub, no século XIX os senhores sabiam que havia solidariedade entre os trabalhadores, reconheciam tacitamente alguns costumes locais, mas não entendiam isso como alteridade, e sim, uma possível concessão. No entendimento da classe senhorial, o que escapasse deste enquadramento seria insubordinação e revolta (Chalhoub, 2003, p. 59). O controle sobre a vida dos trabalhadores deveria ser sobre o seu tempo, o que fazer, como fazer, quando fazer. Ao mesmo tempo, desqualificar toda atividade que não estivesse submetida ao comando ou pelo menos, à vigilância dos senhores.

Sobre o padrão de trabalho dos indivíduos, Edward Thompson afirmou que entre os trabalhadores que detinham o controle de sua vida produtiva, havia uma alternância entre momentos de atividade intensa e outros de ociosidade, fossem eles artistas, escritores, pequenos agricultores e até estudantes. Ao analisar alguns desses padrões em comunidades de pequenos agricultores e de pescadores na Inglaterra, Thompson observou que a notação de tempo era orientada pelas tarefas.

Da mesma forma, o trabalho do amanhecer até o crepúsculo pode parecer “natural” numa comunidade de agricultores, especialmente nos meses da colheita: a natureza exige que o grão seja colhido antes que comecem as tempestades. [...] Talvez seja a orientação mais eficaz nas sociedades camponesas, e continua a ser importante nas atividades domésticas e dos vilarejos. [...] O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que as orientações pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre o “trabalho” e a “vida” (Thompson, 1998, p. 271).

No Ceará não foi diferente, seus camponeses tinham sua própria identificação com o trabalho, realizavam suas tarefas, tinham seus momentos de descanso, de oração, de festividades. A “vadiagem” não era uma característica inata dos caririenses pobres, mas sim um rótulo que lhes era sistematicamente impingido. O articulista de O Araripe tinha outra noção sobre o tempo da classe trabalhadora. Da inteligência dos proprietários contra a ociosidade dos vadios resultaria a oferta de braços para a cultura da cana e outras, segundo o pensamento do jornal partidário do liberalismo. Naquela visão, seria a atitude dos pobres que atrapalharia a “comunhão social”, na verdade, a manutenção da pobreza de muitos à custa do trabalho para a classe senhorial. Para quem não aceitasse a “oferta” era apresentada uma “solução”: as penas da lei. Indo além, o editorial citava o artigo 295 do código criminal de 1831, que cominava penas aos vadios e aos

que “não tivessem uma ocupação honesta e útil, que lhes proveja as necessidades de subsistência” (O Araripe, 02/04/1859).

CAPITULO IV VADIOS E MENDIGOS

Art. 295. Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e útil, de que passa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente.

Pena - de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias.

Art. 296. Andar mendigando:

1º Nos lugares, em que existem estabelecimentos publicos para os mendigos, ou havendo pessoa, que se offereça a sustental-os.

2º Quando os que mendigarem estiverem em termos de trabalhar, ainda que nos lugares não hajam os ditos estabelecimentos.

3º Quando fingirem chagas, ou outras enfermidades.

4º Quando mesmo invalidos mendigarem em reunião de quatro, ou mais, não sendo pai, e filhos, e não se incluindo tambem no numero dos quatro as mulheres, que acompanharem seus maridos, e os moços, que guiarem os cegos.

Penas - de prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mez (Brasil, Lei de 16/12/1830).

No mundo rural brasileiro, os trabalhadores livres estabeleciam uma relação de dependência para com os senhores. Segundo Shepard Forman, a relação podia ser escrita ou não escrita, baseada em trocas monetárias ou na troca de trabalho por direitos na terra. Forman incluiu uma série de trabalhadores entre os que formavam o campesinato brasileiro — lavradores, moradores, foreiros — que tinham vinculações socioeconômicas com os senhores. Os lavradores eram pequenos cultivadores; os moradores forneciam em muitos casos, alimentos para os senhores e funcionavam como reserva de mão de obra; já os foreiros incluídos na análise de Forman, eram aqueles

que alugavam as terras marginais e prestavam alguns trabalhos para a classe senhorial (Forman, 1979, p. 43-64).

Luitgarde Barros aponta que os trabalhadores livres no Cariri viam, em sua maioria, em propriedades alheias, sendo chamados de vaqueiros, agregados e moradores. Muitos tinham obrigações como a de trabalhar três ou quatro dias por semana na propriedade, restando-lhes os outros dias para o trabalho como jornaleiros ou em suas próprias roças:

Quanto aos moradores, homens do alugado, do eito, esses vendiam sua força de trabalho. Em 1836, pagavam-se trezentos e vinte réis (320) por um dia de serviço á custa (o proprietário fornecendo comida ao trabalhador) ou alguns réis a mais, se fosse à seca (o trabalhador não recebe comida no dia que trabalha alugado). É claro que o preço da diária vai variar de acordo com a maior ou menor necessidade que o patrão tenha de braços. Como o inverno sertanejo vai de janeiro a abril nesse período a diária é mais alta. Cessadas as colheitas, o valor da diária se deprecia. Também muitos proprietários preferiam o trabalho por 'empreitada' (impeleitada para os matutos) (Barros, 2008, p. 99-100).

A exploração da mão de obra combinava várias formas e pessoas em situações jurídicas diferentes, considerando-se a conjuntura econômica de cada região e o histórico de lutas. Para além das formas já citadas anteriormente, havia outra, que procurava a submissão dos homens livres através do trabalho obrigatório.

A justificativa para impor o trabalho foi variada. O combate à ociosidade dos pobres, a prevenção da violência, a diminuição da criminalidade, as necessidades da lavoura, a diminuição da mão de obra escrava, a realização de obras públicas, a urgência em diminuir os problemas causados pelas secas e demais calamidades, entre outras. Alberto Passos Guimarães cita o exemplo da província de São Paulo, onde a classe senhorial, preocupada com a questão da

diminuição do número de trabalhadores escravizados, apelava para que fossem criadas leis sem “concessões liberais” para o trabalhador livre, fazendo assim que fosse coagido ao trabalho. Ou que fossem trazidos trabalhadores imigrantes, dentro de certas condições. Segundo Guimarães, era corrente a noção de que existia um efetivo de “ociosos”, “vadios” e “intrusos”, isso por opção dos mesmos, o que seria uma marca dos trabalhadores brasileiros (Guimarães, 2008, p. 185-192).

Foi no decorrer da segunda metade do século XIX que se iniciou a mudança na política estatal em lidar com a crise social aguda, que ocorria durante os fenômenos de seca, da fome e das doenças, assumindo funções que em outros momentos eram apenas da classe senhorial. A política assistencialista do Estado imperial foi sendo transformada em instrumento de coerção ao trabalho.

De qualquer maneira, o que se quer argumentar é que a presença do governo - mesmo que discutível - na gestão da pobreza, em períodos de seca, é um fenômeno que vai se articulando ao longo do século XIX, substituindo, aos poucos, a “caridade pública”, que se mostra cada vez mais insuficiente para dar conta das carências de uma população retirante que aumenta sem parar. A fome transforma-se a cada período de seca, em uma questão de calamidade pública, a ser enfrentada ou resolvida no espaço público da cidade, pelo poder público. As relações diretas e interpessoais que mantinham a ‘reciprocidade desigual’ nos limites do espaço privado das propriedades entravam em crise - uma crise que tinha inúmeras causas (Neves, 2000, p. 45).

Por outro lado, a experiência acumulada pelos setores populares rurais era traduzida em ações políticas diretas que buscavam a negociação com os senhores e os governos, como os saques, ou revoltas. Era essa ação política que se traduzia em resultados, que, de algum modo, demonstram como se dava a negociação em tempos de crise social. Por exemplo, em novembro de 1877, a Câmara do Crato decidiu

enfrentar o monopólio do comércio na cidade, segundo ela, para evitar que milhares de pessoas morressem de fome.

Art 1º Durante a crise faminta que atravessa a população deste município, pêssoa alguma poderá commerciar ou vender por mais do que os preços abaixo declarados os generos seguintes:

Carne secca, libra - \$200 Reis

Idem verde - \$100 Reis

Farinha de mandioca, tig \$240 Reis

Arros branco - tig \$240 Reis

Idem vermelho - tig \$200 Reis

Milho - tig \$200 Reis

Feijão -tig \$320 Reis

Rapadura - uma \$200 Reis

Os contraventores pagarão a multa de cinco mil reis e 5 dias de prisão que lhe será imposta em flagrante, ficando alem das penas comminadas obrigados a restituir, ao comprador, o excedente do preço estipulado.

Art 2º Fica prohibida a exportação de generos alimenticios para fora da Prov^a, salvo rapaduras, o infractor pagará a multa de 50\$000 mil reis, que será comminada em prisão no caso de fallibilidade de recurços para sua indennisação.

Art 3º Ninguem poderá atacar viveres no mercado publico, principalmente nos dias de feira, sem primeiramente estejam elles expostos à venda por retalho, por espaço de seis horas, a contar das 10 horas da manhã: sob as penas do art 1º que serão impostas ao vendedor e ao comprador.

Art 4º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paço da Camara Municipal da Cidade do Crato, em sessão extraordinaria, 8 de Novembro de 1877. Eu Francisco Pedro de Alcantara Araripe secretario o escrevi. Francisco Gonçalves Aleixo, Manoel Joaq^m Tavares, Raym^{do} Simplicio Teixeira, Alexandre Ferr^a dos S^{tos} Caminha, Felismino Marques Peix^{to}. (Câmara Municipal do Crato, 08/11/1877).

O tabelamento dos preços dos gêneros alimentícios, bem como as multas e penas de prisão para os especuladores, revelam haver regras morais diferentes das regras usuais de mercado, como explica Frederico de Castro Neves². O outro lado dessa história é que as autoridades procuraram aumentar as restrições sobre a população pobre, impelindo-a ao trabalho nas obras públicas, em troca de gêneros alimentícios. Sistemáticamente foi sendo estabelecida essa nova política de socorro, condicionada aos serviços prestados na construção de estradas, calçamentos, açudes, ferrovia, portos, entre outras obras, atividades que diferiam substancialmente das práticas agrícolas dos sertanejos.

Fazendo justiça ao patriotismo, com que o Governo Imperial ha socorrido os Cearenses na crise mais dolorosa e afflictiva por que tem passado, entendeu todavia dever ponderar que, conforme reconheceu o mesmo Governo, o trabalho é mais efficaz do que a esmola, para reerguer as forças da provincia flagellada por tres annos de secca; e pede por isso o prolongamento das duas estradas de ferro, a construção de açudes, o melhoramento do porto, como tantas outras obras em que produtivamente poderão ser aproveitados os socorros publicos, dando occupação util aos melhores braços desoccupados, remindo a população da miseria, e preservando-a dos maus habitos da caridade (Província do Ceará, 10/09/1879).

A mensagem do presidente da Província do Ceará, José Júlio de Albuquerque Barros, deixava explícita a nova política. Castro Neves aponta que as medidas indicam a mudança na estrutura de sentimentos sobre a percepção dos fenômenos das secas e das migrações. Algumas práticas foram eliminadas, outras sofreram inflexões. Esta-

2 “Na tentativa de apreender a constituição da multidão como um sujeito político, portanto, foi necessário examinar o processo histórico de formação dos conflitos que lhe deram origem, até que se estabelecesse uma *tradição* de ações diretas como mecanismo de ação política, por parte dos trabalhadores rurais que se deslocam durante as secas, os retirantes, para a obtenção de reivindicações e conquistas específicas”. In: Neves, 2000, p. 20. Conferir *A economia moral revisitada*, in: Thompson, 1998.

beleceu-se um olhar “científico” a respeito dos retirantes das secas, vistos como inferiores, associando-os às doenças, à criminalidade, à mendicância, à prostituição etc. A própria noção de caridade foi sendo alterada, com a discussão sobre a “exploração da caridade”, por parte dos excluídos. E por fim, a vinculação da atividade de trabalho, com a já aludida exigência do merecimento à assistência para aqueles que se submetessem aos serviços nas obras públicas (Neves, 2000, p. 98).

Segundo Witold Kula, as chamadas catástrofes elementares, como as pragas, epidemias, enchentes, secas ou mesmo a fome, têm consequências diversas sobre as diferentes classes sociais: “Por lo demás, las plagas elementales y las devastaciones **bélicas** son em realidad unos fenómenos que se conjugam estrechamente em la historia y los cuales — hecho esencial — influyen de uma forma análoga em la vida social y económica” (Kula, 1977, p. 532). Não estão, portanto, desligadas das relações sociais humanas em toda sua extensão, não deixam de ser um fenômeno social e assim devem ser entendidas e estudadas. Nas diversas crises sociais vividas no Cariri, da segunda metade do século XIX, não foi diferente. Os setores mais pobres, os trabalhadores em geral, livres e escravizados, foram os mais duramente atingidos.

A questão agrária esteve no centro da desigualdade social gerada na segunda metade do século XIX, na região do Cariri. As melhores terras, distribuídas em várias localidades, serviram a algumas famílias, que podiam, através das atividades econômicas, aumentar o patrimônio. Assim, a condição econômica dos trabalhadores esteve diretamente ligada ao processo de enriquecimento e concentração das propriedades nas famílias tradicionais, que, não coincidentemente, ocupavam os cargos existentes nas câmaras municipais e em outros órgãos do Estado. Os mecanismos de exploração econômica estiveram associados aos mecanismos de desclassificação social — a exclusão da cidadania, a escravidão, a disciplinarização e o controle dos trabalhadores. Do mesmo modo, as formas de resistência apresentadas demonstram como os seres humanos, em situações difíceis,

conseguem elaborar, propor e agir politicamente nos mais diferentes campos de luta e de resistência.

Referências

BARROS, L. O. C. **Juazeiro do Padre Cícero: A terra da mãe de Deus.** 2.ed. – Fortaleza: Editora IMEPH, 2008.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. 11ª edição – Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CASTRO, J. **Geografia da fome.** – 10ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CHALHOUB, S. **Machado de Assis historiador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DAVIS, M. **Holocaustos coloniais.** Tradução de Alda Porto – Rio de Janeiro: Record, 2002.

FORMAN, S. **Camponeses:** sua participação no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, A. P. **As classes perigosas:** banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

KULA, W. **Problemas y métodos de la Historia Económica.** Barcelona: Ediciones Península, 1977.

NEVES, F. C. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massa no Ceará. São Paulo: Relume Dumará, 2000.

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial.** Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

REMOND, R. **O século XIX – 1815–1914.** – tradução de Frederico Pessoa de Barros – 7 ed. – São Paulo: Cultrix, 1995.

Fontes

BRASIL. **Lei de 16 de Dezembro de 1830**. Coleção das Leis do Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm.

CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO. Relatório da Câmara Municipal do Crato ao Presidente da Província do Ceará, Ignacio Corrêa de Vasconcelos, em 11 de maio de 1846, caixa 34, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO. Ofício da Câmara para o Presidente da Província, Caetano Estellita Cavalcanti Pessôa, 08 de Novembro de 1877. Caixa 35, APEC.

O ARARIPE, 02 de abril de 1859, p. 1, Coleção Digital, Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC).

PROVÍNCIA DO CEARÁ. Mensagem do Presidente da Província do Ceará, José Júlio de Albuquerque Barros, à Assembleia Legislativa do Ceará, em 10 de Setembro de 1879. Série Interior Negócios de Províncias e Estados - Ofícios de diversas autoridades. Livro *IJJ^o 189, Arquivo Nacional (AN).



“QUE CESSEM A TURBAÇÃO”: OS PROCESSOS DE MANUTENÇÃO DE POSSE DE TERRA NO PARÁ DO SÉCULO XIX, ENTRE OBSERVAÇÕES E APONTAMENTOS¹

Francivaldo Alves Nunes²

Neste texto estaremos atentos às discussões sobre as formas de ocupação de terras e de direitos de propriedade no Pará no século XIX. Para isso vamos analisar um processo de manutenção de posse presente no acervo do Centro de Memória da Amazônia, datado de 11 de setembro de 1861. No caso, observamos um litígio que envolveu posseiros e proprietários, suas estratégias de legitimação, concepções e práticas de ocupação da terra. Trataremos das ações que expressam noções de direito pautadas na defesa do acesso à terra e que vão mobilizar tanto as práticas costumeiras de apossamento, quanto o recurso à formalização jurídica que se apresenta no processo de manutenção de posse.

Os processos de manutenção de posse são fontes manuscritas e impressas encaminhadas à Justiça para proteger os direitos do

1 Texto resultante de pesquisas vinculadas ao projeto “Roceiros, extratores e o viver nos sertões amazônicos: Estado Imperial entre interesses de observação e estratégias de controle”, financiado pelo CNPq.

2 Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2011), com Estágio Pós-Doutoral na Universidade Nova de Lisboa (2014). Pesquisador Produtividade do CNPq (PQ-2). É atualmente professor Associado na Universidade Federal do Pará e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da UFPA. E-mail: fan@ufpa.br.

possuidor de bens imóveis, móveis, e semoventes contra o impedimento ou a contestação de terceiros. Eles seguiam o curso da ação processual sumária e foram largamente utilizados desde o século XIX até os dias atuais. Essa documentação é encontrada nos arquivos públicos estaduais, nos arquivos dos fóruns, ou então nos arquivos que tenham a guarda de documentos dos fóruns e cartórios distritais. Como destacam os estudos de Cristiano Christillino (2011), a ação de manutenção de posse era requerida nos casos em que o proprietário fosse ameaçado de esbulho ou efetivamente impedido de exercer o seu pleno direito de propriedade. No caso aqui tratado, corresponde a uma estratégia usada ao longo do século XIX para a defesa da posse da terra, quando esta sofria ameaças de qualquer natureza ou mesmo tomada por terceiros para que o seu proprietário, ou algum interessado na posse da terra, possa preservá-la. No caso, o autor do processo precisa comprovar o seu direito sobre a área ameaçada por meio de documentos que atestem a compra e uso efetivo de uma posse ou então apresentando títulos de propriedade.

Optamos em dividir o texto em dois momentos, com o objetivo de valorizar o conteúdo da documentação e as reflexões advindas desta leitura. Em um primeiro, apresentamos o processo de manutenção de posse, os agentes envolvidos, os argumentos das partes e a decisão judicial. Posteriormente apontamos algumas reflexões quanto ao debate conceitual e categorias de análises, assim como os possíveis caminhos de reflexão que o historiador pode traçar quanto operacionaliza com processos judiciais no contexto do século XIX.

Vamos ao caso

Em 11 de setembro de 1861 é recebido pelo escrivão Gomes e Paiva, que atua no palácio da presidência da província do Pará, em Belém, o requerimento de José Gregório Ornelas, na época procurador dos suplicantes (entendidos também como autores do processo) Manuel José do Sacramento, Apolinário José Antônio, Pedro Antônio Ribeiro, Manuel Joaquim, Maria de Jesus e Maria da Conceição, que se

identificavam como lavradores residentes em terras que margeavam o Igarapé Genipaúba, Distrito de Boa Vista, Comarca da Capital. No caso, representaram ao então presidente da província, Angelo Thomaz do Amaral, contra a medição que este havia autorizado e que teria sido feita pelo Juiz Comissário do município da capital, Manuel José Pereira Tavares de Melo e Albuquerque.³

Na petição solicitava que se informasse ao delegado da Diretoria Geral de Terras Públicas e ao procurador fiscal sobre o ocorrido, não só mostrando a irregular medição, como também informando que os suplicantes continuavam no domínio das suas terras de que foram excluídos pela referida medição, contra a qual esses se queixavam. Alegavam ainda que o ato de medir as terras teria sido efetivado sem considerar que era necessária a confirmação dos limites da propriedade pelos conflitantes. Por outro, apontavam que não solicitaram que suas terras fossem medidas, o que entendia que essa medição era uma forma de usurpação de um domínio que haviam adquirido desde muito tempo. Nestes termos, solicitam que seja garantido o mandado de manutenção de posse de suas terras, a fim de que fossem asseguradas para que não sofressem mais perturbação e que cessasse a turbação.

O atendimento quanto à necessidade de apuração do ocorrido é o conteúdo do despacho emitido pela presidência do Pará, contido no verso da petição e datado de 22 de novembro de 1861. Em dois outros pedidos à presidência da província, o advogado José Gregório Ornelas reforça a necessidade de que o processo de medição de terras fosse imediatamente suspenso e que a autoridade competente lhe assegurasse por certidão de despacho a manutenção da posse de terras de seus requerentes.

Em 5 de maio do ano seguinte, o presidente Ângelo Thomaz do Amaral certifica que se dê cumprimento ao seu despacho, quanto à

3 Centro de Memória da Amazônia (CMA). Fundo: Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Série: Cível. Subsérie: Manutenção de Posse. Procedência: 4ª Vara Cível - Cartório Sarmiento. Localização: Estante: D2; Seção: 8; Prateleira: 3. Ano: 1887.

informação de providências sobre a manutenção na posse das terras no rio Genipaúba, atendendo ao pedido inicial dos suplicantes quanto à suspensão do processo de medição. Despacha ainda, à vista dos documentos apresentados pelos suplicantes e da informação do Juiz Comissionário datada de 12 de dezembro do ano anterior, que declarou particularmente que a medição de que se trata, de fato foi feita sem a consulta aos conflitantes. No despacho a autoridade provincial ressalta que convinha ao suplicante no domínio do terreno que diz haver perdido com a dita medição, por quando, “assim particular não é obrigatória para as partes que não se conformam com esta a aceitação”, sendo justo o pedido de não prosseguimento do trabalho de medir as terras.⁴

Diante da manifestação da presidência do Pará é expedido o mandado de manutenção de posse dos requerentes assinado por José Antônio Mattos, Juiz Municipal Suplente em exercício na cidade de Belém. Como destaca em conteúdo,

Mando aos oficiais de justiça deste Juízo indo ao lugar denominado Genipaúba, terras desta capital e casas dos requerentes de José Gregório Ornelas, procurador dos suplicantes Manuel José do Sacramento, Apolinário José Antônio, Pedro Antônio Ribeiro, Manuel Joaquim, Maria de Jesus e Maria da Conceição, ele dá uma posse e cartas de manutenção das terras em que habitam a fim de conservarem nas referidas terras as que a nesta se acham de posse na forma da lei.⁵

Diante da decisão anterior, esta é questionada em uma petição que chega ao gabinete do juiz municipal, em 01 de outubro de 1861. No documento, Eugênia Maria Thereza, que se dizia dona das terras

4 Centro de Memória da Amazônia (CMA). Fundo: Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Série: Cível. Subsérie: *Manutenção de Posse*. Procedência: 4ª Vara Cível - Cartório Sacramento. Localização: Estante: D2; Seção: 8; Prateleira: 3. Ano: 1887, p. 12.

5 Centro de Memória da Amazônia (CMA). Fundo: Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Série: Cível. Subsérie: *Manutenção de Posse*. Procedência: 4ª Vara Cível - Cartório Sacramento. Localização: Estante: D2; Seção: 8; Prateleira: 3. Ano: 1887, p. 6.

e moradora no Igarapé Genipaúba, alegava ser a legítima proprietária, o que a teria motivado a solicitar a medição dessas terras, pois estas estavam sendo constantemente invadidas por Manuel José do Sacramento, Apolinário José Antônio, Pedro Antônio Ribeiro, Manuel Joaquim, Maria de Jesus e Maria da Conceição. Para o fim mencionado, sua petição solicitava ao Juízo que os mandasse citá-los para que no prazo de 15 dias apresentassem os títulos que teriam das terras, das quais Eugênia Maria Thereza, se dizia a verdadeira senhora por legítimos títulos.

Atendendo em parte a solicitação de Eugênia Maria Thereza, o Juiz Municipal José Antônio Mattos solicita ao Juiz de Paz do Distrito de Boa Vista para ouvir as partes. Uma primeira audiência em que compareceu Eugênia Maria Thereza, qualificada como moradora no Igarapé Genipaúba, distrito de Boa Vista, na qual dizia ser possuidora por carta de sesmarias de uma sorte de terras desde a boca do Igarapé-Assú até as terras de Hilário Muniz, no mesmo Igarapé e distrito. No caso, peticionou quanto ao seu direito de propriedade que estaria sendo violado pelos clientes de José Gregório Ornelas. Solicitava que estes deixassem de entrar em sua propriedade para roubar e tirar madeiras sem sua licença ou qualquer consentimento.

Imagem 1 - Carta petição de Eugênia Maria Thereza ao Juízo de Belém, 1º de outubro de 1862

Ex. Sr. Juiz Municipal de Belém
D. Cita-se Belém 1.º Out-
ubro de 1862
M. Maria

Eu Eugênia Maria Thereza, moradora
na rua do Garapi, freguesia de Belém, distrito da
Boa Vista, termo desta capital, que tendo
feito antes para o fim de ter a possessione
das terras, e plantar as que a Antonio, tra-
zendo da Concórdia, e Manuel do Sacra-
mento, e Pedro de tal para o fim meu
esquente na petição junta, com que
deu origem ainda alcançei a
bem de sua justiça, vos requero
at.º a digno mandar citá-lo si-
m para de 15 dias viram exhibir me
os títulos, que têm as terras,
de que trata, das quais é a sup.º
mea verdadeira embora por legiti-
mos títulos. Por tanto.º

P. at.º a digno mandar
fazer as citações referidas,
fazendo-se para isto
os mandados citatórios,
pelos de quem.º

E. Maria
Com. procurador
Bento Ferreira Pastana

Fonte: CMA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Manutenção de Posse. Ano: 1887, p. 14.

A ausência dos denunciados exige que Eugênia Maria Thereza solicite ao Juiz de Paz que mande citar os posseiros para nova audiência a fim de assinar termo de boa convivência de forma a não mais tirarem madeiras contra o direito alheio, nem fazer roça e plantio sem a devida licença. Uma nova audiência é realizada, acompanhada pelo escrivão interino Bento Ferreira Pastana e presidida por Dionísio Maciel, Juiz de Paz, em que compareceu Eugênia Maria Thereza e seu procurador Francisco do Nascimento e também José Gregório

Ornelas, como apontado, procurador de Manuel José do Sacramento, Apolinário José Antônio, Pedro Antônio Ribeiro, Manuel Joaquim, Maria de Jesus e Maria da Conceição. Lida a petição, Eugênia Maria Pereira reivindica a propriedade, mas que diante do ocorrido, permite que os implicados possam fazer seus roçados e plantios, desde que permitidos, mas que sejam proibidos de retirar madeira.

As partes não se conciliaram e os suplicados alegaram que já usam essas terras desde os tempos de seus avós e que nunca foram incomodados, que não desejam e nem têm bens para pagar pelas terras que entendem que sejam suas, pois delas, não só tiram as madeiras, mas também possuem moradias e cultivam arroz, feijão e milho.

A manifestação do juiz da capital, José Antônio Mattos, é de não suspender a carta de manutenção de posse, usando como justificativa o Livro 3º, Título 40, § 2º das Ordenações Filipinas, “Do que nega estar em posse de coisa que lhe demandam”. No caso, entende que a responsável de comprovar como legítima possuidora das terras era de Eugênia Maria Thereza, o que até então não teria feito. No caso, destaca o trecho das ordenações “Sendo algum demandado em juízo, precaução real por cousa, que possua, e sendo apresentado pelo juiz está em posse dela, provando o autor, não será privado da posse da dita coisa”.⁶

Alguns apontamentos

O que estamos procurando trazer com este processo de manutenção de posse, assim como de um conjunto de outros processos sob a guarda do Centro e Memória da Amazônia (CMA), através de um projeto financiado pelo INCT Proprietas, que se encontra em etapa inicial de levantamento documental por bolsistas de iniciação científica, é que se tratam de importantes registros, que nos apontam

⁶ Centro de Memória da Amazônia (CMA). Fundo: Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Série: Cível. Subsérie: Manutenção de Posse. Procedência: 4ª Vara Cível - Cartório Sacramento. Localização: Estante: D2; Seção: 8; Prateleira: 3. Ano: 1887, p. 26.

para um debate acerca dos tensionamentos provocados por práticas de propriedade, enquanto direitos pleiteados e realizados na efetividade da posse, tendo na ação de pequenos lavradores a defesa de sua permanência na terra, assim como a compreensão de diferentes concepções acerca da propriedade, das formas de apossamento e dos direitos a serem perseguidos no âmbito da justiça.

A legalidade, ao que se observa e que procuramos compreender, é um exercício de interpretação que pode ser individual ou coletivo e compartilhado ou negado com quem deve dizer da lei, no caso o juiz e outros operadores do direito, como advogados. No entanto, pode ser objeto de interpretação e uso por pequenos posseiros e lavradores. Isso significa não perseguir a dimensão superestrutural da lei, enquanto a tradução exclusiva dos interesses de um grupo dominante. A norma legal, quando disponível, se torna um instrumento que pode ser acionado pelas camadas populares, mas também objeto de disputa entre os grupos sociais. Assim, a lei aparece como uma arena dinâmica de interpretação que envolve lavradores, senhores de terras e representantes da justiça (Thompson, 1998).

O caso escolhido se deve ao entendimento de que se trata de um episódio que sintetiza, em vários momentos, aspectos presentes noutros conflitos envolvendo posseiros ou pequenos lavradores que se veem como proprietários. O destaque dado aqui à figura do posseiro, presente nas pessoas de Manuel José do Sacramento, Apolinário José Antônio, Pedro Antônio Ribeiro, Manuel Joaquim, Maria de Jesus e Maria da Conceição, visa ainda dar visibilidade à ação histórica desses sujeitos através de suas lutas pelo direito de uso da terra e recursos da floresta, bem como da reprodução cotidiana das suas condições de vida e trabalho, como procuram mostrar em seus depoimentos.

O litígio presente no processo ocorre num momento em que as práticas de apossamento perpetradas por pequenos lavradores passam cada vez mais a serem vistas como entraves ao modelo de desenvolvimento agrícola que se quer difundir, pautado na comer-

cialização da terra, na medição e demarcação das propriedades e sua regularização nas diretorias provinciais de terra e colonização presentes nas capitais das províncias. Por outro, a instituição de uma ideia de propriedade e de legislação que reconheça a legitimidade da posse, restringe esse reconhecimento a um determinado tipo de possessor e proprietário que pode se distanciar das práticas costumeiras de apossamento comum às populações rurais na Amazônia, pautadas no cultivo e na extração.

Com a análise do processo envolvendo as terras reivindicadas por Eugênia Maria Thereza, procura-se compreender o transcurso das disputas e sua relação com as experiências de ocupação e uso da terra. Ao evidenciarmos a dimensão do conflito e a atuação dos lavradores, como Manuel José do Sacramento, Apolinário José Antônio e outros, na defesa de direitos de propriedade, pretendemos reconhecer, como nos apontam os estudos de Márcia Motta (2008b, p. 99), que esses posseiros, longe da figura de sujeitos imóveis e mesmo saindo como derrotados em inúmeros processos judiciais nos quais figuravam, o que não ocorreu no caso descrito, em sua grande maioria, como réus, “ajudaram a construir, na contracorrente da amnésia que se produziu sobre as suas lutas, uma cultura de resistência que assegurava a primazia da posse como fundamento de um direito”.

Outra questão importante, quando recuperamos os processos de manutenção de posse, é que se trata de discussões que precisam dialogar à luz da história social da propriedade. Isto significa direcionar a preocupação para reflexões que desnaturalizam a ideia de uma propriedade como resultado de uma evolução histórica que consagra a propriedade privada individual e indivisível como sinônimo do progresso capitalista e das sociedades desenvolvidas. Sendo assim, é preciso historicizar as diferentes percepções acerca de direitos de propriedade em cada época e em diferentes lugares, permitindo a superação de visões que partem de um único modelo consagrado no presente para se interpretar formas de propriedade no passado (Congost, 2017). O que está se reivindicando é o entendimento da propriedade como relação social, construída nas experiências de

usos e apropriações, deslocando de uma percepção exclusivamente normativa.

Percebermos os conflitos envolvendo posseiros ao longo do Império, em larga medida, nos ajuda a compreender a configuração da legislação de terras proposta pelo Estado imperial e as dificuldades em implementá-la. No entanto, se observa um transcurso de disputas onde a proteção jurídica, ao longo do século XIX, consagrou determinados direitos em detrimento de outros, ao passo que a resistência e a defesa de outras formas de apropriação da terra demonstram historicamente o caráter plural e móvel do que se entendia como propriedade.

Importante assinalar que, muito embora estejamos também preocupados em atentar para os aspectos normativos da propriedade presentes nos decretos e leis, buscamos afastar uma abordagem que consiste em delegar às leis o poder de “dizer” a realidade (Congost, 2007). Como se observou, a pretensão, ao contrário, é discutir um episódio de litígios de terras, dando ênfase aos aspectos empíricos que revelam as ações dos sujeitos envolvidos, dada a inegociável necessidade de se compreender enquanto “relações sociais concretas” as práticas efetivas de propriedade (Congost, 2007).

O estudo de episódios concretos de disputa envolvendo posseiros e Eugênia Maria Thereza que se dizia proprietária, como o anteriormente trazido, de um litígio de terras na localidade do Igarapé Genipaúba, deve nos permitir acompanhar os principais momentos do conflito com o intuito de identificar as estratégias utilizadas por ambas as defesas com o objeto de obterem o reconhecimento do direito à posse da terra como condição para a legitimação da propriedade nos marcos da legislação imperial. A perspectiva ao analisar esses casos é demonstrar que, para além da legitimação formal da propriedade, outras concepções de direitos de propriedade estão sendo realizadas na prática cotidiana dos posseiros e serão mobilizadas no decurso dessas disputas.

O caso em tela, que identifica Manuel José do Sacramento, Apolinário José Antônio, Pedro Antônio Ribeiro, Manuel Joaquim, Maria de Jesus e Maria da Conceição como não proprietários, tratam-se de lavradores que não detinham documentos como donos das terras no momento do conflito. Homens e mulheres, como se identificam no processo, que haviam se apossado de áreas de terras devolutas, mesmo ante o impedimento legal inaugurado em 1850 com a Lei de Terras. Nesse caso, o uso do termo lavrador na identificação das partes mobilizou o argumento da prática efetiva do apossamento e do cultivo de terras, práticas que remontavam invariavelmente a longa data, ao mesmo tempo em que buscavam apresentar-se como legítimos detentores de direitos assegurados, não pelo documento, mas pelo uso.

Importante observar no caso de Eugênia Maria Thereza que, ao pleitear a demarcação e medição de suas terras, invariavelmente aproveitava-se da imprecisão dos limites de suas terras para expandir o seu domínio. Trata-se de uma questão objeto de debate da historiografia que discute a Lei de Terras de 1850 como os estudos de Márcia Motta (2008a); Cristiano Christillino (2010) e Paulo Pinheiro Machado (2004). Nestas reflexões se aponta para a necessidade de se observar as estratégias de grandes proprietários na rejeição ao cumprimento da legislação com vistas a ampliar seu domínio pela via da imprecisão dos limites de suas terras, quanto para a importância de atentarmos para as especificidades regionais na condução e aplicação da lei.

Na província do Pará, as legislações voltadas para questões fundiárias, como a Lei de Terra de 1850, devem ser pensadas considerando as políticas de colonização implantadas pelos governos provinciais da segunda metade do XIX, nesse sentido, a simples leitura do texto da lei não dá conta da complexidade que as particularidades e dinâmicas regionais impunham ao seu processo de aplicação, cabendo, atentar justamente para o processo de implantação da legislação de terras e as dinâmicas locais, como procurei analisar em texto anterior (Nunes, 2012).

Uma última questão a destacar é que o caso anteriormente apresentado nos permite perceber que os conflitos de terras no Pará no século XIX se devem a uma reação de pequenos lavradores provocados pelas várias tentativas governamentais em demarcar terras particulares, o que, via de regra, fez-se em detrimento de pequenos lavradores que há décadas ocupavam as áreas que passam a ser reivindicadas como pertencentes a um único dono. Nesse caso, os conflitos devem demonstrar que os pequenos posseiros entendiam que possuíam direitos de propriedade sobre as áreas que ocupavam, o que fazia a partir de uma mobilização de práticas e argumentos que combinavam o costume disseminado da posse enquanto ocupação e apropriação efetiva da terra havida de forma mansa e pacífica, como procuravam argumentar nos processos.

Referências

- CONGOST, R. **Tierras, leyes, historia:** estudios sobre “La gran obra de la propiedad.” Barcelona: Crítica, 2007.
- CONGOST, R. Historia, el derecho, a la realidad de las constituciones sociales en la gran obra de la propiedad. **História: Debates e Tendências** - v. 17, n. 2, p. 374-384, jul./dez. De 2017.
- CHRISTILLINO, C. Manutenção de posse. In: MOTTA, M.; GUIMARÃES, E. (Orgs.). **Propriedades e disputas:** fontes para a história dos oitocentos. Niterói: EdUFF, 2019, p. 137-140.
- CHRISTILLINO, C. **Litígios ao Sul do Império:** a Lei de Terras e a consolidação da política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). Tese (Doutorado em História) Departamento de História da Universidade Federal Fluminense/UFF, 2010.
- MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado:** a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- MOTTA, M. **Nas Fronteiras do Poder:** conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Niterói: EdUFF, 2008a.

MOTTA, M. Posseiros no oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850). *In*: MOTTA, M.; ZARTH, P. (Orgs.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história (concepções de justiça e resistência nos Brasis). São Paulo, UNESP; Brasília, NEAD, p. 85-101, 2008b.

NUNES, F. A. A Lei de Terras no Pará e a política de colonização (estrangeira). *In*: SARGES, M. N. S.; RICCI, M. (Orgs.). **Os oitocentos na Amazônia**. Belém: Editora Açai, p. 81-108, 2012.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.



O INESPERADO ARQUIVO: AUSÊNCIA, ELIPSE E IMAGINAÇÃO HISTÓRICA¹

Jailson Pereira da Silva

“Todas as opiniões que há sobre a natureza nunca fizeram crescer uma erva ou nascer uma flor” (Pessoa, 2005)

Esta é uma mesa sobre escrita. Sobre escrita da História, particularmente. E por isso tomei emprestada essa frase do Alberto Cæiro, talvez o mais objetivo dos heterônimos do Fernando Pessoa, para iniciar esta conversa. Assim o fiz porque acredito que mesmo que a Natureza, de fato, não esteja preocupada com nossas opiniões sobre ela, não desisti de pensar a relação entre linguagem e História. Longe de mim abrir uma contenda com o poeta português, mas ousei perguntar: *Natureza* é um nome que demos a quê? Como dizer as coisas sem recorrer ao nome? Antonio Paulo, aqui ao meu lado, foi quem me apresentou “*Cem anos de Solidão*” e ele sabe que existia um tempo em que as coisas eram tão recentes que ainda não tinham nome; e, sem nome, precisavam ser apontadas com o dedo (Márquez 1995, 7).

¹ Este texto surgiu de nossa participação na mesa redonda “*História, Arquivo e Subjetividades Contemporâneas*”. Como trata-se de um trabalho produzido para ser falado (lido), mantivemos nesta versão, agora publicada, alguns tons coloquiais que acompanharam a primeira apresentação das ideias basilares desse capítulo.

Penso sobre isso, sobre palavra e linguagem, porque, como já disse em outros momentos, acredito que nossa Teoria da História está à frente de nossa Escrita da História. É como se conseguíssemos pensar de um modo que não conseguimos escrever; há um descompasso no caminho que leva do pensamento à palavra.

Quer dizer, quando pensamos teoricamente o que é a História, nós conseguimos elaborar conceitos, perspectivas, executar atos imaginativos bastante criadores, inventivos e inovadores, mas que, quase nunca, se materializam em nossos trabalhos. Basta olhar as teses e dissertações que são apresentadas a cada ano e perceber que nossa escrita da História ainda é saturada, por exemplo, por formas de compreensão do tempo que se expressam de maneira linear, que a sequencialidade, reina em nossa escrita que rompê-la é quase um sacrilégio.

Se uma tese, por exemplo, tratar de um tema qualquer entre as décadas de 1950-1990, e se o candidato escreve começando pelos anos 1970, vai os 1980, daí, salta para os anos 1950 e só por fim chega aos anos 1960, quem duvida que na banca de arguição ele será convidado a explicar o porquê desse percurso temporal *anti-lógico*? Mas quem duvida, também, que dentre todos os membros da banca não haja um sequer que não tenha dito em alguma de suas aulas que “a história não é linear”? Por que, então, precisamos explicar a obviedade da não linearidade da História?

Se fizermos essa mesma exigência – de que não se deve romper a sequencialidade, a linearidade do tempo, da narrativa, – a outras produções, como o cinema, por exemplo, perceberemos como muitos dos filmes que consideramos em alta estima seriam, obrigatoriamente, retirados das nossas listas. Isto porque muitos dos filmes que nós, professores e historiadores, temos como nossos preferidos e instigantes acomodam o tempo de maneiras inesperadas e não lineares em suas histórias. O mesmo, claro, serve para a literatura.

Mas arte é arte, História é História! Devem estar pensando alguns aqui neste momento. Eu entendo o que querem dizer. E não ousarei, por falta de fôlego, atravessar a estrada dessa discussão.

Os exemplos são simples, eu sei. No entanto, a frase de Cæiro, a imagem de avaliadores que indagam sobre idas e vindas temporais em um texto historiográfico e o modo como o tempo e a sequencialidade são apresentados no cinema e na literatura convidam a pensar sobre esse possível descompasso entre a Escrita e a Teoria da História. E isso tudo me leva a refletir sobre o modo e o sentido do arquivo para a História. O arquivo não é o que ele ordena ou organiza; mas antes o modo como se estabelecem essas ordens e as organizações.

O arquivo é a aceitação e a denúncia de que algo nos escapa. Assim como a linguagem, o arquivo existe para presentificar a ausência. Não sei vocês, mas eu, quando digo “arquivo”, lembro não do que ele tem, mas do que nele falta; não do que ele guarda, mas do que ele perde.

O arquivo é cheio de proposições. Ele está associado às conjecturas que lhes permite o encadeamento. “Isso pertence a essa ou aquela ordem; cabe nessa ou naquela sequência; integra essa e não aquela série”. É duro admitir que é assim porque assim o convençionamos. O arquivo não se separa das suposições. E nisso ele se assemelha ao acontecimento, pois, como disse Michel de Certeau (2001, 104), acontecimento é algo que precisamos supor para que a organização dos documentos seja possível.

Como historiador (e um poeta frustrado) me vejo indagando sobre formas outras de pensar, arquivar e dizer histórias. O arquivo é a morada das contiguidades; ou assim é que tem sido apresentado. Uma coisa se encaixa, sucede, anuncia a outra. E as contiguidades são como um vício em suposições. O historiador, romancista e psicanalista Eelco Runia (2014) afirma que a descontinuidade é uma espécie de fantasma que assombra o historiador. Aquilo que não pode ser serializado, ordenado, encaixado nos assombra. O sonho (e uso

sonho porque talvez seja um desejo inconfessável ou inconsciente) do historiador é livrar-se dos sobressaltos, deslizar pela estrada do tempo e dos eventos, sem passagens obscuras ou solavancos.

Antonio Paulo gosta de trapézios. Eu gosto de saltos. Por isso tenho compilado ideias que me parecem incompletas (ou que me colocam diante da incompletude), ideias que saltam, que se lançam sem aviso prévio, me interessam. É porque penso em saltos, em vazios que habitam os arquivos, que recolho histórias incompletas, desconexas. E vou apresentar, com a vossa licença, sete delas. Todas, acredito, envolvem personagens que nos são, em maior ou menor grau, conhecidas:

- 1- John Lennon,
- 2- Ernest Hemingway,
- 3- Tom Zé,
- 4- Julio Cesar Cortázar,
- 5- Jorge Luís Borges,
- 6- Paul Auster,
- 7- Catia de França/Flávio Nascimento.

Desejo tomar essas histórias de modo parcial. Reinventar um lugar para elas em minha imaginação. O objetivo é refletir sobre como essas histórias provocam o pensamento e me fazem, como historiador, imaginar outros modos de enfrentamentos, de posicionamentos diante dos limites da escrita da História.

Primeira História: John Lennon: “conseguir o som que se imagina é o que é difícil”

A frase de John Lennon está num documentário sobre música Pop do começo dos anos 1970, e foi dita durante um ensaio. Lennon parecia desconfortável com o fato de não conseguir reproduzir o mesmo

som que estava em sua imaginação. Uma pequena angústia se estabelece quando a cisão entre ideação e a execução sonora impede a simetria entre esses dois polos. Há uma incômoda distância entre o som que está em sua cabeça e aquele que chega aos seus ouvidos. Há nessa cena um pouco da indagação proposta por Wittgenstein (Apud Zajdsznajder, 1992) – *“Se tenho a intenção de assobiar para você uma melodia, já a terei escutado, antes, em meus pensamentos?”*

Então, Lennon não ouviu, de fato, o som que imagina. Algo não se completa, aparentemente. Talvez aqui possamos perguntar: Se ele nunca escutou a música que imagina, como se pode dizer que ele lembra/esquece dela? Ou, sendo mais específico: aquilo que eu vivi apenas como imaginação pertence à ordem da memória? Não tenho resposta para essa indagação, certamente. Mas posso dizer que tendo a pensar que sim, porque não há memória sem imaginação. A memória é um ato imaginativo. Então, tendo a crer que aquilo que vivo, ainda que apenas como imaginação, como Lennon que tenta reproduzir o som que imagina, pode ser da ordem da memória. Cada vez que Lennon se coloca diante de sua inexequível canção e sabe que ela se afasta, que não é simétrica ao seu som imaginado, ele acessa a memória desse mesmo som imaginado.

É mais fácil pensar isso como poeta, ainda que fracassado, do que como historiador.

Mas veja como isso se parece com o que dissemos sobre a Teoria e Escrita da História. Há ideias na nossa imaginação, mas que são difíceis de ser transpostas para o texto. No nosso caso, historiadores que somos, não se trata de “conseguir reproduzir o som que se imaginou”, mas de encontrar um jeito de trabalhar o tempo, ultrapassando a sequencialidade, esquecer, por um instante “o que vem antes e o que vem depois”. A tarefa é fascinante; embora nos coloque como Sísifo, diante de seu trabalho sem fim. Como sugere Étienne Klein (2019, 10),

[...] tudo vem abaixo: percebemos de repente que não entendemos nada do tempo, que ele se mistura a muitas outras noções delicadas (movimento, mudança, sucessão, ritmo...), que se dispersa em avatares de si mesmo e que sua aparente familiaridade vem apenas do hábito, de uma certa rotina do uso da língua, e não de uma elucidação.

O tempo é nossa música e por mais complexa que seja sua melodia, ela não é inexecutável. Entre a trombeta de Clio e a guitarra de Lennon deve haver alguma melodia que nos faça dançar, ainda que executemos passos desastrosos.

Segunda História: Hemingway “e a busca pela frase certa”

“*Paris é uma Festa*”, como sabemos, é um livro que compila memórias do Ernest Hemingway. É num desvão de uma conversa que aparece no livro que Hemingway disse que “escrever é encontrar a frase certa”. Olha a potência disso! Um livro pode justificar-se por conta dessa frase, que aparece no tempo e lugar certos. Não é o texto por completo. É a frase, a ideia, o *insight*. Essa imagem conceitual, que Hemingway me trouxe, eu uso como uma boa justificativa para minha preferência pela poesia diante do Romance. Posso dizer que posso ficar mais atraído por um verso do que por uma história, por um enredo, uma narrativa. Um verso, diferentemente de romance, parece sofrer menos diante da incompletude e da incompreensão. É a abertura que deve, primeiramente, interessar à poesia. Só depois, e se possível for, deve vir a compreensão.

Não se pode dizer o mesmo da História, é verdade. Mas não nos esqueçamos por completo que o próprio Michel de Certeau dizia que um acontecimento é algo que precisamos supor para que ele de fato exista². E que, portanto, o gesto interpretativo não se separa do imaginativo.

2 “Efetivamente, o que é um acontecimento senão aquilo que é preciso supor para que a organização dos documentos seja possível? Ele é o meio pelo qual se passa da desordem

A frase do Hemingway me faz lembrar da história do Lennon. Há camadas de diferenças, de aproximação e repulsa, entre elas que precisam ser exploradas: Como dissemos, a frase do Lennon veio à tona, aparentemente, durante um ensaio. Surgiu ali, enquanto tentava reproduzir o som que imaginava. A frase do Hemingway está em “*Paris é uma festa*”. É uma frase retirada de um livro de memória, portanto. Mas observe: Trata-se de um livro cuja ordenação dos assuntos foi feita postumamente, alterando, inclusive, por razões de arrumação cronológica a sequência dos capítulos (Olhe aqui de novo, a sequencialidade passeando pelas paisagens da memória e literatura).

Hemingway viveu aquilo que narra. Não exatamente como narra, obviamente. Lennon não ouviu, de fato, o som que imagina. A arrumação do texto do Hemingway faz pensar na história como gesto possível, porque, uma vez ordenada a narrativa que faz o livro (*Paris é uma Festa*) surgir, o que nos interessa é pensar sobre o inacabado, sobre as possibilidades de ordenação da história que não foram dadas a existir.

Terceira História: Tom Zé e o canto das Lavadeiras

Quando escreve sobre trajetória, Tom Zé costuma dizer que toda a música que faz é, no fundo, a tentativa de reproduzir os sons de sua infância, os cantos das lavadeiras do interior da Bahia. Vez por outra, afirma Tom Zé, ele alcança algum sucesso em sua missão. Mas, tão logo ele consegue, se diz insaciável. O desejo de fazer mais, de ouvir daquele som, o impele a continuar buscando essa fonte primeira, onde se formatou seu ser musical. Novamente essa ideia de incompletude, novamente um trabalho de Sísifo.

Há uma espécie de canto da sereia que desafia a Astúcia de Tom Zé, parafraseando “A astúcia de Ulisses”, nome do sítio eletrônico onde Antonio Paulo lança seus deliciosos cantos que, embora sedu-

à ordem. Ele não explica, permite uma inteligibilidade. É o postulado e o ponto de partida - mas também o ponto cego - da compreensão” (Certeau, 1982, p. 99).

tores, não nos ameaçam a existência – a ir em frente, com olhos (e sobretudo ouvidos) no passado.

Deixo para vocês pensarem se o som que Tom Zé quer reproduzir é da mesma ordem daquele que o do Lennon.

Quarta História: Cortázar, as frases de bairro e a abertura dos ocos

Julio Cortázar disse certa feita que para ele “a linguagem que conta é aquela que abre janelas na realidade; um ato de estar abrindo permanentemente na parede dos homens aqueles ocos que separam a gente de nós mesmos e dos demais” (Apud Bermejo, 2002, 72).

Abrir ocos. Parece gesto oposto ao de identificar e fechar lacunas. Não é raro que encontremos trabalhos historiográficos que trazem em suas justificativas esse sonho de fechar uma lacuna (na historiografia). Entendo o gesto explicativo. Mas não posso deixar de evocar a imagem do historiador como um pedreiro, um tapa buracos. Perdoem aqui, novamente, a pobreza de imaginação. É que creio que a História é antes de tudo lacunar. Eu me preocupo com os ocos, mas não desejo tapá-los; ao contrário, desejo abri-los, criar espaços, aberturas por onde a passe o inesperado da História.

Quando provocado sobre a potência do que fazia, então, Cortázar afirmava que “escreve com frases de bairro”. Ao dizer frases de bairro, ele se refere menos ao espaço e mais ao tempo. O que interessa é que as tais frases de bairro tratam de coisas conhecidas. Mas não são conhecidas porque pertencem a uma esquina comum da vida. São conhecidas porque se repetem, porque de algum modo permanecem, no tempo. Encontrar a frase de bairro é, portanto, encontrar o que há de assombroso naquilo que nos é conhecido. É a surpresa, o inesperado que surge nesses ocos abertos no “estranho familiar” (Klein, 2019) que nos é o tempo.

Posso escrever um livro inteiro com frases de bairro, que não ultrapassam dali, da esquina. Mas nada me garante que elas não

andaram muito, que vieram de longe, ou que ficaram em círculos. Um dia, alguém resolve esticar a linha. Um dia, o bairro vira cidade.

Quinta História: Borges, Baldanders e o riso de Foucault e de quem mais quiser rir

Talvez a história que virá a seguir seja a mais conhecida dentre as que evoquei até aqui. Ao menos deve ser a mais conhecida no grupo dos historiadores. Pelo que se sabe, foi essa a História que despertou o riso de Foucault e o impulsionou na escrita do seu “*As palavras e as coisas*”.

A história a qual quero me referir agora, de tão intrigante, virou uma constante quando se quer problematizar temas como a organização (seja do conhecimento, seja dos arquivos) e os limites do modo. É uma passagem que faz pensar como concebemos e organizamos o mundo. É um trecho curto, inventivo e desnorteador, que, assim como aconteceu com o Foucault, desperta o riso de quem a lê pela primeira vez. O fato é por desviar o pensamento da lógica tradicional, o surpreende. E é isso que nos faz rir. Esse desvio inesperado, que, de surpresa, joga o pensamento em outra direção. E já foi citada, por exemplo, em “*O grande Massacre de Gatos*” (Robert Darnton), em “*História e Psicanálise*” (Michel de Certeau), e em “*O que é o Arquivo?*”, Ana Bigotte Vieira.

A essa altura, alguns aqui já sabem que me refiro à taxonomia apresentada por Jorge Luis Borges, em *O idioma analítico de John Wiksins*. Ali, nós nos deparamos com um modo imaginativo de organizar o mundo animal; segundo o qual, os animais se dividem em:

[...] (a) pertencentes ao imperador, (b) embalsamados, (c) amestrados, (d) leitões, (e) sereias, (f) fabulosos, (g) cães soltos, (h) incluídos nesta classificação, (i) que se agitam como loucos, (j) inumeráveis, (k) desenhados com um finíssimo pincel de pêlo de camelo, (l) etcétera, (m) que

acabam de quebrar o vaso, (n) que de longe parecem moscas (Borges, 2007a, p. 94).

Creio que é uma passagem que dispensa explicação. É essa surpresa, que anima quem se depara com o texto pela primeira vez, que nos faz pensar sobre o inacabado, o inesperado na História. A lógica aqui é mostrar as fronteiras da lógica. O que interessa nela é sua capacidade de expor os limites de nosso modo de lidar com a imaginação e com mundos e imaginários.

Aliás, lembro que *“O livro dos Seres Imaginários”* (2007b) é título de outro escrito de Borges. Nesse livro, Borges compilou uma centena dessas criaturas que habitam nossa imaginação, articulando suas histórias com interpretações dos seus significados.

Foi em *“O livro dos seres imaginários”* onde encontrei outra pequena história para falar da incompletude e sua afinidade com a história.

Dentre as criaturas inventariadas por Borges em seu livro, uma das que eu mais gosto é o Baldanders. Bald-anders significa algo como “o já diferente” ou “o já outro”, o que já não é o mesmo. Ele é um ser que, como o nome indica, não se detém sobre a mesma existência. E Borges descreve assim o encontro de um camponês com o tal ser, que estava sob a forma de uma estátua de pedra. Ao tocar na estátua, essa diz ao camponês:

[...] eu sou Baldanders. E assume as formas de um homem, de um carvalho, de uma porca, de um salsichão, de um prado coberto de trevos, de esterco, de uma flor, de um ramo florido, de uma amoreira, de um tapete de seda, de muitas outras coisas e seres e depois, novamente, de um homem.

Borges, nos faz com isso pensar sobre os limites do contíguo; afinal, nós, talvez, consigamos encontrar a lógica por traz de uma porca que vira um salsichão, ou de uma amoreira que passa ao tapete de

seda. Mas é preciso um esforço maior para alcançar a lógica que explica como um homem vira um carvalho, ou como um carvalho vira uma porca.

Nas duas histórias de Borges, citadas acima, há uma dose de humor. O humor aparece quando saltamos, sem aviso prévio de uma lógica para outra. Será possível inventar formas de contar a história que, ainda que não sejam engraçadas, possam se apropriar desses atos de trampolinagem do pensamento, desses espaços de onde surge de forma inesperada uma narrativa?

Sexta História: Paul Auster e a imaginação pela ausência

A imaginação é uma presença. Mas quero imaginar a partir da ausência. Então recorro a outra história conhecida, essa encontrada no livro de Paul Auster, *“A invenção da solidão”*, que muitos sabem, me foi apresentado por Antonio Paulo, aqui ao meu lado. No livro, há uma passagem em que o filho vai à casa do pai, morto, recolher as coisas, organizar a casa, cuidar do espólio. Lá encontra álbuns de fotografias. O melhor dos álbuns, aquele com a capa mais cara e trabalhada, guardado com mais zelo, estava vazio. Quais fotografias deveriam estar ali? Por que não foram colocadas? O que adiou o projeto de colecioná-las? Elas existiram de fato, ou como o som de Lennon, estavam na imaginação? Mas observe: Lennon sabia qual som queria reproduzir. E diante de uma imagem ausente, como podemos pensar a sua existência. A ausência do arquivo dispara a imaginação. Cabe perguntar o que o historiador aprende com isso. Talvez, possamos aprender que a narrativa histórica se faz com elipses, tanto quanto com conectivos. Ou pelos menos, como nas histórias anteriores, se faz com formas imprevistas de aproximar as coisas, tal qual muitas vezes a memória o faz. Todos sabemos que a memória pode nos surpreender com conexões impensadas.

Não sou um especialista em estudos da Memória, (diante de mim, certamente, tem algumas), mas aprendi com Camus (2023, 83) que não se entedia aquele que aprende a recordar. Vou repetir: quem sabe recordar, não se entedia. O protagonista de *O estrangeiro*, Mersault, esboça essa ideia enquanto estava preso. A recordação era sua rota de fuga. Quando encontrei essa ideia, quase de imediato, fui lançado para uma outra percepção acerca do mesmo tema, esboçada por Georges Perec, que nos indagava, “se a memória nos salvará do esquecimento, quem nos salvará da memória?”

Sétima História: Flávio Nascimento/ Catia de França

A sétima história é sobre “Estilhaços”, poema/canção de Flávio Nascimento e Cátia de França. Desisti de contá-la. Lembrei que “Porque a vida é /Tua mesa de comida é/ Sem toalhas comportadas.”

Apenas isso.

Referências

AUSTER, P. **A invenção da solidão**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BERMEJO, E. G. **Conversas com Cortázar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BORGES, J. L. O idioma analítico de John Wilkins. *In*: BORGES, J. L. **Outras Inquisições**. São Paulo: Companhia das letras, 2007a.

BORGES, Jorge Luis. **O livro dos Seres Imaginários**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2007b.

CAMUS, A. **O Estrangeiro**. São Paulo: Ed. Record, 2023.

CERTEAU, M. **História e Psicanálise**. Entre a Ciência e a Ficção. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2012.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CERTEAU, M. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DARNTON, R. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HEMINGWAY, E. **Paris é uma Festa**. São Paulo: Civilização Brasileira/Círculo do Livro, 1989.

KLEIN, E. **É o tempo que passa(?)**. São Paulo? Ed. 34, 2019.

MÁRQUEZ, G. G. **Cem anos de solidão** (E. Zagury, trad.; Carybé, ilus.). Rio de Janeiro: Record/Altaya, 1995 (Trabalho original publicado em 1967).

PESSOA, F. **Poesia Completa de Alberto Cæiro**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2005.

RUNIA, E. **Moved by the Past: Discontinuity and Historical Mutation**. New York: Columbia University Press, 2014.

VIEIRA, A. B. O que é o Arquivo? *In*: GANDUM, A.; GUEDES, A.; GUERREIRO, A.; SARDO, D. *et al.* **O que é o arquivo?** Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 2018.

ZAJDSZNAJDER, L. **Travessia do Pós-Moderno: Nos tempos do Vale-Tudo**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

ZÉ, Tom. **Tropicalista lenta luta**. São Paulo: Publifolha, 2003.



CONFLITOS: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA ÁFRICA

Larissa Oliveira e Gabarra'

Este trabalho é resultado de uma pesquisa sobre Quilombos no Brasil e África, a partir de referências ainda da pesquisa de doutorado e da parceria com o Projeto Acervo Digital Angola-Brasil (PADAB/IHGB)². Ao pensar este tema no âmbito do VII Seminário Internacional de História e Historiografia, realizado na UFC em 2024, questões da historiografia africana serão apresentadas, utilizando-se do conceito de conflito e das experiências históricas. O texto está dividido em três partes: a primeira, que apresenta a importância do conceito de conflito; a segunda, que traz uma breve síntese da historiografia africana nos dois últimos séculos; e

-
- 1 Doutora pela Puc-Rio, em 2009, em História Social da Cultura, mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Iniciou seus estudos sobre as tradições de matrizes africanas no Brasil, especificamente Congado de Minas Gerais, por meio de História Oral e Antropologia Visual em 1997. Em 2005, por meio de uma bolsa de estudos no Museu Real da África Central em Tervuren, Bélgica, direcionou as pesquisas de Diáspora Africana para África. Professora Adjunta nos cursos de graduação Bacharelado em Humanidades e História e de pós-graduação no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Líder do grupo de pesquisa África Contemporânea. É coordenadora do programa de extensão universitária Áfricas do Joá, em parceria com o Centro Integrado de Atenção ao Desenvolvimento Infantil - CIADI/PROP/E/IH/Unilab. email: larissa.gabarra@unilab.edu.br; CV: <http://lattes.cnpq.br/6741657254872888>.
 - 2 O PADAB, coordenado pela profa. Crislayne Alfagali (<https://padab.com.br/>), é um projeto que digitaliza, transcreve documentação do Arquivo Nacional de Angola, sob a guarda do Instituto Histórico Geográfico, composto por 180 códices relacionados à História de Angola e seus vínculos com o Brasil e ao tráfico transatlântico de escravizados. Para analisar e produzir os verbetes para ordenar os documentos do PADAB lançamos mão do aplicativo Transkribus, que é uma plataforma abrangente para a digitalização, reconhecimento, transcrição e pesquisa de documentos históricos.

a terceira, que provoca o debate atual no âmbito da escrita da história da população negra no continente africano.

Duas questões podem ser utilizadas para abrir o trabalho: Qual a diferença de dizer que a colonização africana é do século XVI ou do século XIX?; Qual a diferença em denominar o período histórico de meados do século XX como descolonização africana ou luta pela independência? O olhar do pesquisador para a experiência histórica em si modifica a forma como a escrita do evento é feita e o sentido político que se dá ao uso público da história.

Quando se escreve que a África foi colonizada em XVI, e não em XIX, prolonga-se o tempo de colonização; mesmo que em XVI já houvesse ponto de influência colonial europeia, ainda assim não era uma colonização efetiva, tal qual nas Américas. Quando se afirma que a África “foi descolonizada”, ao invés de “lutou pela sua independência”, se retira o protagonismo africano da história, entregando-o às ex-metrópoles. Isso acontece porque a escrita da história também é um campo de conflito, tanto quanto as experiências históricas.

Outras duas perguntas também vêm ao caso para o debate da historiografia africana a partir do Brasil. Acrescenta-se a esse âmbito a compreensão de que a história da África é também a história da população negra. São elas: Qual a diferença em denominar história dos africanos no Brasil ou história da escravidão no Brasil? Porque denominar o escravizado de adaptado ou revoltado? Em qual situação não teria conflito? A primeira diz respeito à valorização da trajetória de vida dessa pessoa, distinguindo-a de uma mercadoria do sistema escravista. Pensar a história do africano no Brasil é pensar que a escravização é um estado e, portanto, tem suas rupturas. É aproximar os lados do Atlântico e entender a história de forma global, a partir das especificidades locais. Responder a segunda questão é enfrentar o problema racial. Porque toda discussão sobre África, africanos e africanas, população negra em África ou na diáspora é romper com o silenciamento do protagonismo negro. Portanto, o viver dessa população, seja onde for, seja se adaptando, seja se revoltando, em ambas as situações

o conflito existe e assim, enquanto se adaptam, resistem, e enquanto se revoltam, resistem.

Resistir são “atitudes às vezes paradoxais, mas concretas, pois a vida concreta dos escravos era algo do tipo de um jogo da capoeira – [...]. Quilombolas que reivindicam liberdade para ‘brincar, folgar e cantar’, religiões de santos guerreiros e de santos de paz” (Reis; Silva, 2005, p. 11), quando visto aos olhos da história dos africanos no Brasil durante a colonização. Resistir pode entender como “A dificuldade está em confrontar o poder gerado pela expansão europeia, sem supor que esta foi a única causa, e investigar o conflito entre diferentes formas de organização social, sem considerá-las autossustentáveis e autônomas” (Cooper, 2005, p. 23), quando visto aos olhos da história dos africanos em África durante a colonização. Em qualquer situação, a população negra protagoniza sua história.

Ao compreender a importância dos conceitos conflitos, resistências e protagonismos, é possível compreender a trajetória da escrita da história da África sem a articulação com outras disciplinas. Existe um contorno para os estudos africanos em que a disciplina história se coloca, ora colaborando, ora se destacando. O uso de vários métodos, oriundo do diálogo de diversas disciplinas foi um esforço para conquistar um corpo documental vasto e um corpo bibliográfico legitimado pela ciência moderna. Em oposição à ideia de que a África não tinha história, pois não tinha escrita e Estado,³ que a inter, multi e pluridisciplinaridade se contrapõe – história, linguística, arqueologia, filosofia, antropologia, sociologia num esforço único de provar a existência da História da África.

Desde o início do século XX, uma bibliografia densa, pautada no protagonismo africano e escrita por africanos e africanas se constituiu como uma herança bibliográfica para os estudos atuais. Essa bibliografia inicialmente se fortaleceu em oposição à História Colonial, que só entendia a História de África quando em contato com os

3 F. Hegel afirmou em Filosofia da História, publicado em 1837, “A África não é um continente histórico; ela não demonstra nem mudança nem desenvolvimento. [Os povos negros] são incapazes de se desenvolver e de receber uma educação. Eles sempre foram tal como os vemos hoje. Ver em Fage, 2010, p. 8.

européus. A necessidade dessa oposição fez com que o século XX, até os anos 1980, fosse marcado por uma história com abordagens políticas que rompessem com aquilo que Joseph Ki-Serbo chamou de barreira científica, e também com o epstemicídio. Afirmar que existia história da África era ao mesmo tempo afirmar que os africanos produziam conhecimento. Mas principalmente que rompiam com a colonização, tanto intelectualmente, quanto politicamente.

Com as independências africanas, muitas delas em 1960, foi possível construir um projeto grandioso de visibilidade aos estudos africanos, assim surge a coleção História Geral da África, composta por 8 volumes, publicada a primeira vez em 1976 em francês e inglês. Com apoio da Unesco, J. Kiserbo, T. Ranger, T. Obenga, J. Fade, G. Balandie, J. Vansina, W. Rodney, A. Isaacman, A. A. Boahen, H. Mwanzi, entre muitos outros conquistaram uma nova visão sobre o protagonismo africano durante toda a dinâmica africana antes do contato com os europeus, durante o processo de ocupação da África e independência. Imprimindo uma visão de resistência contrária à ideia de que os movimentos rebeldes à colonização fossem fracos, que simplesmente fizeram ruídos e logo foram dissipados pela força militar do colonizador. Na História Colonial, os movimentos sociais eram vistos como desorganizados, um tanto supersticiosos e bastante reativos às propostas coloniais (indisciplina no trabalho); quando armados, eram vistos como sanguinários sem pudor (Ranger, 2010).

Essa nova história procurava glorificar homens da luta armada, como Samori Touré, Chaka, Menelinque II; movimentos sociais de heranças tradicionais ou religiosas que se opuseram à colonização: Maji Maji, El Hadj Omar, Uthman dan Fodio; também apresentaram economias pós-tráfico negreiro que criaram seus próprios latifúndios, monoculturas e rentabilidades dentro do sistema capitalista, constituindo-se como uma classe econômica que se opunha às regulamentações coloniais: como inferiorização social e religiosa, trabalho forçado, desapropriação de terras. Mas é no campo político que a luta ideológica, via os panafricanistas, os líderes socialistas africanos e os intelectuais das artes da geração 50, da revista *Présence Africaine* (1923) vão ganhando espaço para, na luta partidária, legitimada fora de África e que junto com os trabalhadores das ferrovias

(ex: greve de Dakar a Ougadugua 1932) e os movimentos camponeses (ex: Mau-Mau/Quênia 1952-1957) expulsaram os colonizadores de África, via luta armada ou não⁴.

Portanto, o pós-1970 marcou a construção da legitimidade da História da África e dos autores africanos no intuito de contar a História dessas inúmeras resistências. Além da predominância das problemáticas políticas, a introdução das questões da dominação simbólica do racismo e do colonialismo (Fanon, 2008) ganharam força e forma. No entanto, o uso público que se fez dessa história via partidos únicos, que recém eleitos ou não, ocupavam os governos nacionais, direcionaram a escrita da história para a construção de uma história nacional com heróis e anti-heróis, tão bipolar quanto a História Colonial.

Em meio às independências, lutas antirracista (Panafricanismo, Anti-Apartheid, Movimento Negro Unificado no Brasil, Direitos Civis Norte-Americano) e a Guerra Fria, uma discussão introduzida em 1953 (Conferência de Bandung), denominada Terceiro Mundo, se mantém com altos e baixos até o fim da Guerra Fria (1989). O debate protagonizava a ideia contra o alinhamento dos países ex-colônias junto ao capitalismo ou ao socialismo, buscando uma terceira via. Sem êxito político, ou econômico, esse movimento cresce na mesma proporção que as discussões sobre a dominação simbólica da colonização e as representações do Outro. Pode-se dizer que hoje os terceiro mundistas passaram a atuar em escolas como pós-coloniais, decoloniais e subalternos estudos. Os primeiros mais preponderantes em África, os segundos nas Américas Central e do Sul e os últimos na Ásia.

Se a abordagem política até 1970 era predominante, fosse para tempos anteriores ao século XV, ou fosse para as Eras Moderna e Contemporânea, residindo em temas como: Estados, o conjunto de regras administrativas (incluindo a atuação missionária cristã), a coerção econômica, religiosa e política; outros problemas foram surgindo, tais como: o modo de vida dos nativos, trabalho, indigenato, religião, resistências (revoltas e revoluções),

4 É no volume 8 em que se pode observar mais esses heroísmos individuais e movimentos sociais de resistência africana editado por A.A. Boahen (2010).

tradições (em oposição à modernidade), jurisprudência. Mas foi a partir dos fins do século XX que as problemáticas passaram a interseccionarem com as abordagens tais quais: história dos anônimos, faixa etária, gênero, artes e literatura, tradutores e intermediários, pensando os contextos específicos, as lógicas culturais locais, as ações individuais não heroicas ou nacionais.

No âmbito da historiografia africana, os pós-coloniais, além de aprofundar o debate sobre África e o Outro no campo da filosofia da História, marca temporalmente o fim da colonização em África. Os pós-coloniais agregam intelectuais de várias disciplinas que fazem intersecções com militância na academia e fora dela. Já na década de 1980, pensar os africanos fora da África também passou a fazer parte de um horizonte de expectativas, mas atualmente ainda é pouco explorado.

Apiah (2007), Mudimbe (2013), Hountondji (2008), Mbembe (1988) continuam o debate instituído por Franz Fanon sobre a representação de si mesmo, a partir da representação do Outro de si mesmo. O debate sobre o Outro e o movimento de atração para os epicentros ocidentais que essa colonialidade causa tornaram-se a grande problemática dessas pesquisas. No diálogo com os estudos Subalternos de Said (2007), Baba (2013), Spivak (2010), entre outros e com os Latino-americanos: Mignolo (2017), Quirano (2009) uma pergunta é crucial para o intelectual e militante atualmente: Que seria a revolta contra a hegemonia colonial? Seria uma revolta contra o próprio capitalismo? Ou contra o racismo?

Para responder a essa questão deve-se assumir algumas premissas dessas escolas: a governança colonial é trivial, mas não a colonização. Apesar da colonização ser em si uma ação e, portanto, passível de ser delimitada em um tempo histórico conjuntural; as consequências dessa ação e principalmente seus desdobramentos estruturam o que se pode chamar de colonialidade. Essa sim, preenche um lugar simbólico e efetivo na vida do ser humano na contemporaneidade, seja no campo, ou na cidade, seja no Terceiro Mundo, ou no Primeiro, seja ocupando espaços marginais, ou centrais nesse processo de longa duração.

A partir do debate pós-colonial é possível então pensar nesse colonizado que participa do sistema, mas ao mesmo tempo procura sua autonomia;

que rompe com uma ideia de vida que se pretende universal, ao construir suas identidades locais. Dentro desse sistema, a população negra, os povos originários das Américas e os habitantes de Ásia vivem seus limites de interposição ao universal, protagonizando suas vidas silenciosamente ou não; assim, o espaço social é o tempo todo de barganha e de insurreição. Portanto, nessa perspectiva, há uma intersecção entre a experiência histórica e produção da escrita da história dos africanos no continente e dos africanos e descendentes na diáspora com as seguintes problemáticas: colonização, domínio ocidental, movimento negro, racismo, antirracismo e relações étnico raciais, tráfico atlântico.

Esses temas de intersecção trazem à tona um problema para a historiografia e os estudos africanos que vale destacar: a constituição do próprio sistema capitalista foi dada por meio da constituição do racismo. Para entender esse debate pode-se debruçar sobre os pilares do próprio sistema colonial africano, pós-invasão europeia no século XIX. Esse sistema colonial contemporâneo reside nas seguintes assertivas: trabalho forçado; escolarização formal e cristã; desapropriação de terras; monetarização da economia; criação de associações étnicas e culturais; cobranças de impostos sobre a palhoça - casas; sindicalismo branco; Código do Indigenato. Pode-se dizer que os quatro últimos pilares são específicos dessa colonização contemporânea. Por exemplo, o Código do Indigenato criava um status diferenciado para o nativo que falasse a língua portuguesa, fosse maior de 18 anos, tivesse meios de subsistência para si e família, não fosse refratário ao exército, tivesse o pagamento dos impostos em dia e fosse considerado como tendo qualidades necessárias para o exercício dos direitos de cidadão português. Enquanto decreto administrativo para as colônias portuguesas foi sendo regulamentada, desde 1926 a 1954, uma prática de assimilação já consolidada nos fins do século XIX, essencial para a colonização africana; no entanto não foi uma questão dos períodos anteriores (Henriques, 2017).

Se essa forma de regulamentação das diferenças numa sociedade culturalmente hierarquizada e economicamente desigual não era possível na colonização contemporânea, já os pilares que sustentaram essas hierarquias culturais, conseqüentemente políticas e essas desigualdades econômicas

foram criadas e colocadas em prática na modernidade. A colonização do século XVI tinha como elementos essenciais: a escravidão, a cristianização, a ocupação de terras e a monetarização econômica. Portanto, quatro dos pilares da colonização contemporânea já eram essenciais para a colonização moderna: o trabalho forçado análogo à escravidão, a escolarização formal e cristã análoga à catequização e evangelização, a ocupação de terras análoga à desapropriação de terras, a monetarização econômica desde o processo mercantil. Essa relação entre a colonização moderna e contemporânea foi bastante debatida nas décadas de 1950-70 com “Como a Europa subdesenvolveu a África”, de Walter Rodney (1978), e “A dominação Ocidental na Ásia” (1977), de Kavalam madhava Panikkar, no fim do século XX, Frederic Cooper também escreveu “Trabalho forçado análogo a escravidão” (2005).

No entanto, ainda se tem muitas lacunas entre as formas administrativas das diferentes temporalidades da colonização que causam estranheza na percepção das experiências históricas e de como elas lentamente foram aprofundando esses pilares culturalmente hierarquizados e economicamente desiguais. Em 1722, a coroa portuguesa regularizou para todas as margens do Atlântico, nas quais ela estendia sua influência e ordenação, a captura de escravizados fugidos no valor monetário por cada cabeça de uma oitava de ouro, destacando para os escravizados encontrados em seus quilombos até vinte oitavas de ouro. A legislação criminal de 1740 do Conselho Ultramarino definia quilombo como um agrupamento de mais de cinco escravizados (Fonseca, 2021).

Dos dois lados dos Atlântico, portanto, os quilombos colocavam medo na sociedade branca. No século XVIII, do lado das Américas, os quilombolas assustavam os colonos, que eram os principais agentes da coroa portuguesa na ação de invasão e ocupação das terras; já do lado da margem africana, eram as caravanas de captura e envio de escravizados do interior para os portos que os quilombolas amedrontavam. Se o século XVIII apresenta uma gama de bandos, alvoras, portarias para tentar coibir a criação de quilombos e a fuga de escravizados para os quilombos, o século anterior (século XVII) e o posterior (século XIX) também apresentam os

quilombos como barreiras para a implementação da colonização e para o comércio de seres humanos.

Entre Luanda e Benguela, a região de Kissamã era tida como perigosa, por ser enclave de escravizados fugidos. Nos alvarás é comum identificarem a travessia do rio Kwanza, do lado de norte para o sul, como uma perda irreversível do escravizado fugido. O outro lado do rio, em Kissamã, o soba local os protegia e lá se constituíam quilombos com mais de 20 residências, um deles liderado por um homem de nome Calumba (Ferreira, 2014, p. 78). Os quilombos, ou também mutolos do lado africano ao redor de Luanda e Benguela, eram conhecidos por interceptar as caravanas de escravizados rumo aos portos, roubar o carregamento alimentar e libertarem os escravizados.

No Brasil, apesar do quilombo dos Palmares ser do século XVI-XVII, no século seguinte, os quilombos se avolumam e dispersam por várias capitânias portuguesas na América, mas principalmente em Minas Gerais, onde a economia da extração do ouro era a mais lucrativa. Com o mesmo número de residências (de 20 a 50) dos quilombos do lado Congo Angola, os quilombos mineiros, como também Palmares, ficaram conhecidos por romperem com a lógica da plantation, ao criarem uma economia autônoma camponesa, baseada na cultura diversificada em rede com os comércios locais informais, na maioria feito por mulheres chamadas de negras do tabuleiro ou quitandeiras (Guimarães, 1996; Gomes, 1997; Pantoja, 2001).

No século XIX, os quilombos no Brasil foram destruídos e a população negra dispersa e recrutada para as guerras de fronteira do recém independente Império do Brasil (Farroupilha – 1845; Paraguai - 1870) com a promessa de alforrias; já do lado africano, a recém instaurada administração portuguesa não conseguiu conter os quilombos. Com o fim do tráfico, o número de escravizados do lado africano aumentou, o número de fugas também; assim, o Estado português passou a tratá-los como espaços de recrutamento militar (Ferreira, 2014). De maneira diferentes, foram incorporados ao sistema dos dois lados do Atlântico.

O silenciamento da história desses quilombos das duas margens do oceano sul no século XIX diz muito sobre as estratégias administrativas

de regulamentação, coibição de práticas e formas de governos paralelas e endógenas oriundas da própria dinâmica africana. Independente da relação administrativa ou da relação apenas comercial e política da coroa portuguesa com as margens do Atlântico, essa população se reinventou num formato guerreiro, mas também acolhedor para seus pares.

Se do lado da América rompem com a plantation, do lado da África rompem com o tráfico de pessoas, isso significa que rompem com o sistema de dominação colonial, via diferentes forças na mesma direção. Cada lado quebra uma peça diferente da mesma engrenagem. Portanto, a distinção das temporalidades da colonização remete às temporalidades do sistema capitalista e também as temporalidades da racialização da população negra. No entanto, em qualquer uma das análises mais aprofundadas sobre capitalismo e colonização é intransponível a discussão sobre população negra e a condição de inferiorização que esse sistema de duas moedas (capitalismo e colonização) lhesimpõe. Significa dizer que as hierarquizações culturais e desigualdades econômicas dadas pelos roubos de terras ocorridos em quaisquer que sejam as temporalidades desse sistema são irreversíveis para a caracterização da racialização como base crucial do sistema. Dessa conclusão é factível afirmar que a inferiorização da população negra, mesmo antes do racismo científico, é a grande engrenagem da formação do capitalismo moderno.

Para concluir, é interessante trazer a obra de Edward E. Baptist, “A metade que nunca foi contada da história: a escravidão e a construção do capitalismo norte-americano” (2019), apenas para fazer alusão ao debate sobre a importância do racismo na constituição do capitalismo. Esse debate perpassa um conflito no meio científico inaugurado por uma militância negra orgânica e organizada, que se insere na academia em nível global para atribuir aos fatos e conjunturas o protagonismo negro, que confirmam a existência de experiências jamais contadas pelas histórias oficiais e nacionais.

A barreira científica que J. Ki-Zerbo tanto procurou romper diz respeito a contradizer a história única⁵ dos proprietários de escravizados, dos

5 Conferência do TED de Chimamanda Adichie (2009), que tornou-se livro “O Perigo da história única” (2019).

governos e da Igreja que controlavam, oprimiam as formas de vida, governos e corpos africanos, mas que a escrita da história os colocaram como heróis. É necessário fugir das classificações binárias ao estudar as experiências históricas, tais como desenvolvido/subdesenvolvido, evoluído/atrasado-tribal; civilizado/bárbaro, colonizador/colonizado, urbano/rural, preto/branco que estruturam os lugares sociais excludentes dos sujeitos históricos. Para assumir um outro ponto de vista que só pode ser alcançado ao aprofundar pesquisas monográficas sobre micro processos, focadas em nichos circunstanciais do tempo e do espaço, em que as negociações e os conflitos possam ser visualizados nas adaptações e nas resistências e confrontá-las com os macroprocessos, consolidados pela historiografia global.

Para terminar, é importante destacar que interpretações historiográficas com base nos debates sobre os conflitos, conexões e negociações quebram com barreiras científicas, mas não quebram barreiras sociais. Então, além de uma produção científica comprometida com as rupturas epistemológicas ocidentais, precisa-se de uma militância política, nesse local docência, mas também em outros setores sociais. As problemáticas que envolvem cidadania, sobre direito à terra, à educação, à moradia, à alimentação, ao credo e às diferenças deve prevalecer diante das propostas governamentais excludentes.

Referências

ADICHIÊ, C. **O perigo da História única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

APPIAH, K. A. **Na casa do meu Pai: a África na filosofia da Cultura**. São Paulo: Contraponto, 2007.

BAPTIST, E. E. **A metade que nunca foi contada da história: a escravidão e a construção do capitalismo norte-americano**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

BHABHA, H. **O local da Cultura**. Belo Horizonte, UFMG, 2013.

BOAHEN, A. A. (org.). **História Geral da África**. Vol. 7. Brasília: UnB/Unesco, 2010.

COOPER, F. “Conflito e conexão: repensando a História colonial da África”. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 21-63, jul. 2008.

COOPER, F. O trabalho forçado análogo a escravidão. *In*: COOPER, F.; HOLT, T. C.; SCOTT, R. J. (Orgs.). **Além da Escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. 1ª edição 1952. Salvador: UFBA, 2008.

FAGE, J. A evolução da Historiografia da África. *In*: KI-ZERBO, J. **História geral da África, I: metodologia e pré-história da África**.

FERREIRA, R. Slaves flights and runaways communities in Angola (17th-19th centuries). **Anos 90**, v. 21, n. 40, p. 65-90, 2014.

FONSECA, M. B. **Poderosas rainhas africanas**. Belo Horizonte, Anctre, 2021.

GOMES, F. S. **A Hidra e o Pantano: quilombos e mocambos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. Campinas: Unicamp, 1997.

GUIMARÃES, C. M. **Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

HENRIQUES, J. G. **Racismo em português: o lado esquecido do colonialismo**. Rio de Janeiro: Tinta da China, 2017.

HOUNTONDJI, P. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 149-160, Março 2008.

MBEMBE, A. **Afriques indociles: christianisme, povoir et état em société postcoloniale**. Paris: Karthala, 1988.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, junho/2017.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do**

conhecimento. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.

PANIKKAR, K. M. **Ásia e Dominação Ocidental**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PANTOJA, S. “A dimensão atlântica das quitandeiras”. *In*: FURTADO, J. F. (Org.). **Diálogos oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império ultramarino português, Belo Horizonte, Ed. da UFMG, p. 45-67, 2001.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo, Ed. Cortez, 2010.

RANGER, T. O. Iniciativas e resistências em face da partilha e da conquista África - capítulo 3. *In*: BOAHEN, A. A. (Org.). **África sob dominação ocidental**. História Geral da África VII. Brasília: UnB/Unesco, 2010.

REIS, J.; SILVA, E. **Negociação e conflito**: resistência negra no Brasil escravocrata. 1ª ed. 1989. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RODNEY, W. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Serra Nova, 1975.

SAID, E. **A invenção do Orientalismo**. 1º edição 1978. São Paulo Companhia das Letras, 2017.

SPIVAK, G. C. **Can the Subaltern Speak?** (1985) [Tradução brasileira: Spivak, Gayatri. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010].



A CONQUISTA DO REINO DE PAPEL: BATISMO, CRISTIANIZAÇÃO E TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS A PARTIR DA ÁFRICA OCIDENTAL (1680-1690).¹

Reinaldo dos Santos Barroso Junior²

Neste trabalho pretendemos apresentar os momentos iniciais da relação entre o Império Ultramarino Português e o reino de Papel na dita Costa dos Escravos³, conhecida ainda como Costa do Arroz, relação que levou à construção do comércio de escravizados a partir do instrumento do batismo. Batismo incentivado pela missão portuguesa no processo de conquista e evangelização da região e que apresentava não só questões ritualísticas, mas também políticas dentro dos reinos africanos locais.⁴

-
- 1 Este artigo é fruto do projeto intitulado *Crônicas sobre Guiné: As narrativas de viajantes e a África Ocidental (séc. XV-XVIII)* com a colaboração da mestre Lara Jéssica Nóbrega Macedo. Neste projeto especificamente trabalhamos com um conjunto de cartas transcritas em uma publicação impressa intitulada *Monumenta Missionária Africana- África Ocidental (1685-1699)*, coligida e transcrita pelo Pr. Antonio Brasio e publicado pelo Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2004.
 - 2 Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia. Professor Assistente da Universidade Estadual do Maranhão e da Universidade Estadual do Piauí. Doutorando em História Bolsista FAPEPI - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí.
 - 3 Parte da Costa da África Ocidental entre Serra Leoa e Senegâmbia, de onde provinha parte dos escravizados do primeiro ciclo do tráfico e onde havia um intenso cultivo de arroz.
 - 4 Aqui vamos trabalhar com as três cartas do Frei Vitoriano Portuense ao rei de Portugal, D. Pedro II. Ocasionalmente, interferimos na composição das palavras nestas cartas, alterando uma ou outra letra que dizia respeito ao contexto da língua portuguesa no século XVII, atualizando as palavras e facilitando a compreensão contemporânea dos sentidos. As interferências foram mínimas, apenas para que ficasse mais claro ao leitor o que foi dito pelo frei.

A costa da África Ocidental era constituída por pequenos reinos e comunidades, especialmente nas embocaduras dos rios Geba e Cacheu, mantendo uma circunscrição litorânea extremamente povoada, o que dificultava o acesso dos portugueses a regiões mais internas e ligadas ao tráfico transaariano de especiarias e escravizados que percorria todo o norte e centro-africano. A costa foi visitada por missionários e representantes do império ultramarino português desde meados do século XV com a intenção de montar laços com os reinos locais e a construção de feitorias. Os contatos dos portugueses com os africanos na Costa dos Escravos estavam relacionados à abertura de novas rotas comerciais, da busca por metais preciosos e da disseminação da fé cristã.

A expansão do cristianismo possuía interesses de ordem ideológica e material. Dessa forma, as missões de evangelização enviadas aos reinos de Bissau, bem como as primeiras expedições organizadas por representantes do estado português estavam correlacionadas com a expansão econômica dos portugueses. Eram tentativas de subir os rios Cacheu e Geba e encontrar pontos onde pudessem firmar zonas de comércio com os africanos (Santos, 2008; Pélissier, 1997, Barroso Jr., 2009; Mark, 1996).

A conquista do território da costa da África Ocidental se deu a partir das ilhas de Cabo Verde. As ilhas, especialmente da Ilha de São Tiago. O arquipélago foi tomado como importante entreposto marítimo português já na administração de Afonso V, por volta de 1460, ao reordenar as ofensivas do Estado português contra os mouros advindos do noroeste africano, especialmente, do território onde hoje é o Marrocos (Costa e Silva, 2002). Nas ilhas de Cabo Verde foi montada uma zona administrativa a partir da qual poderia se reorganizar o comércio ultramarino português e a conquista da África pelos portugueses (Recheado, 2010; Pélissier, 1997; Mark, 1996).

Os portugueses avançaram a partir de Cabo Verde, chegando à costa até a cidade de Farim, nas margens do rio Cacheu, de lá po-

deriam chegar ao comércio transaariano. Esse acordo inicial com os *papels* tornou-se vital para a posterior feitoria de Bissau e de uma pequena zona de comércio que sustentava o tráfico de escravizados para o norte da América Portuguesa, para a região do Caribe e sul das Treze Colônias até fins do século XVIII. Assim, em meio a Nalus, Bayunos, Balandras, Bambaras, Mandingas, Fulas, Suruas e outros, o rei *Bamcopolo Có*, monarca papel, negociava com os portugueses o trânsito em uma zona ambicionada por onde concluía toda forma de comércio interno (Recheado, 2010; Barroso Jr., 2010; Pélissier, 1997; Mark, 1996).

Nas ilhas de Cabo-Verde se montou um bispado a partir do qual se enviavam missionários para a África Ocidental e ali começa uma estratégia de conquista religiosa a partir da montagem de uma feitoria para o tráfico Atlântico. Os padres, que representavam a coroa portuguesa, trabalharam na instrução dos gentis, na construção de igrejas, no batismo da realeza africana e dos escravizados, além de exercer certo controle sobre o comércio de escravizados entre portugueses e africanos. Os missionários intencionavam converter os povos africanos ao cristianismo e entendiam que “era preciso estabelecer alianças com as populações a fim de fazer comércio e de mostrar-lhe o caminho da fé cristã” (Santos, 2008, p. 31). Os povos africanos, visando seus próprios interesses, permitiram o trabalho de disseminação da fé católica para que pudessem estabelecer alianças com os portugueses e conseguir apoio no território costeiro da África Ocidental.

Os acordos entre Igreja católica com o Estado português, oficializado através do artifício do padroado, foram importantes para o trabalho de evangelização e regulamentação do comércio de escravizados. “A cruz e a coroa” foi um termo utilizado para designar a aliança entre Estado e Igreja, para legitimar o expansionismo ultramarino, (Santos, 2008). A igreja Católica, desde 1453, emitia bulas papais que autorizava missionários e viajantes a manter trato e aproximações para a expansão do cristianismo em África. Isto possibilitou a conquista de novos territórios e o estabelecimento de contato com

as realezas africanas não convertidas. As bulas papais eram, assim, instrumentos de uma ação de conquista ultramarina que articulava diplomacias iniciais para a posterior compra de novas mercadorias, sobretudo, a compra de escravizados africanos gentis ou africanos mouros (Alencastro, 2001; Schwartz, 2009; Mark, 1996). Dessa maneira, o trato inicial era estabelecido com a justificação da salvação das almas através do batismo dos reis que governavam os estados africanos.

Enquanto isso, para os africanos, o cristianismo foi reinterpretado de acordo com os valores religiosos africanos e a política local resultando, por sua vez, em novas estratégias de diálogo e exercício político com reinos próximos na possibilidade de aumentar o número de escravizados e estender suas relações com outros povos. Em virtude dos próprios interesses e pretensões africanas da costa da África Ocidental, o projeto dos portugueses de estabelecer o cristianismo na região funcionava como um preâmbulo para as relações comerciais com os povos que viviam nesse território. Afinal, o cristianismo, enquanto prática e estrutura religiosa, foi interpretado e utilizado pelos povos africanos como estratégia geopolítica acionada de acordo com seus interesses, e nem sempre conforme os objetivos comerciais de Portugal (Recheado, 2010, p. 90).

Nesse sentido, o caso de evangelização em Bissau é emblemático por diferentes motivos, não só ao percebermos a ação evangelizadora dos missionários e as relações políticas que se escondiam no processo, mas também por percebermos parte das estratégias de entrada do cristianismo português nas pequenas cortes do litoral ocidental africano. Frei Vitoriano, bispo de São Tiago, foi uma das figuras que iniciou um processo de negociação, política e conversão da realeza local ao cristianismo. Frei Vitoriano chegou às ilhas de Cabo Verde em abril de 1688 e se tornou governador interino entre 1688 e 1690. Foi figura importante ao possibilitar o batismo do filho do rei Bamcompolo Có e do próprio rei.

O batismo carregava um múltiplo conjunto de sentidos que envolviam emblemas de purificação e salvação, era uma forma de purgar os pecados adquiridos na vivência do continente africano, cheio de perigos para a alma, tais como a gentildade e a mouriscaria. Nesse sentido, o batismo dos reis que governavam as nações africanas, bem como toda sua corte era vital para a ideia de salvação, mas, também, para uma forma de política diplomática que estreitaria as relações entre ambas as nações. Tanto os missionários, quanto o rei africano entendiam a importância no estreitamento desses laços, o rei Bamcopolo Có compreendia que era necessário “sacrificar” seu próprio filho em nome das relações políticas vindouras. Bamcapolo Có enviou seu filho para Lisboa com o apoio dos missionários e através deles enviou carta a D. Pedro II, através da qual apresentava os motivos do envio do seu primogênito para Lisboa. O rei papel esperava que a conversão do príncipe diminuísse distâncias existentes entre Portugal e o seu reino, realçando que “todos estes vassallos conseguiram a segurança e grandes felicidades pelo estabelecimento de um frequente e opulento comércio” que seria constituído a partir desse gesto nobre do rei africano.⁵

O príncipe do Estado Papel em Bissau foi batizado em 30 de outubro de 1694 e a partir de então se chamaria Manuel de Bissau. Essa acabou sendo uma prática comum sobre os africanos que foram batizados no catolicismo, um nome cristão, seguido por sua procedência de origem. Para o rei e seu filho isso era uma estratégia formal de aproximação que poderia estabelecer relações comerciais importantes para a corte papel. Claro que isso não significava que entre o rei, o príncipe e sua corte não havia sentidos espirituais imanentes, ao contrário, a ideia de salvação também fazia parte do discurso da realeza papel, mas não parecia ser muito bem recebida dentro da própria nação Papel, o modelo de salvação, espiritualidade e religiosidade cristã destoava dos costumes e tradições locais.

5 Carta de Frei Vitoriano Portuense, Bispo de S. Tiago, de 26-04-1694. Cartas da edição *Monumenta Missionária Africana- África Ocidental (1685-1699)*, coligida e transcrita pelo Pr. Antonio Brasio e publicado pelo Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2004.

Independentemente disso, o envio e batismo de representantes, embaixadores ou indivíduos da realeza por parte das nações Atlânticas para as metrópoles colonizadoras era prática discutida e intermediada pelos missionários sob a égide do padroado. Os missionários entendiam que isso poderia diminuir as tensões, angariar fundos e incentivar o avanço cristão contra as práticas religiosas Atlânticas, mas, sobretudo, entendiam o interesse do Estado português no comércio de escravizados para as Américas.

Conforme as cartas de Frei Vitoriano, o príncipe recebeu o batismo em Portugal em outubro de 1694, retornou imediatamente a Bissau onde começou a articular visitas aos reinos próximos com o objetivo de aumentar os laços comerciais e divulgar o cristianismo. Entretanto, no seu primeiro ponto de interlocução, na cidade de Geba, litoral da África Ocidental, a cem quilômetros de Bissau, subindo o rio Cacheu, foi tomado por forte doença e faleceu, interrompendo os planos de conquista e missionação no reino de Papel em Bissau.

Apesar do impacto negativo da morte do filho, o rei Bacompolo Có resolveu manter a aliança com a coroa portuguesa e entendia que o ponto de articulação e diplomacia aconteceria através dos missionários e na aceitação do batismo. Entretanto, o rei solicitava que essa notícia fosse mantida em segredo da nação Papel, temendo a não aceitação por parte da população. O rei africano pedia aos missionários que apressassem o batizado, mas não foi possível, *já que uma série de acontecimentos dentro do reino atrasou a cerimônia, pois: “os religiosos estavam doentes, era o tempo das lavouras, mortes de gentis por toda ilha de Guiné, assim, o rei devia assisti-los, por perderem seus parentes”* por conta de uma forte pandemia que assolava a região por todo o ano de 1695, conforme o Frei Vitoriano Portuense⁶.

6 Carta de Frei Vitoriano Portuense, Bispo de S. Tiago, de 15-06-1696. Cartas da edição *Monumenta Missionária Africana- África Ocidental (1685-1699)*, coligida e transcrita pelo Pr. Antonio Brasio e publicado pelo Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2004.

A cerimônia só seria realizada semanas depois, por conta da visita de outros missionários que andavam pela região, em um momento no qual a saúde do rei se apresentava muito abalada. Uma das interlocuções mais importantes para a continuidade da cerimônia batismal foi a visita de um importante convertido da região, Barnabé Lopes, que fora convertido anos antes e havia sido nomeado cabo pela coroa portuguesa. Barnabé ocupava um cargo com baixo mérito na constituição portuguesa, mas que dentro da conquista ultramarina, significava poder, resultando numa administração indireta que usava os indivíduos locais para assegurar a ordem necessária e o avanço da coroa portuguesa. Barnabé cruzava por todos os reinos da região e tentava articular maneiras de aproximar os missionários dos representantes locais. Barnabé, como cortesia, fez visita no mês de janeiro de 1695 ao monarca enfermo, acompanhado de sua mãe e outros parentes.

Barnabé é um importante agente de interlocução em terras africanas, além de ele mesmo ser um agente de disseminação da fé cristã na região, ele aparece também como um agente de interlocução, tradução e aproximação. É ele que destaca os comportamentos e intermedia, é para ele que o rei destina parte de suas palavras: “*Meu amigo, são muitas vezes as doenças embaixadas que Deus manda aos homens, para a composição de sua alma, e para emenda de sua vida, e bem vos tem mostrado a experiência que não nesta ocasião, mas na do estrago da minha casa*”⁷. O diálogo entre Bacampolo e Barnabé é um registro importante para que possamos perceber uma propaganda a favor dos portugueses através de recursos simbólicos e espirituais, o batismo poderia ser a resolução de todos os males que recaiam sobre o reino. Esse sentido era importante ponto de orientação nos discursos com os nobres da corte papel. Afinal, o batismo não simbolizava unicamente a aceitação do rei, mas, simbolizava, ainda, a aceitação de sua corte, a negação às

7 Carta de Frei Vitoriano Portuense, Bispo de S. Tiago, de 15-06-1696. Cartas da edição *Monumenta Missionária Africana- África Ocidental (1685-1699)*, coligida e transcrita pelo Pr. Antonio Brasio e publicado pelo Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2004.

religiões e religiosidades locais, a adequação e instrumentalização de ritos locais ao mundo católico.

Fica evidente que dentro da nação Papel havia níveis organizativos, a família real seguida por seus nobres ou, como mencionado nas cartas, “fidalgos”. Isso denotava a existência de níveis de domínio, mas também de interdependência entre o rei e seus “vassalos” imediatos. Sem dúvida alguma, não podemos confundir isso com a administração dos Estados europeus, mas, haveria sim, uma divisão de poderes, bem como um ordenamento do direito que definia repartições da política e seguiam a tradição e as linhagens constituídas. As decisões do rei pareciam ser raramente contrariadas, mas ao que parece estava em jogo a soberania da nação e a religiosidade local, o que delineava um espaço de crise nos poderes locais. O fato do rei se encontrar em um estado terminal dificultava a credibilidade real e a aceitação por parte da corte papel. Entretanto, a vontade real prevaleceu e os “fidalgos” foram obrigados a deferir o pedido do rei.

Um pedido que apresentava a ancestralidade de um Deus cristão e tentava convencer os “fidalgos” da corporificação de sua existência. Nas transcrições dos dizeres do rei papel emerge um Deus não tão benevolente, mas vingativo e ordeiro e afirma “*por certo como a experiência que tem mostrado que ele se vingará de vossos corpos*”. No discurso do Rei que se convertia e havia perdido o filho batizado Manuel de Bissau, as doenças que infestavam o litoral era a demonstração de um castigo, uma praga que dizimou os habitantes da região nos meses anteriores, resultado da pedagogia cristã evocada pelos missionários.⁸ O Deus dos missionários castigaria bravamente se os fidalgos “*se permitissem que [ele] morresse gentio, não quero morrer gentio, nem que meu corpo seja sepultado com os vossos costumes, em lugar sujo, aonde vão os outros Reis*”⁹. E

8 Carta de Frei Vitoriano Portuense, Bispo de S. Tiago, de 15-06-1696. Cartas da edição *Monumenta Missionária Africana- África Ocidental (1685-1699)*, coligida e transcrita pelo Pr. Antonio Brasio e publicado pelo Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2004.

9 *Idem. Ibidem.*

aí começava a transformação do reinado local, com a última vontade expressa do rei Bamcopolo Có com seu batismo. Os “fidalgos”, um a um, começaram a ceder.

Sem escolha e com cerimônia pronta, todos os presentes consentiram o batismo do rei. O batizado do rei foi aplicado pelo Fr. Manoel de Castelo, com a presença dos “fidalgos” papels e do padrinho Bernabé Lopes e o acompanhamento do Frei Vitoriano. Naquele momento “*era Bacampolo, feito Dom Pedro (que este foi o nome com que quis ser batizado, por obsequio a vossa Majestade), o Primeiro Rei Católico desta Ilha de Bissau*”, e apresentando o Estado de Papel como um estado católico submisso a Portugal na África Ocidental em fins do século XVII. Neste momento, o rei africano papel ganhou um nome cristão, batizado com o nome de um rei português reconhecido por sua justiça, D. Pedro I, o justiceiro, pois, conforme os missionários, o monarca africano era “justo e ansioso pela fé cristã”. Entretanto, a vida de D. Pedro I de Bissau foi curta e reinou só por dois dias após sua conversão, falecendo da peste que assolava a região, representando péssimo agouro para os vassallos africanos.

O que se seguiu após sua morte foi um importante embate sobre os simbolismos de sua morte. De um lado, o corpo do rei africano cristão agora defunto era requerido pelos gentis de Bissau para um cortejo fúnebre de acordo com as tradições africanas, de outro estavam os missionários, que pretendiam realizar o enterro segundo as leis do cristianismo. O corpo sem vida agora era objeto de um segundo embate após o batismo real, o que, por consequência, confirmaria ou não a adesão do Estado Papel sob a égide do catolicismo.

É extraordinário constatar a ambiguidade política dos missionários nas negociações do corpo do falecido, por um lado, apresentavam a polidez em aceitar os ritos fúnebres dos africanos de Bissau, mas por outro, a retórica ameaçadora, caso o falecido D. Pedro I de Bissau não fosse sepultado conforme os ritos cristãos, eles destacavam os “castigos”, as maldições que seriam herdadas, tudo fruto do poder de Deus. Se imediatamente aparecia a cortesia

e *amabilidade dos missionários para com os papéis* que perdiam seu rei, subjacentemente prevaleciam os mecanismos de toda a empreitada política portuguesa em atos de conquista, os acordos, as negociações, embutidos nos ritos e nas estratégias de missão e conquista religiosa.

Sendo assim, como forma de agradecer a população local, os primeiros ritos foram africanos, o corpo foi acompanhado com as devidas pompas em desfile, vestimentas coloridas e, sobretudo, o uso de ornamentos preciosos no cortejo fúnebre africano, sendo encaminhado ao cemitério, “nas duas arrecadas [brincos argolas] de ouro que nas orelhas tinha; dez ou doze manilhas de prata em cada braço, e grande quantidade de corais no pescoço”. Após os ritos africanos e ao dissipar da população, os missionários portugueses reivindicaram o corpo, retiraram os ornamentos, vestiram o “corpo com humildade”, e foram aplicar os sacramentos *post mortem*, fazer orações e seguir em um sepultamento com lápide em cruz e os dizeres “AQUI JAS DOM PEDRO PRIMEIRO REI CRISTÃO DESTA ILHA DE BISSAU QUE FALECEU EM 5 DE FEVEREIRO DE 1696”.

Sendo assim, o irmão do rei, por parte de mãe, típico nas sociedades africanas que prezavam e honravam a linhagem feminina, tornou-se o novo rei por direito. A matrilinearidade africana não corroborava com o matriarcado neste reino, mas mantinha uma lógica na continuidade familiar e na passagem de poder real¹⁰. Agora o novo soberano que se apresentava era um senhor do interior do Estado *Papel, Tôrô Cô*. Tomou posse com o apoio da fidalguia resistente ao poderio português, mas, diferentemente do que se esperava, honrou os pedidos do irmão falecido e manteve relações de proximidade com os portugueses, à revelia dos interesses da elite local africana.

¹⁰ A matrilinearidade é uma característica essencial de grande parte dos reinos africanos, mesmo após as conquistas islamizadas. Pressupunha a ideia de que toda linhagem consanguínea só seguiria com base na herança sanguínea construída pelas mulheres, assim, reconhecimentos familiares e cargos de poderes só poderiam ser reconhecidos caso os herdeiros fossem descendentes de troncos femininos (Nascimento, 2008).

Tôrô Cô ainda enfrentou um fidalgo dissidente que havia pego propriedades do outro lado do rio e montara um reino que discordava da aproximação com os cristãos. O novo rei Tôro Cô mandou desmontar o pequeno reino dissidente e reintegrá-lo às suas possessões, bem como afirmava “que queria ser Cristão, entregar os filhos do defunto, que são muitos, e dar cumprimento a todas as promessas, e palavras, que se tinha dado a V. Majestade”¹¹. Sendo assim, jurava que se tornaria cristão, bem como seriam cristãos também todos os filhos de D. João I de Bissau e assegurava toda a transformação no reino Papel de Bissau que seu antecessor havia deliberado. O resultado já era esperado pelos missionários, à saber, a completa conversão do reino de Papel de Bissau e a reafirmação de acordos comerciais que bancariam o tráfico de escravizados e outras especiarias para a América Portuguesa.

Considerações Finais

No projeto de conquista e comercialização dos africanos pelo Atlântico para as produções americanas, é perceptível a ação dos religiosos em transformar os ritos sacramentais em uma política de Estado que funcionava como um artifício de conquista e legitimação do tráfico de escravizados. O batismo do Rei Bacampolo-Có e seu filho tinha, por um lado, a ideia de salvação cristã propagada pelos missionários, mas também um conjunto de interesses que envolvem o controle do reino Papel sobre a região e a tentativa de articular novos parceiros políticos.

Bacampolo Có almejava expandir seu poder através da fé cristã pelos reinos vizinhos, o que significava sua consolidação no poder e o enriquecimento de seu reino. Entretanto, para os “fidalgos” papels, o batismo representava uma dualidade perigosa, por um lado

11 Carta de Frei Victoriano Portuense, Bispo de S. Tiago, de 15-06-1696. Cartas da edição *Monumenta Missionária Africana- África Ocidental (1685-1699)*, coligida e transcrita pelo Pr. Antonio Brasio e publicado pelo Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2004.

a oficialização de um contrato de exclusivismo comercial com os portugueses e a oportunidade de centralizar e fortalecer o poder real nas imediações; por outro, o perigo de comprometer os costumes e tradições locais, fazendo o reino sucumbir completamente, desaparecer em meio à conquista portuguesa.

Referências

ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BARROSO JR., R. S. **Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800).** São Luís: EDUEMA, 2013.

COSTA E SILVA, A. **A Manilha e o Libambo – A África e a escravidão de 1500 a 1700.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

MARK, P. “Portuguese” architecture and luso-african identity in Senegambia and Guinea 1730-1890. *In: History in Africa*, Vol. 23, 1996.


NASCIMENTO, E. L. As civilizações africanas no Mundo Africano. *In: Nascimento, E. L. (Org.). A matriz africana no Mundo. São Paulo: Selo Negro, 2008.*

PÉLISSIER, R. **História de Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia (1841 - 1936).** São Paulo: Ed. Estampa, 1997.

RECHEADO, C. **As Missões Franciscanas na Guiné (século XVII).** Dissertação para obtenção do grau de mestre apresentada a FCSH - Universidade Nova de Lisboa, 2010.

SCHWARTZ, S. **Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico.** São Paulo/Bauru: Companhia das Letras/Edusc, 2009.

SANTOS, V. Silva. **As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: Século XVIII.** São Paulo, 2008. (Teses apresentada ao programa de pós-graduação em História Social da FFLCH_USP).



IMPACTOS DO GOLPE E DA DITADURA
NO SUL DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.
OBSERVAÇÕES A PARTIR DE
MATO GROSSO

Vitale Joanoni Neto¹

Nos anos 1960, o Mato Grosso apresentava dimensões muito maiores que as atuais, com 1.231.549Km², com fronteiras internacionais de 1.166Km com a Bolívia e 1.131Km com o Paraguai. Seus 910.262 habitantes (1,3% da população nacional) estavam distribuídos em 84 municípios. O estado contava com três biomas distintos: pantanal, cerrado e floresta tropical. As terras ao sul do estado eram consideradas férteis e usadas para agricultura e pecuária. As terras do cerrado eram desvalorizadas, pois os solos eram considerados fracos. Nas áreas úmidas do Pantanal havia uma tradição de uso para a pecuária, com grandes fazendas adaptadas aos regimes das águas. A área de floresta ao norte era pouco conhecida, sua ocupação estava a cargo de empresas extrativistas (látex e poaia), de garimpeiros, ou pelos povos indígenas.

Este é o contexto no qual se encontrava Mato Grosso no início dos anos 1960. Um estado com baixa densidade populacional, mesmo considerando os povos originários. Com sérias deficiências em

¹ Dr. em História. Programa de Pós-Graduação em História da UFMT. E-mail: vitale.neto@ufmt.br.

infraestrutura, que dificultava o contato com o restante do país. Com uma economia voltada para o extrativismo e a pecuária.

O modelo de desenvolvimento empregado pelo agronegócio no sul da Amazônia, em especial no estado de Mato Grosso, no século XXI, tem suas raízes nas políticas públicas dirigidas pelo Estado ditatorial militar para a reocupação dessa região e isso nos leva ao nosso objetivo neste texto, que é analisar os impactos do golpe militar de 31 de março de 1964 e da ditadura sobre a Amazônia meridional.

A elite política de Mato Grosso participou ativamente dos embates que agitaram o país nos anos 1960. Em Mato Grosso, desde 1963 existem registros de ações da Aliança para o Progresso implantadas pelo escritório da *United States Agency for International Development* (USAID), voltadas, segundo eles próprios, para estudos de viabilidade industrial no estado. O mesmo documento afirma a presença desse grupo simultaneamente em Goiás (Governo do Estado de Mato Grosso, 1965).

Nesse mesmo período, o comandante em chefe do 16º Batalhão de Caçadores (16 BC), sediado em Cuiabá, em relato publicado por Mendonça (2012 [1970]: p. 171), disse ter realizado reuniões com membros da sociedade civil, Igreja Católica e militares, preparando uma ação contra o governo federal legitimamente eleito. As reuniões ocorriam em locais pertencentes à Igreja, a empresários, ao governador do estado ou instalações militares. Ainda segundo o mesmo relato, em março de 1964, essa rede de golpistas foi mobilizada de imediato para apoiar a derrubada do presidente João Goulart.

Mato Grosso e o Programa de Integração Nacional

Logo após a posse do General Presidente, por força da ditadura que se iniciou no ano de 1964, os militares no poder, com o apoio de grupos da elite econômica, deram início a um projeto de nação. Os discursos governamentais traziam a ideia síntese para promover o desenvolvimento e a modernização do país, a industrialização do

Centro-Sul, o desenvolvimento para o Nordeste e resolver os problemas relacionados ao “atraso” e à improdutividade da Amazônia.

Os governos militares se apropriaram de um discurso que possuía impacto político, econômico e cultural no imaginário nacional. Fazia apenas três anos que Juscelino Kubitschek havia inaugurado a nova Capital Federal, construída em cinco anos e com projeto urbanístico de Lúcio Costa e arquitetura de Oscar Niemayer. Tais feitos estavam muito vivos no imaginário social brasileiro. O projeto de nação de Vargas, iniciado durante o Estado Novo (1937-1945), já trazia o discurso de integração nacional desde o conjunto de ações da política da Marcha para o Oeste.

O desafio que se impunha aos militares que assumiam pela força das armas o Estado brasileiro era apresentar à nação um projeto que mantivesse o apelo voltado para “desenvolver as áreas selvagens”, explorar riquezas desconhecidas, incorporar à exploração econômica áreas “distantes e esquecidas”, tal como as ações de governos anteriores haviam feito e com forte lastro de propagandas nos meios de comunicação existentes (rádio, televisão e cinema), criando na opinião pública nacional a expectativa de progresso.

Chama atenção a sequência cronológica das ações que demonstram que desde muito cedo os militares no poder voltaram as suas atenções para a reorganização do Estado e para a reocupação da Amazônia Legal. Mato Grosso, fronteira considerada vazia, desde os escritos de Golbery do Couto e Silva, era apontada como área prioritária e todas as medidas apresentam impacto direto sobre esse território, incluindo a divisão do estado e criação de Mato Grosso do Sul que manteve o Mato Grosso dentro da Amazônia Legal².

Estudos apontam que as razões para tal conjunto de ações estavam, para além dos já expostos aqui, também nas tensões políticas no campo em outras partes do país (Barrozo, 2017; Guimarães Neto, 2002; Santos, 1993). No sul do país, em razão da minifundização das

2 O Art. 2º da Lei Nº 5.173 de 27/10/1966 já definia essa participação e após a divisão a Lei Complementar Nº 31 de 11/10/1977 no seu artigo 45, reafirmou a inclusão.

propriedades, do avanço da mecanização, da valorização das terras e da expulsão de posseiros das áreas indígenas. No Nordeste, em razão do crescente ambiente de tensão que desde os anos 1950, com as Ligas Camponesas, pressionou os governos por solução para a concentração de terras e por direitos sociais e trabalhistas.

O Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia formado em setembro de 1967, composto majoritariamente por militares e a criação do Programa de Integração Nacional com recursos do *Inter-American Development Bank* (IDB) e da USAID para investimentos em infraestrutura, nos permitem considerar que o projeto de reocupação da Amazônia apresentou uma linha cronológica de continuidade que antecedeu ao golpe, se considerarmos a presença do escritório da USAID nos estados de Goiás e Mato Grosso em 1963, neste último, reunido com a Associação Comercial de Cuiabá e com o apoio do governo estadual representado pelo Conselho Estadual de Planejamento de Mato Grosso (PLAMAT), que foi designado para acompanhar os trabalhos, recolhendo informações e apontando para a necessidade de ações futuras, tais como: abertura de estradas, melhoria nas comunicações com o restante do país, levantamento do potencial mineral do estado. (Governo do Estado de Mato Grosso; USAID/Brasil, 1965).

Considerando que algumas das pessoas envolvidas nesse amplo levantamento de dados apoiaram ou participaram do golpe e do estado ditatorial (Hélio Palma de Arruda era membro da Associação Comercial de Cuiabá em 1963 e em 1967 foi chamado para o Ministério da Agricultura. Nos anos 1970 ocupou o cargo de diretor do INCRA), é bastante provável que o Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia tenha recebido e analisado este documento para a construção do Programa de Integração Nacional.

Outro elemento que nos permite fazer tal consideração é o fato de que o relatório final da missão em Mato Grosso, publicado em 1965 pelo escritório da USAID no Brasil, afirmou a disposição de financiar algumas ações de infraestrutura em Mato Grosso. No final de 1964, o governador Fernando Corrêa da Costa, em mensagem oficial, falou

sobre a visita do embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, e do Ministro do Planejamento, Roberto Campos, para prestigiar a assinatura de um convênio entre as Centrais Elétricas de Mato Grosso e a Aliança para o Progresso, que financiaria um programa de eletrificação no estado (Lenharo, 1986, p. 62). Em 1970, o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Eliseu Resende, afirmou que o PIN podia ser considerado o principal programa do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia, pois contava com recursos da ordem de US\$430 milhões de dólares para financiar projetos de infraestrutura entre os anos de 1971 a 1974 (Rezende, 1971, p. 393).

Outro ponto importante apontado no relatório desenvolvido com a ajuda da USAID, mencionado acima, tratava da necessidade de se fazer um mapeamento geológico do estado. De fato, o governo militar, por meio do Ministério das Minas e Energia, com apoio norte-americano, iniciou o Projeto RADAM em 1968, com a ida de técnicos brasileiros aos EUA e posteriormente, em 1970, através da Portaria n.º. 2.048/MME, criou a Comissão Executora do Projeto RADAM para a Amazônia, com recursos do PIN (Borges; Rajão, 2016, p. 5). No mesmo ano, o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM, ligado ao MME), deu início ao Projeto Centro Oeste de Mato Grosso, uma versão estadual do RADAM.

A análise do PIN precisa também considerar o Decreto-lei N.º 1.164, de 1.º de abril 1971, que declarou indispensáveis à Segurança Nacional as terras devolutas localizadas na faixa de 100 Km de largura, em cada lado do eixo das rodovias já construídas, em construção ou projetadas naquele momento. O impacto desse decreto-lei sobre o governo do estado de Mato Grosso foi a perda de sua competência sobre milhões de hectares de terras. Nas mãos do governo federal, essas terras foram oferecidas, por meio do Ministério do Interior, Banco da Amazônia (BASA), Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), INCRA, a empresas colonizadoras ou de outros ramos de negócios como a Volkswagen, o Banco de Crédito Nacional, o Grupo Carrefour, o Grupo Tamakavi, para que desenvol-

vessem projetos privados de colonização ou projetos agropecuários. Incentivos fiscais, isenções de impostos, facilidades no pagamento, juro baixos, foram usados como atrativos para atrair essas empresas.

Outra estratégia foi o uso intenso de propagandas que apresentavam a Amazônia como eldorado, terra de oportunidades. Tais peças de propaganda visavam divulgar nacionalmente as ações do governo militar na Amazônia, justificando os gastos em obras, como a abertura de rodovias como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém ou a Cuiabá-Porto Velho, ou de ações como o Projeto RADAM que, por fim, reforçavam a imagem da modernização do país, da integração do sertão ao todo nacional, promovendo o Estado ditatorial.

Além da construção de estradas e da destinação de terras para os projetos de reocupação da Amazônia, outros programas governamentais foram criados, tais como o Proterra, Polamazônia, Polocentro, Polonoroceste, entre outros, que se direcionaram para áreas específicas. Segundo Petit, a política econômica da Administração Federal na Amazônia Legal, desde a criação da Sudam até o fim do Regime Militar (1985), pode ser dividida em três fases diferentes, ainda que todas elas alimentadas pela ideia da Amazônia como território vazio a ser ocupado (Petit, 2003, p. 81-82).

Esse conjunto de ações (criação de agências públicas, programas especiais de incentivos, propagandas) surtiu o efeito desejado. Atraiu para a Amazônia Legal um conjunto de empresas diversas e migrantes interessados no mercado imobiliário que se abria e se apresentava como alternativa à situação vivida nos estados do Sul, por exemplo. Por outro lado, o fluxo migratório se intensificou muito além do que os órgãos governamentais podiam controlar.

No estado de Mato Grosso, como já mencionamos acima, optou-se por oferecer subsídios a grandes empresas que adquiriam terras a preços atrativos para revendê-las em parcelas que podiam estar nos núcleos urbanos nascentes, ter o tamanho de chácaras, sítios ou fazendas. A essa operação imobiliária, chamou-se projeto de colonização. Para poder comercializar as terras adquiridas, a empresa

precisava ser credenciada pelo INCRA como colonizadora e cabia ao órgão a fiscalização quanto a realização das obras previstas, o que as pesquisas mostraram, não ocorreu.

Impactos da implantação dos projetos sobre o estado de Mato Grosso

As políticas públicas desenvolvidas pelo Estado ditatorial para a Amazônia, como vimos acima, foram abrangentes. Visaram o Capital, a atração de investimentos e de pessoas (produtores rurais e migrantes como mão de obra), tiveram como objetivo declarado, a integração nacional, em outras palavras, civilizar o sertão. Em nenhum momento os povos que nela viviam foram ouvidos ou considerados e quando receberam atenção, ela resultou em intervenção no seu modo de vida. O General Lauro Alves Pinto, falando pela Escola Superior de Guerra, sobre a participação das forças armadas na ocupação da Amazônia, destacou a instalação de uma escola mantida por essas forças em Tabatinga (AM), instalada em 1966, exclusivamente para atender aos indígenas. Nas palavras do General, essa escola desempenhou um “extraordinário papel de aculturação do silvícola” (Pinto, 1971, p. 304).

Os impactos para esses povos, da abertura das estradas, estão documentados. O caso dos Panará, que tiveram seu território atravessado pela BR-163 no Mato Grosso, que resultou na quase dizimação daquele povo e, finalmente, em sua transferência para o Parque Nacional do Xingú (Valente, 2017, p. 314), ou dos Waimiri-Atroari durante a construção da BR-174, rodovia que atravessou seu território com a finalidade de implantar um polo de exploração mineral na área. Nos sucessivos massacres promovidos pelo Exército, que se estenderam ao longo de toda a década de 1970, morreram homens, mulheres, idosos e crianças (Silva Filho, 2015, p. p. 60).

As rodovias também foram importantes corredores norteadores dos fluxos migratórios para o interior da Amazônia. No estado de Mato Grosso, as rodovias BR-163, BR-364 e BR-158 foram fundamentais para o

sucesso dos projetos de colonização. A propaganda visava atrair compradores de terras para esse novo mercado imobiliário que se abria. No entanto, seus efeitos atingiram também pessoas sem-terra que buscavam uma oportunidade para fixar-se como pequenos produtores e culminaram atraindo forte migração para o estado. A população do estado (apenas o atual Mato Grosso) cresceu cerca de 92,7% no decênio de 1960; 95,5% na década de 1970 e 86,5% nos anos 1980. O mesmo impacto foi sentido em Cuiabá.

O intenso fluxo migratório produziu mudanças em todo o estado. Mato Grosso saltou de 35 para 141 municípios. Cento e seis foram criados entre 1970 e 2000³. Essas novas cidades reproduzem os modelos de organização comuns às cidades brasileiras e como elas surgiram de projetos privados de colonização, boa parte da área urbana pertencia à empresa que controlava o uso do solo conforme o seu interesse.

Os núcleos urbanos são os nós das redes de informação, dos mercados de trabalho que podem oferecer uma alternativa ao avanço sobre a floresta e de um mercado para os produtos oriundos dela, desde que haja logística para esse deslocamento. Na Amazônia, essa urbanização concentrou-se no eixo das rodovias, recolhendo migrantes que perderam as terras, que vieram em busca delas sem sucesso, atraídos pelas propagandas de riqueza e êxito, que migraram em busca de trabalho (Foweraker, 1982).

O conjunto de políticas públicas voltadas para a integração da Amazônia ao restante do país foi anunciado pelo governo ditatorial como “a maior reforma agrária do mundo”. Passadas décadas da imposição dessas políticas, a Amazônia tornou-se uma floresta urbanizada. Entre 1970 e 1996, a taxa de urbanização da região foi a maior do país. Em 1996, 61% da população amazônida morava nas cidades e, em 2000, 69% (Becker, 2005). As cidades cresceram desordenadamente e o poder público não conseguiu atender às demandas da população que ocupou as periferias. Os números referentes à cidade de Cuiabá indicam que a sua população

3 Note bem: estamos nos referindo ao território correspondente ao atual Mato Grosso, antes e depois da divisão.

creceu muito rapidamente sem o devido acompanhamento em serviços básicos e infraestrutura.

Considerações finais

Existem diferentes aspectos a serem considerados na conformação política e econômica que foi implantada na Amazônia durante a ditadura militar sob a supervisão do Conselho de Segurança Nacional e que fez da política de integração nacional (materializada no PIN) um fenômeno completamente diferenciado dos já apresentados no passado. Um dos mais importantes é o intenso processo de reterritorialização dos espaços amazônicos, que se deu com a seleção de áreas específicas, relacionadas a certas atividades econômicas, segundo a ótica dos órgãos e instituições governamentais, acima mencionados. Estes tiveram como objetivo realizar ações econômicas e estratégicas que instituíram eixos econômicos, abrindo caminho para as aplicações do capital nacional e estrangeiro, estimulados pelos incentivos fiscais e financeiros do Estado ditatorial, conforme demonstrado.

Tais investimentos foram direcionados sobretudo a projetos agropecuários, minerais e àqueles denominados de “colonização”, tiveram impactos econômicos, sociais e culturais desestruturadores da vida dos povos indígenas e populações tradicionais, ribeirinhos, posseiros, seringueiros, pescadores artesanais, quilombolas de toda a Amazônia, sem contar as imensas áreas desflorestadas para receber tais projetos. Em outras palavras, ao analisar as políticas públicas que se ampararam em instituições e empresas estatais, em leis, decretos e dispositivos políticos associados às práticas discursivas que elegeram problemas e soluções para a Amazônia, devemos levar em conta as engrenagens políticas e tecnologias de poder que constituíram o ato de governar, isto é, que constituíram as bases da própria governabilidade.

Analisar os mecanismos governamentais do Estado ditatorial na Amazônia implica em entender a extensão e as particularidades da

violência e da repressão. É importante debatermos, também, a positividade com que apareceram e tomaram conta da cena pública e midiática os discursos sobre a modernização da Amazônia pelos programas de incentivo ao desenvolvimento. A violência e a repressão fizeram parte dessa estratégia política complexa. Mas o discurso do desenvolvimento econômico e do progresso compuseram a outra face da mesma moeda.

Os planos de desenvolvimento para a Amazônia devem ser analisados e articulados aos demais planos governamentais e políticas de controle da população brasileira, como a modernização agroindustrial do Sul e o deslocamento da população rural do Nordeste. Assim, não se deve estudar a Amazônia fora da configuração política e econômica nacional, mas refletir como o Estado propôs integrar as diversas regiões brasileiras em torno das políticas governamentais articuladas em um projeto de nação. O uso de termos como fronteira da civilização, isolamento, atraso, ausência do Estado ao compor, adjetivar e rotular processos políticos complexos, concorreram para naturalizar os fenômenos sociais.

Sem negar a importância da repressão às organizações de esquerda, as torturas e aos desaparecidos políticos, documentadas em outras regiões do país, cremos ser da maior importância focalizarmos a violência e os acontecimentos na Amazônia, que incluem as populações indígenas, as comunidades de posseiros, os “garimpeiros”, os trabalhadores rurais, os migrantes, as comunidades extrativistas, os quilombolas. Isto é, as análises precisam inter-relacionar os vários acontecimentos violentos, de cunhos diversos, que ocorreram no Brasil, por meio dos estudos que se têm deste período.

Uma melhor compreensão da ditadura (e da renitente presença de grupos “saudosistas” na sociedade brasileira) precisa levar em consideração seus impactos mais alargados, sob o risco de não conseguirmos uma análise mais completa do projeto de nação que se tentou implantar, de não entendermos que a matriz de desenvolvimento vigente na Amazônia brasileira no século XXI tem sua origem nas

políticas iniciadas no final dos anos 1960, impostas sobre os povos da floresta e responsável pela constituição de uma “nova” elite agrária, enfim, de não percebermos a raiz dessa centralidade que a Amazônia possui hoje no Brasil e no exterior.

Referências

BARROZO, J. C. **Fronteiras de Mato Grosso**: em busca do eldorado e da terra prometida. Cuiabá, EdUFMT, 2017.

BECKER, B. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. *In*: COY, M.; KOHLHEPP, G. (Coord.). **Amazônia Sustentável**. Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro; Tübingen: Garamond; Geographischen Instituts der Universität Tübingen, 2005.

BORGES, G. F.; RAJÃO, R. G. L. Projeto Radam: (Re)Descobrimo o Projeto de Sensoriamento Remoto Aplicado ao Mapeamento da Amazônia. **Revista FSA**, Teresina, v. 13, n. 6, art. 1, p. 03-17, nov./dez. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309568350_Projeto_Radam_ReDescobrimo_o_Projeto_de_Sensoriamento_Remoto_Aplicado_ao_Mapeamento_da_Amazonia. Acesso em: 13 out. 2023.

COUTO E SILVA. G. **Conjuntura política nacional**: o poder executivo & geopolítica do Brasil. José Olympio: Rio de Janeiro, 1982.

FOWERAKER, J. **A luta pela terra**: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO; USAID/BRASIL. **Estudo de desenvolvimento industrial de Mato Grosso e plano de ação**. Um programa da Aliança para o Progresso. Em contrato com CIPM (Council for International Progress Management, USA, Incorporated. Project N° 512-15-950-227. s/l, mimeo, agosto 1965.

GUIMARÃES NETO, R. B. **A lenda do Ouro Verde**: política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN, 2002.

LENHARO, A. A terra para quem nela não trabalha. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 6, n. 12, p. 47-64, mar./ago. 1986.

MENDONÇA, R. **História das revoluções de Mato Grosso**. Cuiabá: De Fanti, 2012.

PETIT, P. **Chão de promessas**. Elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós 1964. Belém, Paka-Tatu, 2003.

PINTO, Gal. L. A. A participação das forças armadas na ocupação da Amazônia. *In: PROBLEMÁTICA da Amazônia*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1971.

REZENDE, E. Estradas na Amazônia. *In: PROBLEMÁTICA da Amazônia*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1971.

SANTOS, J. V. T. **Matuchos**: exclusão e luta. Do sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

SILVA FILHO, E. G. **Projetos Desenvolvimentistas na Amazônia e a Resistência dos Waimiri-Atroari, 1964-2014**. 215f., 2015. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, 2015.

VALENTE, R. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Este livro foi composto em fonte Accanthis ADF Std, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 140 páginas e em e-book formato pdf. Setembro de 2024.

Este livro traz uma série de reflexões sobre a extrema violência da ocupação do território em seus diversos momentos, da Colônia ao Brasil do milagre econômico. Da província do Grão-Pará ao “vazio” da Amazônia e de Mato Grosso, ainda antes de sua divisão administrativa. Os artigos são fruto do VII Seminário Internacional História e Historiografia, evento que consolida uma rede de programas e pesquisadores, cuja articulação, iniciada em 2005, destaca discussões e histórias que durante muito tempo foram relegadas ao segundo plano, mas que são fundamentais para que possamos compreender nossa formação como povo, como nação.

ISBN 978-655421170-3



9

786554

211703

Editora **SERTÃO:CULT**